

Políticas públicas e gestão no esporte e lazer

Nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil

ORGANIZADOR:
VILDE GOMES DE MENEZES

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO NO ESPORTE E LAZER
NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - CCS
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS - NEFD
LABORATÓRIO EM GESTÃO DE POLÍTICAS DE SAÚDE, ESPORTES E LAZER - LABGESPP

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO NO ESPORTE E LAZER
NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL

RECIFE, 2020



Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Prof. Moacyr Araújo

Diretor da Editora: Diogo Cesar Fernandes

Vice-Diretor da Editora: Prof. Junot Cornélio Matos

Editor: Flávio Gonzalez

Catálogo na fonte

Biblioteca: Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

P769 Políticas públicas e gestão no esporte e lazer [recurso eletrônico]
: nas regiões Norte e Nordeste do Brasil / organizador : Vilde
Gomes de Menezes. – Recife : Ed. UFPE, 2021.

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN 978-65-86732-58-0 (online)

1. Esportes e Estado – Norte, Brasil. 2. Esportes e Estado –
Nordeste, Brasil. 3. Exercícios físicos – Política governamental –
Brasil. 4. Lazer – Política governamental – Brasil. 5. Promoção
da saúde – Brasil. I. Menezes, Vilde (Org.).

796 CDD (23.ed.)

UFPE (BC2020-084)



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea

Recife, PE | CEP: 50.740-530

Fone: (0xx81) 2126.8397 | Fax: (0xx81) 2126.8395

www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br

Todos os direitos reservados aos organizadores: *Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.*



VILDE GOMES DE MENEZES
Organizador

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO NO ESPORTE E LAZER

NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL

Adeildo Bezerra Amorim
Amanda Cardoso Feliciano
Anderson de Melo Costa
Aurenéia Maria de Oliveira
Daniel Martinez Aguado
Edilson Laurentino dos Santos
Edimilson Santos dos Santos
Esdras Henrique Rangel de Melo
Fabia Alexandra Pottes Alves
Felipe Silva Viana
Fernando Augusto Starepravo
Flávia da Cunha Bastos
Gonzalo Bravo
Jefferson Phellippe Wanderley Florêncio
José Carlos de Almeida Júnior
José Edvaldo dos Santos Moura
José Luiz Simões
Kamilla Feitosa Pereira de Souza
Leandro Barbosa de Albuquerque
Marcus Vinícius Farias Girão
Maria da Conceição dos Reis
Maria José Carvalho
Matheus Ferreira da Silva
Paulo Henrique Azevedo
Rafael Santos Ferreira
Thaynah Leal Simas
Tony Meireles dos Santos
Vilde Gomes de Menezes

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq, edital 91/2013, como instância nacional de apoio e fomento a produção de pesquisas no Brasil, e que se fez presente possibilitando-nos os recursos para a realização desta nossa missão.

Agradecemos a Editora Universitária da UFPE, que durante seus mais de 60 anos de existência, apresenta-se como um dos órgãos mais importantes desta Instituição de Ensino Superior, pelo seu apoio incondicional e respeitável à produção intelectual dos docentes e pesquisadores, além da atenção dispensada a toda comunidade acadêmica.

Cabe aqui um agradecimento especial a todos os Gestores que aceitaram nosso convite em participar dessa construção, contribuindo com as entrevistas, expondo seus conhecimentos acumulados e impressões experienciadas sobre os temas abordados.

Nossos mais profundos sentimentos de gratidão, aos excelentíssimos professores pesquisadores e colaboradores, entre eles: Dra. Maria José Carvalho - Universidade do Porto - Portugal; Dr. Gonzalo Bravo - West Virginia University - USA; Dra. Flávia da Cunha Bastos - Universidade de São Paulo – USP - Brasil; Dr. Daniel Martínez Aguado e Dr. Paulo Henrique Azevedo - Universidade de Brasília – UNB - Brasil; Dr. Fernando Starepravo - Universidade Estadual de Maringá – UEM - Paraná - Brasil e Dr. Edmilson Santos - Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF - Brasil, pois, sem as contribuições destes intelectuais, não teríamos em mãos os frutos destas reflexões aqui apresentadas.

E por fim e não menos importante, nossa gratidão ao Departamento de Educação Física da UFPE, pelo acolhimento da proposta inicial da construção desta obra e por desprender e empreender esforços no desenvolvimento e finalização deste conjunto de conhecimentos.

Sendo este fruto da escrita de muitas mãos, esperamos que as reflexões aqui apresentadas possam colaborar para ampliar o acervo teórico da área em questão.

APRESENTAÇÃO

Parafraseando o grande poeta chileno Pablo Neruda, quando diz que “Escrever é fácil: Começamos com uma letra maiúscula e terminamos com um ponto final. No meio colocamos as ideias”, temos a grata satisfação de apresentar à comunidade acadêmica a escrita desta obra científica de construção coletiva, que muito nos satisfaz.

Inicialmente, fruto de debates e reflexões que começaram com as Primeiras Letras Maiúsculas de todos os que foram convidados a contribuir com ela, e aceitando, fizeram-na possível. Porém, foi no decorrer dessa jornada, no meio e em meio ao processo de construção, que esta obra foi sendo preenchida das experiências e visões acadêmicas e profissionais diversas que cada um deixou registrado.

Dessa forma o leitor encontrará neste livro, na forma de coletânea, que se inclui em um processo contemporâneo mais amplo de reflexão sobre as “Políticas Públicas de Esportes e Lazer”, que vem sendo desencadeadas nas regiões Norte e Nordeste. Constituído-se em um importante ponto de inflexão nesse processo de sistematização e produção de conhecimentos, e que tem por objetivo geral aprofundar algumas constatações iniciais desse debate.

Na estruturação dos capítulos, influenciaram as demandas urgentes do debate contemporâneo. As ideias apresentadas, por pesquisadores locais de expressão nacional e internacional, cumprem assim a função de subsidiar em Gestão de Políticas de Saúde, Esportes e Lazer, do NEFD – Núcleo de Educação Física e Desportos, do CCS – Centro de Ciências da Saúde, da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.

No **capítulo 1**, as pesquisadoras Aurenéa Maria de Oliveira, Fabia Alexandra Pottes Alves, Maria da Conceição dos Reis e Thaynah Leal Simas, refletem sobre a “Memória do Percurso Metodológico”, no **capítulo 2**, os pesquisadores Vilde Gomes de Menezes, Daniel Martinez Aguado, Tony Meireles dos Santos e Felipe Silva Viana, travam um debate sobre “Esporte no Brasil e sua importância para os Municípios”, no **capítulo 3**, as pesquisadoras Maria José Carvalho e Amanda Cardoso Feliciano, juntamente com os pesquisadores Anderson de Melo Costa, José Edvaldo dos Santos Moura e Matheus Ferreira da Silva, analisam a “Infraestrutura do Esporte e os Equipamentos Esportivos”, no **capítulo 4**, os pesquisadores Edmilson Santos dos Santos, Esdras Henrique Rangel de Melo e Leandro Barbosa de Albuquerque, avaliam “A Concepção do Esporte nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil”, no **capítulo 5**, as pesquisadoras Flávia da Cunha Bastos e Kamilla Feitosa Pereira de Souza, e os pesquisadores José Carlos de Almeida Júnior, José Luiz Simões, fazem uma reflexão sobre “Esporte e Democracia”, no **capítulo 6**, os pesquisadores Gonzalo Bravo, Fernando Augusto Starepravo, Marcus Vinícius Farias Girão e Jefferson Phellippe Wanderley Florêncio, escrevem sobre o “Processo de Avaliação em Políticas Públicas de Esporte e Lazer”. E por fim, no **capítulo 7**, os pesquisadores Paulo Henrique Azevedo, Adeildo Bezerra Amorim, Edilson Laurentino dos Santos e Rafael Santos Ferreira ampliam a discussão sobre as “Inovações Tecnológicas nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer”.

Esperamos ter contribuído para atualização do debate de tão caros temas, bem como, servido de estímulo para que outros pesquisadores possam adentrar pelos estreitos caminhos abertos, por este trabalho, nesta vasta floresta que é o conhecimento humano.

Os Autores

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: MEMÓRIA DO PERCURSO METODOLÓGICO	13
Aurenéa Maria de Oliveira	
Maria da Conceição dos Reis	
Thaynah Leal Simas	
Fabia Alexandra Pottes Alves	
CAPÍTULO 2: ESPORTE NO BRASIL E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS MUNICÍPIOS	25
Vilde Gomes de Menezes	
Daniel Martinez Aguado	
Tony Meireles dos Santos	
Felipe Silva Viana	
CAPÍTULO 3: INFRAESTUTURA DO ESPORTE: uma análise dos equipamentos esportivos	43
Maria José Carvalho	
Amanda Cardoso Feliciano	
Anderson de Melo Costa	
José Edvaldo dos Santos Moura	
Matheus Ferreira da Silva	
CAPÍTULO 4: A CONCEPÇÃO DO ESPORTE NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL	51
Edmilson Santos dos Santos	
Esdras Henrique Rangel de Melo	
Leandro Barbosa de Albuquerque	

CAPÍTULO 5: ESPORTE E DEMOCRACIA: primeiras aproximações ...	65
Flávia da Cunha Bastos	
José Luiz Simões	
José Carlos Almeida Júnior	
Kamilla Feitosa Pereira de Souza	
CAPÍTULO 6: PROCESSO DE AVALIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER	81
Gonzalo Bravo	
Fernando Augusto Starepravo	
Marcus Vinícius Farias Girão	
Jefferson Phellippe Wanderley Florêncio	
CAPÍTULO 7: INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER	99
Paulo Henrique Azevedo	
Edilson Laurentino dos Santos	
Adeildo Bezerra Amorim	
Rafael Santos Ferreira	
REFERÊNCIAS	111
AUTORES/ COLABORADORES	121
APÊNDICES	
<i>Apêndice A: Roteiro de entrevista aplicada aos gestores</i>	123
<i>Apêndice B: Parecer consubstanciado do CEP-UFPE</i>	127

I

MEMÓRIA DO PERCURSO METODOLÓGICO

Aurenéa Maria de Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco

Maria da Conceição dos Reis
Universidade Federal de Pernambuco

Thaynah Leal Simas
LABGESPP - Universidade Federal de Pernambuco

Fabia Alexandra Pottes Alves
Universidade Federal de Pernambuco

O presente trabalho apoia seus procedimentos metodológicos diante dos objetivos planejados e considerando as características do objeto investigado, numa perspectiva na qual se acredita que ao se pesquisar, pesquisa-se sobre algo que de certo modo se conhece.

Assim, é que segundo Minayo (2000), ninguém pesquisa aquilo que efetivamente não conhece. A pesquisa e as teorias são radicadas em agendas de núcleos e agências de pesquisa interessadas e motivadas política e economicamente na reflexão e no acúmulo de explicações convincentes que possam rivalizar com outros grupos e agências no tocante à produção de conhecimento científico.

Por sua vez, Gewandsznajder (1989) afirma que uma teoria explicativa é sempre conjuntural, sendo passiva de correção e adequações, podendo também ser substituída por outra que explique de forma mais convincente os fatos estudados.

Para tanto e considerando as assertivas do autor acima, utilizam-se vários instrumentos e técnicas de pesquisa, voltados para a apreensão dos

elementos subjacentes, nem sempre visíveis, relativos à gestão de políticas públicas de esporte e lazer das regiões norte e nordeste do Brasil.

Desse modo, diante da caracterização acima, a opção procedimental referente à dinâmica interpretativa dos dados alicerça-se nas teorias das políticas públicas, bem como nas teorias do esporte como uma das responsabilidades constitucionais do Estado, ou seja, partimos de uma confrontação do esporte como um produto da cultura de massa vinculado à indústria cultural, de modo que fica clara a opção pelo esporte socialmente construído e partilhado no seio da dinâmica cultural e o esporte matizado em dimensões socioeducativas voltadas para a construção e o fortalecimento da identidade local.

Nesse sentido, espera-se que esta investigação contribua com a construção de explicações que indiquem e sugiram como e por que o fenômeno da descentralização em gestão de políticas públicas de esporte se materializa. Esse procedimento tem aproximação com a compreensão que afirma que a ciência “tenta descobrir os mecanismos internos dos fenômenos procurando uma compreensão mais profunda dos fatos” (Gewandsznajder, 1989, p.160). Evidentemente, a avaliação em tela está pautada na compreensão de que o conhecimento produzido é influenciado pelas condições sociais de cada período (OLIVEIRA et al., 2003), sendo assim, está sujeito à dimensão temporal.

Portanto, em um universo empírico e temporal normatizado, mas também demandante de maior *accountability*¹, ética e transparência na gestão pública, explicar e descrever como se materializam ou não as políticas públicas de esporte e lazer nas regiões norte e nordeste constitui-se uma singular contribuição ao processo de matização da agenda, tanto teórica quanto empírica, em torno da gestão pública do esporte na esfera nacional.

Considerando a contribuição de Castro (1978, p. 88) e evidentemente estabelecendo procedimentos alusivos à imparcialidade e confiabilidade, o estudo comportará intencionalmente ações de

1 Termo da língua inglesa, sem tradução exata para o português que remete à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados. (MELO, Marcus André. O viés majoritário na política comparada: responsabilização, desenho institucional e qualidade democrática. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, 2007).



classificação metódica dos fatos, articulada pela identificação de suas relações e seqüências repetitivas, procurando, por sua vez, a identificação das relações mediante o fracionamento do objeto em estudo sem com isso perder a dimensão do todo.

Bardin (2004, p. 129) a esse respeito propõe a articulação e classificação temática investigando o que elas têm em comum e, respaldado em teorias, a identificação do conteúdo das mensagens nem sempre evidentes ao observador comum.

Para tanto, expõe-se fase de coleta dos dados inspirada em devidos cuidados (Castro, 1978, p. 119), com decisões, passos e procedimentos criteriosamente anotados, conforme recomenda o autor, e, nesse sentido, organizada por aproximação temática. Desse modo, a observação exaustiva dos dados é a coluna vertebral para a análise e descrição do fenômeno da gestão de políticas públicas de esporte nas regiões norte e nordeste do Brasil.

De acordo com as opções ensejadas, trata-se de uma pesquisa de escopo qualitativo-descritivo, pautada em procedimentos de registro, análise e correlação dos dados. Tal como sugere Castro (1978, p. 55-56), é natural nos estudos desse escopo a descrição e caracterização articulada com as propriedades ou relações existentes nos fatos pesquisados. É o caso do proposto, em que se investigam documentos e discursos, a fim de poder descrever e comparar tendências, diferenças e outras características. Por ser uma pesquisa descritiva, viabiliza-se a opção pela técnica de entrevista, nesse caso, semiestruturada, considerando-a como uma condição importante no processo de captação de informações, transformadas em dados.

As articulações e a sistematização do conjunto dos procedimentos viabilizados contribuirão para a materialização das inferências e possíveis generalizações cabíveis com base nos resultados alcançados, a serem discutidos e comparados com afirmações e posições de teorias e autores afeitos ao tema em discussão.

No que diz respeito e concerne ao procedimento de coleta de dados, uma vez materializada a revisão bibliográfica, a definição dos objetivos e a formulação dos problemas, e conforme Castro (1978) e Barbetta (2008)



os procedimentos envolveram as seguintes etapas: a) Determinação da população a ser estudada; b) Revisão bibliográfica para mensuração adequada das características que se pretende levantar; c) Elaboração do instrumento de coleta; d) Elaboração de uma ou mais perguntas para as características a serem levantadas e que estas sejam suficientemente claras; e) Programação da coleta e os dados e a própria coleta; f) Pré-Teste do instrumento de coleta e verificação da existência de alguma obviedade e indução nas perguntas; g) Teste e aplicação do instrumento de coleta.

Especificamente em relação ao instrumento de coleta (entrevista semiestruturada), foram encaminhadas considerando-se os seguintes critérios: Realização de planejamento cuidadoso e rigoroso, conectado com os objetivos pretendidos; Obtenção e sistematização de conhecimento prévio do entrevistado; Marcação com antecedência o local e horário para a entrevista; Estabelecimento das condições de discrição; Definição dos entrevistados de acordo com o grau de familiarização e autoridade; Elaboração de lista das questões com destaque às mais importantes, bem como, garantia de um número suficiente de entrevistados.

De acordo com Quivy (1998), os procedimentos acima precisam comportar uma estrutura epistemológica: a) **Ruptura**, em que as bagagens teóricas indicam as mais diversas armadilhas, uma vez que nossas ideias se inspiram nas aparências imediatas ou em posições parciais; b) **Construção**; só se pode construir com base em um sistema conceitual organizado; c) **Verificação lógica**, a qual o investigador supõe estar na base do fenômeno.

É de acordo com a teoria que o investigador pode erguer proposições explicativas do fenômeno a estudar e prever o plano de pesquisa para definir e explicar as operações e as respectivas consequências lógicas; verificação: uma proposição só tem direito ao estatuto científico à medida que pode ser verificada pelos fatos (QUIVY, 1998, p. 28).

Sendo assim, entende-se que os procedimentos da entrevista semiestruturada, como uma ferramenta de “redução” da realidade decorrente do discurso - em que se tem em vista as informações dos interlocutores que exprimem suas percepções acerca da descentralização,



dos acontecimentos e procedimentos para sua viabilização ou não -, poderão ser conduzidos por meio das perguntas semiestruturadas. Quivy deixa mais claro:

A análise do sentido que os autores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem confrontados; os sistemas de valores, as suas referências, as referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem da própria experiência. (QUIVY, 1998, p. 193).

Uma consideração importante do autor aponta para o fato de que, invariavelmente, o procedimento de utilização da entrevista como método de redução da realidade é sempre associado a:

Um método de análise de conteúdo durante as entrevistas. Trata-se, de fato, de fazer aparecer o máximo possível de elementos de informações e de reflexão, que servirão de materiais para a análise sistemática de conteúdo que corresponda às exigências de explicitação, de estabilidade e de intersubjetividade dos processos. (QUIVY, 1998, p. 195).

Por seu turno, também se analisarão os documentos atinentes ou capazes de indicar as opções relacionadas com a efetivação de políticas e gestão desportiva. Pelas características deste estudo, trata-se de outro instrumento bastante ligado às Ciências Sociais a ser utilizado e que corresponde ao que aponta Minayo (2008) sobre a combinação de diferentes técnicas para coleta de dados.

Evidentemente, se preservará a questão da credibilidade dos documentos (Leis orgânicas, Leis municipais, Portarias, Relatórios de gestão, entre outros). Esse é um procedimento que se adapta a macrofenômenos sociais, aos processos de mudanças sociais, mudanças organizativas, aos estudos dos valores ideológicos e culturais, uma vez que cada gestor traz concepções programáticas e pragmáticas de intervenção para manutenção ou mudança de *status quo*.



Para o autor acima, a análise de conteúdo que incide nas mensagens materializadas em documentos oficiais, relatórios de entrevistas não diretivas é uma fonte de informações capaz de contribuir na construção de um conhecimento cientificamente válido.

Desse modo, importa verificar quais, entre os documentos acessados e construídos, indicam a presença ou ausência de termos capazes de consubstanciar, negar ou neutralizar, considerando-se o aporte teórico, os procedimentos relativos à temática do estudo.

Após situar os elementos que balizam a ação metodológica na produção de conhecimentos científicos, oferecem-se os mecanismos pelos quais se tenciona avançar na análise da gestão do esporte como conhecimento de cunho teórico, tendo para tanto, a delimitação empírica dos 16 estados e suas respectivas capitais das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Nesse sentido, nosso estudo ancora-se em dois grandes eixos: *macro dimensão e micro dimensão*.

Do ponto de vista macro, a descentralização político-administrativa relacionada com procedimentos de democratização da sociedade brasileira pactuada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, concedeu aos municípios importância relevante e significativa ao se verificar que, em um país com as dimensões continentais como o Brasil, é no município que se encontra a principal referência estatal, conseqüentemente o *locus* onde o cidadão consegue verificar a efetivação de demandas sociais atendidas ou não.

Do ponto de vista micro, a gestão pública local, em grande medida, tem sofrido choques de modernização que contemplam, entre outros fatores, a dinâmica informacional, a transparência, o desenvolvimento de órgãos de fiscalização a exemplo dos ministérios públicos locais e dos tribunais de contas, entre outros. Tais procedimentos contribuem, entre outros fatores, para maior democratização do Estado, conseqüentemente, para a efetivação de direitos sociais e individuais.

Desse modo, a efetivação deste estudo deu-se por procedimentos de análise qualitativa, conforme já anunciado, mas também por estatística



descritiva, por conta da configuração da própria temática investigada. Portanto, estima-se a construção de explicações baseadas em dados quantitativos e qualitativos descritivos, decorrentes da análise teórica e documental por um lado e, de outro, da estrutura das máquinas políticas observadas, objetivando a intervenção dos atores que viabilizam a gestão, para, dessa forma, descortinar carências, limites e virtudes comparativas, bem como os elementos indicativos de perfil de gestão, mais especificamente de gestão esportiva.

Tais procedimentos qualitativos foram encaminhados por meio de entrevistas semiestruturadas, envolvendo gestores das políticas de esporte / lazer, distribuídos nas secretarias de governo e diretorias de esporte / lazer. O número de entrevistados foi de um por estado e capital, que neste caso, tratou-se dos secretários de esporte e lazer estaduais e municipais (capitais); Diretor ou gestor adjunto a nível estadual; Secretários das prefeituras das capitais; Diretor ou gestor adjunto a nível municipal. Assim, totalizando 32 entrevistas aplicadas.

A obtenção desses dados revelou a visão dos sujeitos diretamente envolvidos com a problemática estudada, bem como, com as inovações materializadas ou em via de materialização.

Caracterizamos como importantes e relevantes para a viabilização dos procedimentos acima os seguintes documentos: a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; b) Atas da Comissão Constituinte de Educação, Cultura e Desporto de 1988, num total de 43; c) Leis Orgânicas Municipais das cidades estudadas, num total de 16; d) Leis que balizam as Políticas Estaduais, num total de 16. Resultando em aproximadamente 76 documentos.

Levando-se em conta a perspectiva de Bardin (2004) sobre a determinação dos temas, foram indicados para análise do potencial de viabilização teórica e materialização empírica, em que serão tomados em consideração os contextos, o período e a conjuntura política em que se insere a realidade a ser estudada: a) Importância do desporto para a gestão; b) Característica da estrutura, da intersetorialidade e das tecnologias; c) Concepção de Esporte; d) Participação popular / controle social; e) Universalização e democratização; f) Sistema de avaliação e indicadores; g) Recursos humanos e formação continuada.



Definido o sistema de temas entende-se que o caminho a ser trilhado para a efetivação deste estudo diz respeito à materialização e articulação, naturalmente, dos objetivos deste trabalho: **obter informações documentais sobre a gestão dos serviços de esporte referentes ao conjunto de estados e capitais das Regiões Norte e Nordeste do Brasil.** Para tanto, como já dito, os métodos e procedimentos utilizados serão a pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas, processadas por análise de conteúdo com base em Bardin (2004) e Richardson (1989).

Conseqüentemente, a construção do conjunto de informações obtidas em dados inerentes ao processo e critérios de formulação das políticas públicas da área, uma vez agregados e rigorosamente sistematizados, receberá o procedimento descrito a fim de permitir condições de interpretação e análise dentro da delimitação teórica relativa à problemática do estudo.

Luna (2000), Richardson (1989) e Bardin (2004) definem que toda pesquisa é organizada com o intento de responder a elementos e questões ainda não suficientemente respondidas pelos estudos anteriores. Nesse caso, oferece-se um sistema de perguntas capazes de trazer à superfície os elementos determinantes acerca da formulação de políticas públicas de esporte e lazer na região estudada.

As respostas a serem procuradas dizem respeito ao seguinte sistema de perguntas:

- a) Com que critérios são formuladas as políticas desportivas? Que procedimentos foram articulados? Obtiveram êxito? Por quê? Com que mecanismos? O que explica? Existe algo inovador em relação às demais? Essa formulação é fundamentada a partir de alguma teoria?
- b) Como são efetivadas as políticas desportivas? Qual é a tradição das ações realizadas?
- c) Quais são os procedimentos para a avaliação de políticas desportivas?
- d) Quais são os programas, projetos e ações oferecidos pela gestão?
- e) Qualificação de pessoal; existe qualificação profissional que distancia ou aproxima os *policymakers* da formulação e da efetivação de uma dada política?



- f) Como são distribuídos geograficamente os equipamentos de prática de esporte? Qual é a sistemática? Qual é a política de manutenção?
- g) A gestão tem aliança com organizações não governamentais, associações de moradores, ligas desportivas, clubes populares, sindicatos, empresariado, dentre outros?
- h) A gestão trabalha com metas? Quais? Como são elaboradas?
- i) Quais os mecanismos de controle social utilizados durante o processo de gestão do esporte e lazer?
- j) Estas políticas se aproximam ou se distanciam daquelas pautadas a nível nacional?
- l) Qual deverá ser o encaminhamento prioritário da gestão desportiva local, considerando o perfil da sociedade contemporânea no Brasil com suas diversas facetas, especificidades e peculiaridades?

Considerando a necessidade de aprofundar a temática do presente trabalho, levaram-se em consideração nesse processo alguns estudos correlatos em que a entrevista semiestruturada é uma das melhores opções. Os sujeitos, gestores, secretários, diretores e gerentes, por sua vez, poderão mediante um roteiro semiestruturado, produzir informações e conhecimentos relativos à formulação das políticas, da gestão em si e das respectivas consequências e impactos advindos dela.

Os procedimentos para os portadores dessas informações compreenderam as seguintes etapas:

- a) Contato prévio informando a intenção do estudo e do código de ética guardado pela pesquisa. Essa primeira etapa buscou sensibilizar o gestor referente, assim como indicar a possibilidade de data e do período adequado para a realização das entrevistas. Os sujeitos que julgamos importantes para essa etapa do trabalho foram àqueles gestores diretamente responsáveis pela formulação e execução das políticas e gestão desportiva, em um total de 16 cidades, além dos 16 secretários estaduais, gestores responsáveis pelas pastas de esportes, conforme justificado no item relativo à amostra;
- b) Emissão da comunicação oficial da Universidade Federal de Pernambuco, reafirmando a solicitação de informações em formato de entrevista.



As informações, uma vez recolhidas e cuidadosamente organizadas, passaram à condição de temas de dados e contribuíram para as inferências necessárias. Operacionalmente, foi considerada a aproximação deste estudo com os indicativos de Bardin (2004) quanto à análise de conteúdo, processo a que foram submetidos os dados sistematizados. Para tanto, listamos três procedimentos bastante comuns a esse tipo de pesquisa, que neste estudo também foram utilizados:

- a) A pré-análise, em que foram selecionadas as informações de relevância para o estudo. Trata-se da fase de sistematização e elaboração de um procedimento preciso para o desenvolvimento do trabalho. Nessa etapa os aspectos relativos à escolha do material, à formulação de objetivos e, conseqüentemente, à formulação de indicadores com vistas à interpretação dos resultados foram basilares e indispensáveis;
- b) Análise, esta com base em um suporte teórico que possibilitou a indicação de tendências, opções, limites e vicissitudes;
- c) Inferências, decorrentes dos procedimentos acima que indicaram conclusões e ou aproximações demonstradas ou apresentadas pelas evidências.

O procedimento para a análise do conteúdo manifesto ou identificado, após a realização dos procedimentos anteriormente descritos, apoiou-se nas contribuições de Bardin (2004) e Richardson (1989), que indicam a necessidade de isolamento dos temas extraídos dos textos, articulando-os com o problema pesquisado. Assim, o tema principal foi escolhido (*descentralização*) e organizado em um quadro. A partir dessa sistematização foram extraídos temas secundários, especificando o conteúdo a ser analisado conforme demonstrado no quadro a seguir:



Quadro 1 - Sistematização dos temas para análise

TEMA PRINCIPAL	TEMAS SECUNDÁRIOS	APROXIMAÇÃO / RELAÇÃO	INFERÊNCIA
DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA	Constituição de 1988	Pacto Federativo	-----
	Mobilização social	Emergência do novo sindicalismo, movimento estudantil, comunidades eclesiais de base.	-----
	Participação popular/ controle social	Concepção de Esporte; Ação pedagógica	-----
	Transparência na gestão pública	Isonomia e democracia Importância do desporto para a gestão	-----
	Eficiência em gestão pública	Característica da estrutura, da intersectorialidade e das tecnologias; Sistemas de avaliação; universalização e democratização Recursos humanos e formação continuada	-----

Fonte: Adaptado de Richardson (1989)

Desse modo, a tematização dos dados foi uma opção capaz de sofisticar as explicações do fenômeno em estudo, especialmente por se adequar ao estudo que se relaciona com motivações, opiniões, crenças e valores que são refletidos nas opções feitas ou assumidas pelas gestões a partir da intervenção de seus gestores.

Em outras palavras, considerando que a formulação e gestão em políticas públicas de esporte correspondem a um sistema de valores políticos, partidários, ideológicos e culturais, conforme propõe as referências pertinentes da área (Lubambo, 2000; Arretche, 1999), inferimos que a análise do objeto deste estudo fosse processada pela técnica da



tematização proposta por Richardson (1989) e análise de conteúdo proposta por Bardin (2004), que assumiu importante simetria metodológica para a interpretação dos conteúdos provenientes dos documentos e das falas.

Destacamos que **os estados e capitais tiveram seus nomes omitidos e organizaram-se de forma randomizada e enumeradas de 1 a 16**. Além disso, o trato com as informações coletadas e apresentadas ao longo do livro não tiveram nenhum fator que pudesse indicar ou sugerir a identificação dos sujeitos envolvidos no estudo. **Quando existiu a possibilidade de identificação, através, principalmente, da fala dos gestores, usou-se asteriscos e ou outro artifício técnico para que isso não ocorresse.**



ESPORTE NO BRASIL E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS MUNICÍPIOS

Vilde Gomes de Menezes²

LABGESPP - Universidade Federal de Pernambuco

Daniel Martinez Aguado

Ayuntamiento de Pamplona (Espanña) - Servicio Municipal de Deporte

Tony Meireles dos Santos

Universidade Federal de Pernambuco

Felipe Silva Viana

LABGESPP/ UFPE/FIOCRUZ-PE

São conhecidos os benefícios que o desporto pode propiciar à sociedade. Santos et al. (2004) referem que a sociedade pode demonstrar de diversas maneiras a importância que dá ao desporto, por exemplo, na preocupação que os governos têm em aplicar o artigo 217 da Constituição Federal (BRASIL, 2005) e fomentar as práticas desportivas formais e não formais onde quer que sua ação possa fazer-se presente.

Pinheiro et al. (2008) enumeram diversos benefícios que a prática esportiva pode trazer para um indivíduo nos três níveis: a) físico, como a redução do risco de doenças cardiovasculares, o combate à obesidade e o fortalecimento muscular; b) psíquico, com a elevação da autoestima e melhora na imagem corporal; c) social, assumindo o desporto como um local para socialização e manutenção de laços sociais de amizade. No âmbito social, Santos et al. (2004, p. 2) vai além ao dizer que o desporto “tem função pedagógica no processo de formação do indivíduo, ressaltando

2 Coordenador do LABGESPP - Laboratório de Gestão de Políticas Públicas de Saúde, Esportes e Lazer.

a disciplina, o respeito à hierarquia e às regras do jogo, a solidariedade, o espírito de equipe e outros fatores do desenvolvimento humano”.

Os potenciais e funções do esporte mencionados acima são amplamente aceitos na gestão de políticas públicas esportivas, dentro e fora do Brasil, como na União Européia (2007) ou na maioria dos países da América Latina (MARTÍNEZ, 2013). Isso se deve, entre outros fatores, à sua extraordinária transversalidade com muitas outras áreas da gestão pública e ao forte vínculo do esporte nas pessoas e em sua cultura.

Considerando as informações supracitadas, nesta seção serão analisadas algumas falas dos gestores das capitais dos estados que compõem as regiões Norte e Nordeste, com o objetivo de compreender o que eles entendem por desporto e sua importância para a sociedade, qual a importância que esses municípios têm dado ao desporto e quais as prioridades de cada gestão.

2.1. RETRATO DA REGIÃO NORDESTE

2.1.1. Gestor de Esporte da cidade 1

À pergunta sobre a importância do desporto para a gestão, o gestor respondeu:

“Importantíssimo. É como eu falei: o esporte é um instrumento de inclusão de jovens. Você pode trabalhar o esporte com educação associada. Pode trabalhar com o esporte a saúde associada. Então você tem o esporte. Eu não posso reclamar do gestor, do prefeito que nos dá todo o suporte. Então o esporte nós levamos a sério, tão importante quanto a pasta de educação, tão importante quanto a pasta da saúde, então a gente não tem o que reclamar, pelo contrário, é levado muito a sério”.

O gestor afirmou que eles investem bastante no desporto de alto rendimento, com bolsas de apoio a atletas que chegam a um investimento



de aproximadamente 600 mil reais por ano. Entretanto, eles também acreditam no esporte como meio de inclusão social e têm dois projetos que atendem prioritariamente às crianças, um projeto ligado ao Ministério do Esporte e outro idealizado pela própria secretaria.

“Nós trabalhamos em quatro linhas, uma engloba o rendimento, hoje nós temos esse programa, onde investimos 600 mil. Fora, incentivos de apoio a atletas durante o ano, passagens, hospedagem e assim vai. Em 2013, fechamos 238 atletas, entre passagens e hospedagem. Então é um valor altíssimo. Nós temos a inclusão, onde nós temos dois grandes programas, um em parceria com o Ministério do Esporte que é o programa Segundo Tempo onde nós atendemos 2.800 crianças, onde elas estudam pelo dia, e a tarde praticam esportes ou vice-versa. Onde nós oferecemos alimentos, lanches e materiais desportivos. Nós temos também o Programa Lazer no Meu Bairro, [...], nós levamos todas as atividades à secretaria. Atividades para a meninada, para a juventude e de uma forma geral, movimentar esses bairros”.

Apesar de afirmar que trabalham em quatro linhas, o gestor só falou sobre o desporto de alto rendimento e o desporto de participação, não relatando em nenhum momento quais seriam as outras duas linhas.

2.1.2. Gestor de Esporte da **cidade 4**

Durante a entrevista, o gestor da **cidade 4** mostrou que o município tenta efetivar todas as vertentes do desporto, mas afirma que o desporto de participação é a maior prioridade da gestão:

“Nós temos a secretaria de esportes e lazer, então a gente tem a vertente da prevenção a saúde, tem a vertente do esporte e participação, tem também o esporte de alto rendimento que a gente termina dando apoio com os nossos equipamentos públicos, mas a gente tem trabalhado nas comunidades mais carentes, na verdade o esporte de participação, que são as escolinha no bairro. [...] Nós somos uma cidade de dois



milhões e meio de habitantes com 25 núcleos, quer dizer, é completamente suficiente, eu tenho mais cinquenta núcleos do Atleta Cidadão, que é um projeto de escolinhas. Eu preferi aproveitar iniciativas que já existiam, a ter que inventar roda no lugar onde não teria vocação. Então, ali tem um núcleo de hóquei sobre patins, nós temos um núcleo de hóquei, que não tem tanta tradição, mas eu achei que para a imagem do projeto seria importante variar as modalidades. Então nós temos um núcleo de rugby, nós temos um núcleo de hóquei sobre patins, a maioria dos núcleos de futebol”.

Como visto o desporto de participação, ou comunitário, é realmente o que mais recebe investimento pela atual gestão. Eles optam por investir em escolinhas de futebol, mostrando assim que as crianças e os adolescentes são os mais beneficiados nesse tipo de projetos, além de manterem modalidades que são menos comuns entre os brasileiros, como é o caso do hóquei sobre patins. O gestor ressaltou, ainda, que o esporte é um meio de proporcionar educação, de ensinar regras, de disciplinar os jovens que estão inseridos em cada projeto.

“A gente procura dentro dos nossos projetos trabalhar essa questão da disciplina através do esporte, a questão educativa mesmo dos jovens. Então o foco muito grande para essa criançada, jovem. A gente tinha no campo do América a nossa principal experiência: a criançada pulava as grades e nós conseguimos fazer com que eles evitassem. [...] Colocou umas redes também e tal, e hoje eles vem e se contém no portão quando não tão no horário deles, a gente percebe que eles se contém. A gente percebe que alguns adolescentes não tem nenhuma noção de cumprimento de regras, a gente está tentando fazer através do esporte, que essas pessoas tenham”.

Ele ainda referiu que:

“O testemunho de um diretor de um centro educacional, mostra que quando o juiz apita a falta, o adolescente para, ele faz a distância regulamentar da barreira e sabe respeitar, leva o cartão amarelo e fica por ali, fica com raiva, mais



ele fica, vai aceitando aquele cumprimento de regras e no fim, depois, eles estão exaustos, tomam banho ficam bem calminhos ali e tal. Então eles pediram ajuda para ampliar a prática esportiva dentro do centro educacional, para ver se acalmava e disciplinava um pouco mais os meninos, que é uma atividade que eles fazem com prazer e ao mesmo tempo vão cumprindo as regras. A gente tem procurado fazer isso: educar, disciplinar, exigir o respeito”.

2.1.3. Gestor de Esporte da **cidade 5**

Quando questionado sobre a importância do desporto para a gestão, o gestor da **cidade 5** respondeu:

“O Esporte é fundamental. A função do Esporte, da secretaria na cidade é essencial. O esporte ajuda não só na formação das crianças e dos jovens, nessa parte também de formar os valores, o sentimento do trabalho em equipe, o sentimento de respeitar as regras, de saber também valorizar o outro e aprender esses valores da disciplina, do trabalho em equipe e da solidariedade. O esporte tem uma importância grande na formação das pessoas, na formação das crianças e jovens. Pode ajudar também, como aliado, na prevenção de problemas, por exemplo, com relação a essa questão de drogas ou outras problemáticas advindas dos problemas sociais que a gente enfrenta. O esporte tem uma função muito grande também ‘como um estilo de vida’, as pessoas que realmente se tornam atletas e adotam isso como uma carreira profissional... são muitos importantes também. A ***** tem alguns esportes que ela tem tradição: o handebol é um exemplo, o futebol agora ‘está’ em uma fase de recuperação, no atletismo a gente também tem bons atletas aqui, o ciclismo também. São esportes assim que vem crescendo cada vez mais”.

Percebe-se que, assim como o gestor da **cidade 4**, esse gestor também acredita no esporte como uma oportunidade de disciplinar as crianças e os jovens, sendo utilizado como um instrumento para a formação de uma sociedade mais respeitosa. Durante a entrevista, o gestor destacou que o



município tem um foco maior no desporto de participação, voltado para o esporte comunitário, para as associações de bairros e suas competições, e também no desporto escolar, com apoio aos jogos escolares.

2.1.4. Gestora de Esporte da **cidade 7**

Sobre a importância do desporto, a gestora respondeu:

“Promoção da inclusão social principalmente. Você consegue atingir de uma forma mais rápida e beneficiar a população de uma forma mais rápida através do esporte e lazer do que, por exemplo, com obras. Obras demoram muito e são muito dispendiosas. Com esporte e lazer, com desporto a gente consegue com baixo custo promover uma ação que traz um resultado positivo, não só para a imagem da prefeitura, mas, principalmente, você consegue trazer e entregar à população algo que agrega valor para eles como quando você reforma uma quadra. Você promove uma corrida, promove um torneio de futebol ou Programa Segundo Tempo que nós temos com o governo federal. Tudo isso são coisas que driblam, digamos assim, a burocracia e a gente consegue chegar mais rápido à população com resultados positivos”.

O secretário da referida cidade destacou que o desporto tem um forte poder de inclusão social e que consegue atuar diretamente com a população e de forma mais rápida. Quando foi questionado sobre onde estava concentrada a maior parte do investimento, ele respondeu: *“Principalmente reforma de espaços públicos, espaços de esporte e lazer”*.

2.1.5. Gestor de Esporte da **cidade 9**

O gestor da **cidade 9** também foi ao encontro dos demais gestores(as) da região Nordeste ao afirmar que o desporto é utilizado como meio de inclusão social na cidade, apoiando as categorias de base e o esporte nas comunidades mais carentes.

“A concepção de desporto que nós temos é o esporte como meio de inclusão social, em primeiro lugar. A gente aqui



trabalha essa parte do esporte, principalmente voltado para a categoria de base. Trabalhamos muito isso dentro de comunidade, promovendo competições de esporte e lazer, sempre voltadas para comunidades mais carentes, e não é função do poder público formar atletas. O poder público tem que dar condição para que os atletas surjam e os clubes vão pegar esses atletas, vão investir, vão formar esses atletas que futuramente serão de alto rendimento”.

Como visto, o gestor acredita que a função do município é dar condição para que os atletas apareçam, investindo muito mais no desporto de participação, com a manutenção dos espaços e equipamentos esportivos e apoio às competições de bairro. O surgimento de um atleta de alto rendimento é consequência desse investimento, não é uma prioridade da gestão, e deve estar mais ligado aos clubes, que devem lapidar e manter esses atletas.

O gestor disse também que os sujeitos a que se dá prioridade com os projetos da cidade são as crianças e os adolescentes: *“Esses projetos atendem prioritariamente crianças e adolescentes, jovens de maneira geral. É o nosso foco maior, porque eu acredito muito no esporte como meio de inclusão social”*.

2.1.6. Gestor de Esporte da **cidade 14**

À pergunta sobre a importância do desporto, o gestor respondeu:

“Para a gestão da diretoria, ele é de suma importância. Eu como profissional de Educação Física acho o desporto de suma importância como ferramenta de inclusão social. É a oportunidade que a gente tem dado a diversas crianças e adolescentes de uma prática esportiva, de uma vida mais saudável, da fuga das drogas e oportunidade de vida, e é isso que a gente vê enquanto diretoria. É isso que a gente tem buscado cada dia aqui: é aumentar o nível de trabalho, aumentar a qualidade do trabalho para oportunizar as essas crianças e adolescentes um caminho dentro do esporte”.



Mais uma vez, a inclusão social foi citada como a maior importância do desporto para a sociedade. O gestor ressaltou durante a entrevista que o desporto comunitário é o foco maior da gestão, já que é a Secretaria de Educação que coordena o desporto escolar. Eles tentam oportunizar a prática esportiva às diversas camadas sociais e às diversas comunidades. A maior parte do investimento é destinada justamente a esses dois tipos de desportos, pois segundo o Secretário: *“Não cabe a nós investir hoje em alto rendimento, você tem que fomentar um esporte para oportunizar a todos, só a partir de determinado momento é que você deve revelar o alto rendimento, mas esse está em plano secundário”*.

2.1.7. Gestor de Esporte da **cidade 15**

Sobre a importância do desporto para a gestão, o gestor da **cidade 15** disse:

“O esporte é uma das principais ferramentas de inclusão social principalmente para esse público, para criança e para o adolescente, só que a dimensão do esporte ela vai muito mais além do que isso. Então ela também é uma política transversal, de saúde, é uma política transversal também de trabalho, porque a gente vê que o esporte hoje gera muita renda, ele gera muito emprego. Hoje há uma compreensão mais social mesmo, mais sociológica, o esporte é um dos principais fatores de inclusão social de indivíduo”.

O gestor também destaca o esporte como uma ferramenta de inclusão social, mas, além disso, pode e deve ser tratado como uma política transversal, que trabalha em conjunto com a saúde, com a educação entre outras. O gestor relata também que o objetivo principal da secretaria é atender às diversas dimensões do desporto, cuidando desde o esporte amador até o esporte de alto rendimento. Entretanto, o esporte amador recebe mais investimento e é mais incentivado:

“Do esporte amador e algum suporte ao esporte profissional. Então, assim, a nossa política, a nossa meta principal é incentivar o esporte amador, agora na cidade. Aí é uma coisa



que já se tornou até histórica na Secretaria de Esportes, é a manutenção de escolinhas de esportes. Hoje para ter uma ideia, nós temos quase 100 escolinhas, cerca de 5 mil crianças e adolescentes são mantidos”.

Por fim, o gestor relatou que os investimentos da secretaria são destinados prioritariamente à fomentação da prática esportiva, tentando melhorar a infraestrutura, que segundo o secretário é muito deficitária, e realizar campeonatos, torneios, gincanas, corridas de rua, etc.

2.1.8. Gestor de Esporte da **cidade 16**

O gestor da **cidade 16**, sobre a importância do desporto para a gestão, respondeu o seguinte:

“A própria criação da secretaria já é para você fomentar o esporte e lazer na cidade, então ele é o carro-chefe, ele que é a razão da própria existência da secretaria. A gente tem trabalhado o desporto nas diversas formas para atingir o objetivo da criação da própria secretaria”.

Ao responder à pergunta, o gestor não foi objetivo e sua resposta se limitou ao fato de a secretaria ter de fomentar a prática esportiva e de lazer na cidade. Entretanto, durante a entrevista, ele relatou que a inclusão social e a melhoria na qualidade de vida são aspectos muito importantes do esporte. Ele foi um dos poucos gestores a citar benefícios em termos físicos, como a promoção de saúde, que acarreta a diminuição de problemas médicos.

“Nas prioridades do desporto eu vejo mais a inclusão e, também, promover a própria qualidade de vida. Quando você fala de esporte, há uma série de fatores que envolvem, como a melhoria da qualidade de vida, que é o problema da saúde... quem pratica esporte tem os benefícios da saúde e conseqüentemente isso vai gerar lá na ponta, um número menor de internações, a longevidade, tudo... então eu vejo o esporte assim: como qualidade de vida, melhoria da saúde e como prevenção, principalmente como medida preventiva. Então eu vejo também, principalmente agora, como uma forma de combate e prevenção às drogas”.



Ao analisarmos as respostas dos gestores(as) da região Nordeste, percebemos que o desporto é visto como uma forma de inclusão social e combate às drogas e à violência, principalmente entre crianças e jovens. As respostas convergiram quanto à importância, aos objetivos e às prioridades de cada gestão. A grande maioria das secretarias prioriza o desporto de participação, pois acredita ser função desta fomentar a prática desportiva na sociedade, e os projetos são normalmente voltados para as crianças e os adolescentes.

Percebe-se que, ao dar prioridade às crianças e aos jovens, os governos acabam por deixar de lado os adultos jovens e os idosos, fato que não pode ser generalizado já que algumas cidades desenvolvem projetos para essas faixas etárias, mesmo em menor proporção.

O que mais nos preocupou na região Nordeste foi à falta de políticas públicas de esporte e lazer voltadas para pessoas com deficiência, para mulheres e outros segmentos da sociedade. Esse problema pôde ser encontrado em outros estudos, por exemplo: Araújo, Dominici e Cardoso (2008) que, ao analisar a cidade de São José do Ribamar, percebeu a baixa participação de pessoas com deficiência nos projetos realizados pela prefeitura (cerca de 8% das 107 pessoas entrevistadas).

O mesmo foi relatado por Mezzadri et al. (2006), Starepravo e Mezzadri (2013, pg. 83), que, ao analisar 15 cidades no estado do Paraná, percebeu que ainda é necessário construir atividades para as pessoas portadoras de necessidades especiais, idosos, mulheres e trabalhadores.

De todas as cidades, apenas o gestor da **cidade 1** afirmou dar prioridade ao desporto de alto rendimento, apesar de também investir no desporto de participação. Se compararmos esses resultados com o estudo de Mezzadri et al. (2006), fica clara uma diferença de prioridades entre essas cidades, já que no Paraná os autores identificaram que cerca de 70% da verba são destinados ao desporto de alto rendimento e ao desporto escolar.

Também Bastos e Mazzei (2013, p. 127) revelam a profusão significativa de instalações esportivas no Brasil para esportes de alto desempenho, em contraste com a falta de instalações para outros setores esportivos.



Mezzadri e Starepravo (2008), ao analisarem as cidades de Piraquara, São José dos Pinhais e Araucária, todas no Paraná, destacaram que a ação dos municípios restringe-se em termos de alcance às diferentes manifestações esportivas, públicos e faixa etária. O mesmo pode ser visto na região Nordeste, onde o futebol é disparado o esporte mais praticado e estimulado, com raras exceções como a **cidade 4**, que relatou investir em esportes menos conhecidos como o hóquei sobre patins e o rugby.

É muito importante que as cidades tenham a preocupação de proporcionar uma prática esportiva variada e universal, alcançando todos os públicos e faixas etárias, garantindo, assim, a presença do direito ao esporte e lazer (ARAÚJO; DOMINICI; CARDOSO, 2008).

2.2. RETRATO DA REGIÃO NORTE

2.2.1. Gestor de Esporte da **cidade 2**

O gestor da **cidade 2** não foi questionado sobre a importância do desporto para a gestão, entretanto suas falas durante a entrevista remetem ao esporte como meio de inclusão e prevenção, além da possibilidade de impedir que jovens e crianças sigam o caminho do crime. A secretaria está investindo na ampliação dos centros esportivos e contará com um ginásio com capacidade média para 13 mil pessoas, oportunidade de ampliar a prática esportiva na cidade e mais um espaço para ser utilizado pelas “seleções da cidade”, que são formadas pelos melhores jogadores de cada modalidade, jogadores esses que se destacam em vários pólos desportivos da cidade, são 17 polos no total.

2.2.2. Gestor de Esporte da **cidade 3**

Sobre a importância do desporto, o gestor respondeu: *“Por a gente ter um número muito grande de praças públicas aqui, ele é fundamental para tirar a população do sedentarismo, é ofertar sem dúvida nenhuma as práticas esportivas”*.

O gestor relata, ainda, que o esporte é fundamental para diminuir o sedentarismo na cidade, e o fato de ter um grande número de praças ajuda a



secretaria a proporcionar práticas desportivas para a população. Apesar da quantidade de praças, o gestor não relatou nenhum projeto que beneficiasse todas as faixas etárias, pelo contrário, afirmou que os sujeitos priorizados são as crianças: *“A nossa prioridade são crianças, são crianças em formação, tentar, apesar de nosso foco não ser o alto rendimento, que até mesmo a lei municipal não abrange o alto rendimento, e sim o esporte comunitário. Nosso foco é a criança”*.

2.2.3. Gestor de Esporte da **cidade 6**

Sobre a importância do desporto para a gestão, o gestor da **cidade 6** respondeu:

“A questão do desporto é justamente para isso, para começar a trabalhar os valores, a base da comunidade; além de trabalhar os valores com as crianças, proporcionar momentos de lazer, de interação social, momentos interativos; esse intercâmbio, essa troca de cultura de algumas comunidades para as outras, então, por isso é importante. É esse o trabalho desportivo que realizamos aqui dentro desta base. Nós conseguimos integrar, interagir e criar relações sociais no município”.

O gestor relatou um ponto não falado pelos demais secretários: o esporte como meio de interação. A interação e o intercâmbio de informações e de cultura que a prática esportiva pode proporcionar já é um grande motivo para se investir no esporte no município, afinal a interação é à base da vida em sociedade. O desporto de participação também é o mais investido na cidade 6, tendo como público-alvo aquelas pessoas que praticam atividades nas comunidades, por exemplo, a caminhada e o futebol de fim de semana:

“Nós trabalhamos com a nossa concepção de desporto, é o desporto amador, porque a criação da coordenação se justifica por incentivar o desporto amador e prática desportista e recreativa do município, então nós incentivamos os campeonatos amadores, as práticas recreativas também das crianças e lúdicas. Nesse ano esportivo a parte de formação



mesmo, de formação de caráter, de formação de pensamento, de formação de valores então essa é a nossa prática de trabalho; também a prática de trabalho social com crianças com rendimento escolar que existe no município”.

2.2.4. Gestora de Esporte da **cidade 8**

Resposta da gestora de esportes da **cidade 8** sobre a importância do esporte para a gestão, foi a seguinte:

“O esporte eu acredito, como professora de Educação Física, que é um elo e sempre será um elo na educação. Então nós temos projetos que damos oportunidade para as crianças em horário de contrapartida; pela manhã, eles estão pelas escolas e à tarde, eles estão aqui praticando atividade física, atividade desportiva. Então o esporte ele não só prepara como retira a criança de tempos ociosos, de vida de risco e a prepara tanto na saúde quanto preparamos cidadãos para ingressar na sociedade”.

Nessa cidade a gestora relata que o esporte é uma oportunidade de ocupar o tempo ocioso das crianças e ao mesmo tempo proporcionar-lhes uma vida mais saudável, além de ser um elo na educação que ajudará na formação delas como cidadãs. Apesar de falar muito sobre crianças, tal gestora deixa-nos evidente que a secretaria atende a todas as faixas etárias, desenvolvendo projetos para crianças, adultos e idosos.

“Nosso projeto aqui abrange as 4 zonas da cidade de *****. O esporte praticado é um esporte de iniciação, que a gente atende crianças nossas de 5 a 18 anos em nível de escolaridade. Nós temos os projetos comunitários, que atendem à comunidade de modo geral e nós temos um projeto voltado para a prevenção da terceira idade, trabalhamos com a terceira idade. Então, atendemos a todas as faixas etárias, de 5 e acima de 65 anos”.



2.2.5. Gestor de Esporte da **cidade 10**

Quando questionado sobre a importância do desporto para a gestão, o gestor da **cidade 10** expressou a seguinte resposta:

“Como eu venho falando, conseguimos colocar o esporte num patamar de igualdade com outras áreas de amplitude em relação à gestão da cidade, então temos hoje o esporte como prioridade. Isso reflete justamente no nosso orçamento, que saltou de um orçamento irrisório e de uma pasta que não existia para uma pasta hoje que existe e trata somente de esporte e saltou mais de 1.000%”.

O gestor relata que o crescimento da Secretaria de Esportes na cidade foi exponencial. Segundo ele, os valores da pasta passaram de 800 mil para aproximadamente 10 milhões em 2014, e em 2015 eles esperavam um investimento de cerca de 50 milhões de reais, juntando recursos federais e privados, somando o investimento para os projetos da secretaria e o investimento que seria utilizado nos jogos mundiais indígenas, dos quais a cidade foi sede.

A secretária mostrou que consegue trabalhar as três dimensões do esporte, buscando beneficiar pessoas de diversos locais, idades e tipos de prática esportiva:

“Nosso público é tantos os esportistas profissionais ou desportistas que são de rendimento, nós temos projetos de bolsa atleta que dá bolsa para o atleta com auxílio de R\$ 400,00 a R\$ 3.000,00. Nós temos hoje, em 2014, 74 bolsistas; em 2013 eram 52 bolsistas que foram contemplados com o projeto. Então já tem o atleta habitual de rendimento através de alguns programas que dão passagem aérea para o atleta competir nacional e internacionalmente. Temos também algumas atividades que atendem à população em geral, aquele desportista que não é um desportista que pratica esporte externamente, é um esportista que pratica esporte de participação, como a gente chama que somente participa. Ele quer interagir, ele quer praticar atividade física e tem alguns projetos que atendem essa população nas praças esportivas”.



A secretária ainda afirmou que:

“Nós temos hoje mais de 50 praças, praças abertas. Todas têm pista de Cooper, têm academias ao ar livre então a gente atende através de projetos essa população. Fazemos atividade física com eles, orientamos atividade física, fazemos medição de índice de massa corporal, medição de pressão. Orientamos, fazemos uma espécie de consultoria para essas pessoas. Tem também o esporte educacional que atendemos com a pasta de Educação; a pasta dos atletas escolares, que são realmente as escolas da cidade. Fazemos em cada uma delas uns jogos escolares internos, depois desses jogos escolares internos, trazemos os jogos escolares municipais, depois para o estadual, depois nacionais. Atendemos a essas três áreas. No próximo ano, tem um projetinho para atender também os idosos, que não atendemos ainda, nem os idosos nem os para-atletas, paraolímpicos. Então, no próximo ano, vamos atender esse público dos idosos e os atletas paraolímpicos também”.

2.2.6. Gestor de Esporte da **cidade 11**

Quando questionado sobre a importância do desporto, o gestor respondeu:

“Fundamental! Eu vou te dar um exemplo, nossa sociedade copia o modelo dos gregos, a sociedade ocidental. O que os gregos fizeram lá no seu início para acabar um pouco com a guerra das cidades-estados? Criaram os jogos olímpicos. Então, eles faziam suas competições em cima de jogos esportes. Então, com isso baixou mais o nível de guerra de mortes, etc., se bem que os jogos eram bem violentos na época, mas evitou-se muito. Então, se nós estamos copiando modelos, nosso modelo de civilização é o modelo ocidental e o esporte faz parte disso já no início da nossa civilização. Então, o que nós precisamos é entender que o esporte realmente tem que ser visto como via de sociabilizar e via de acabar com muitas máculas que se tem na nossa sociedade. Agora, precisa massificar mais os projetos”.



Ele ainda asseverou que o esporte, além de ser uma forma de sociabilização, pode acabar com muitos problemas da sociedade. De acordo com sua visão, o esporte é uma das formas mais fáceis e rápidas de diminuir a criminalidade e a secretaria tem tentado fazer com que a população o veja de maneira diferente, acabando com essa ideia de que ele é apenas uma forma de lazer, mas que vai além, podendo ajudar a combater alguns problemas sociais presentes na sociedade.

A secretaria busca fomentar o esporte nas comunidades, nas bases, porém, isso não quer dizer que não invista no alto rendimento. De acordo com o gestor, ao ajudar este alto rendimento, seu crescimento influencia também na prática das bases:

“Então, se nós pudermos ajudar o alto rendimento a evoluir, a base vai espelhar-se e vai querer praticar mais. Então, tudo é uma cadeia. Vou te dar um exemplo recente: agora mesmo uma atleta nossa de vôlei de areia foi semana passada a R***** e venceu o torneio, um torneio a nível Norte, e ela é alto rendimento e as meninas novinhas já estão se espelhando para praticar o vôlei de areia. Então, foi com a nossa ajuda. Ela participou bem cedo e agora ela é um espelho para as nossas bases”.

2.2.7. Gestor de Esporte da **cidade 13**

Quando questionado sobre a importância do desporto para a gestão, este gestor respondeu:

“Nesta atual gestão, consideramos de fundamental importância. Nosso dirigente maior, que é o nosso Prefeito, por determinação política dele, entendeu que essa área social, assim como a cultura e outras áreas também, enfim, as áreas humanas têm muita importância para a gestão do município considerando que as políticas de infraestrutura e de execução são complementadas com as políticas de relacionamento embora a gente tenha uma forte atuação na execução de atividades, mas essa relação com a população, com a comunidade, o esporte proporciona isso, então é de



fundamental importância para nossa gestão neste atual mandato”.

Ele não conseguiu dizer bem qual seria a importância do esporte, apenas disse que a gestão o considera importante. Destaca que a cidade não tinha uma secretaria de esporte e lazer e que esta foi criada justamente em sua gestão, reforçando que a criação da própria secretaria é uma forma de mostrar como o atual governo vê o esporte e sua importância para a sociedade. O gestor ainda fez alusão que eles investem mais no esporte participação, sendo priorizadas as comunidades e seus movimentos:

“Nossa concepção é de esporte de participação, o esporte social, o esporte comunitário, voltado para as comunidades, para que as comunidades tenham acesso, tenham a possibilidade ao acesso as práticas aos espaços e a essa política então nossa concepção é o esporte de participação. Os sujeitos priorizados são as comunidades, nós temos um relacionamento muito bom com o movimento comunitário, então hoje temos uma secretaria que trata dessa relação com a política, com os movimentos comunitários, então o nosso principal agente de objeto é a comunidade”.

2.3. BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se compararmos as regiões Norte e Nordeste, não veremos grandes diferenças nas respostas. Em praticamente todas as capitais, as respostas seguiram a mesma lógica: esporte como meio de inclusão ou de formação.

Os municípios devem fomentar e garantir o direito ao esporte para toda a população, e a construção e manutenção de praças públicas é uma forma de manter a prática desportiva, não ao contrário. Isso mostra como algumas cidades têm tratado o esporte de forma amadora, não pondo pessoas qualificadas na gestão da pasta / diretoria de esporte.

No entanto, a legislação existente pode ser uma grande dificuldade para essa tarefa, uma vez que as responsabilidades dos municípios, do setor esportivo ainda não estão claramente definidas (MENEZES, et at, 2013, p. 110).



A falta de projetos para portadores de deficiência é destacada na região Norte do País, haja vista que nenhum dos gestores referiu ter projetos específicos para esse público, nem mesmo o gestor da **cidade 10**, que admitiu a falta de projetos para pessoas com deficiências e também para idosos, apesar de afirmar ter um projeto que seria implantado em 2015.

Conclui-se que muitos municípios ainda não dão a devida importância ao esporte e muitos gestores(as) só enxergam os benefícios sociais que o esporte pode proporcionar, esquecendo os benefícios físicos e principalmente psicológicos, que não foi referido por nenhum dos gestores(as). Torna-se essencial que os municípios acabem com a visão reducionista do esporte, visto ainda apenas como lazer, e comecem a tê-lo como prioridade em suas gestões.



INFRAESTUTURA DO ESPORTE: UMA ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS

Maria José Carvalho

CIFI2D - Universidade do Porto

Amanda Cardoso Feliciano

LABGESPP - Universidade Federal de Pernambuco

Anderson de Melo Costa

LABGESPP - Universidade Federal de Pernambuco

José Edvaldo dos Santos Moura

LABGESPP - Universidade Federal de Pernambuco

Matheus Ferreira da Silva

LABGESPP - Universidade Federal de Pernambuco

As Atividades Físicas são cientificamente comprovadas como sendo uma forma muito eficiente na promoção da saúde e qualidade de vida e controle de diversas doenças (Bize et al. 2007; Guarda et al. 2012; Oliveira et al. 2010; Pereira et al. 2009). Assim, a sua prática configura-se importante, evidenciando-se também a eminente necessidade da existência de espaços apropriados a sua realização.

Dentro dessa discussão está a construção e reforma de equipamentos esportivos, onde estes se tornam importantes por oferecerem um local onde atividades podem ser desenvolvidas. Esses equipamentos podem ser dos tipos mais variados possíveis como quadras poliesportivas, piscinas, campos de futebol, entre outros.

A construção de instalações é, antes de tudo, um projeto social que pretende agregar um conjunto de necessidades tidas como essenciais

para o bem estar de uma população. A realização de estudos preliminares, a formação de equipes pluridisciplinares e, a consulta de peritos no setor desportivo, deve anteceder todo o processo de projeção e construção de uma infraestrutura desportiva (Walker, 1997).

Portanto, cabe ao gestor pensar planejar estratégias que estimulem a população a utilizar os espaços públicos, tais como parques, praças e demais espaços (POCHMAN, 2012)

A realização da Primeira Conferência Nacional do Esporte em 2004 ratifica o direito de acesso aos equipamentos esportivos e a sua manutenção com o propósito de oferecer equipamentos de qualidade:

“[...] Propor ações articuladas entre os diversos níveis da administração pública e ou em articulação com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, para construção, modernização, revitalização, preservação, otimização e maximização de espaços e equipamentos para o esporte e lazer com segurança e qualidade, visando o interesse e necessidades da população, contemplando a acessibilidade de pessoas com deficiência e pessoas com necessidades especiais, idosas e idosos. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2006)”.

Assim, através de informações obtidas com secretários de esporte das regiões Norte e Nordeste do Brasil buscou-se analisar, entre outros aspectos, como os governos estaduais e locais tratam a demanda por equipamentos e espaços públicos para a prática de atividade física e de esportes.

3.1. CONCEITO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS

O termo “Instalação Desportiva” tem diferentes significados e várias interpretações, sendo empregado de forma diversificada.

Sarmiento (2001), na Carta Desportiva Municipal do Porto, considerou que uma instalação desportiva é uma área artificial, previamente preparada, na qual se pode desenvolver um ou mais tipos de atividades desportivas formais.



Para Pires (1989), as instalações desportivas são um conjunto de infraestruturas desportivas construídas para a sua prática, as quais incluem instalações de apoio e locais específicos para espectadores, assim como espaços naturais continuamente utilizados pelas populações, desde que possuam as mínimas estruturas de apoio.

Para Cunha (2007) as instalações identificam no espaço urbano os locais específicos de práticas desportivas realizadas em espaços delimitados. Elas localizam um tipo de atividades desportivas que se desenvolvem num determinado território e que de acordo com a função que desempenham e pela utilização que as comunidades lhe conferem, assumindo-se cada vez mais com um espaço próprio dentro das cidades e dos seus espaços de influência.

Infere-se, portanto, que a função de uma instalação esportiva inclui oferecer de forma continuada a oportunidade de realização de uma prática desportiva num determinado lugar e onde está presente um processo de standardização (CUNHA, 2007).

Para Couto (1981), os equipamentos comunitários desempenham importante função para o equilíbrio social, político, cultural e psicológico de uma população, pois funcionam como fator de escape das tensões geradas pela vida contemporânea em comunidade.

Portanto, evidencia-se que a existência de um parque de equipamentos esportivos constitui-se como um elemento facilitador à democratização da prática de esporte e de atividade física (PEDROZO & MENEZES, 2011).

3.2. EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS: RELAÇÕES ENTRE ESPORTE E LAZER

O Esporte e o Lazer apresentam-se como tempo e espaço necessário para a reconstrução cultural, essencial à realização plena da condição humana. Ambos exercem um significativo papel social, político, econômico e cultural se forem assumidos enquanto cultura vivenciada no tempo disponível e como um direito inalienável de todo cidadão.



A Constituição Federal Brasileira, no artigo 217º estabelece que “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um” (BRASIL, 1988).

É nos espaços da cidade e na vida cotidiana das pessoas que o esporte desenvolve suas formas e manifestações. Além disso, o esporte produz práticas sociais inegáveis, e para que isso se realize é fundamental a existência de equipamentos desportivos na cidade.

No Brasil o Esporte é caracterizado por três formas de expressão distintas conforme indicado por Tubino (2010): 1) Esporte-Lazer; 2) Esporte-Educação; 3) Esporte-desempenho.

Já o lazer é entendido como “[...] um conjunto de atividades desenvolvidas pelos indivíduos seja para o descanso, seja para o divertimento, seja para o seu desenvolvimento pessoal e social, após cumpridas suas obrigações profissionais, familiares e sociais” (DUMAZEDIER, p.34, 1976).

O Esporte e Lazer adquirem, portanto, destaque na atualidade e passam a ser considerados indispensáveis ao ser humano, principalmente diante do ritmo de trabalho e exigências que derivam da cultura capitalista.

Atualmente, existem vários equipamentos específicos à prática esportiva e de lazer. Porém, esses equipamentos muitas vezes tornam-se inviáveis, face aos elevados preços, o que aponta para os espaços públicos livres, sobretudo quando na forma de praças e parques e como alternativas para o esporte e lazer. O que vem acontecendo ultimamente, no entanto, é que muitos desses espaços não atendem aos gostos de seus usuários, tornando-se praças e parques ociosos.

Nesse aspecto, é necessário que a cidade ofereça uma diversidade de equipamentos desportivos, uma vez que esses equipamentos devem possibilitar maior acessibilidade da população à prática esportiva e do próprio lazer. Para que isso se torne realidade, é importante que o poder público cumpra seu papel social e político, planejando, construindo e mantendo os equipamentos levando em consideração as necessidades da população.



As infraestruturas desportivas devem ser pensadas e planeadas no sentido de que se integrem ao *design* urbano, devendo ser distribuídas de forma harmoniosa, considerando as carências em termos de tipologia, bem como para atender às necessidades dos diversos tipos e níveis de prática desportiva. Assim, os equipamentos esportivos podem ser entendidos como um dos elementos facilitadores à democratização da prática desportiva, uma vez que estes se tornam os espaços fulcrais para a prática desportiva da população.

Segundo Cunha (2007), a função de um equipamento desportivo é oferecer sistematicamente uma opção de espaço para a prática desportiva em um local especificado. O autor complementa explicando que a identificação e o registro desses equipamentos desportivos contribuem para o reconhecimento do nível de equipamento urbano das populações, além de ser um dado fundamental para determinar a qualidade de vida em matéria de esporte.

Segundo Feitais (2008), os cidadãos encontram diversos obstáculos quando decidem iniciar e manter uma prática desportiva; a falta de equipamentos desportivos surge como um dos entraves.

Já Santini (1993) diferencia os termos **equipamento** e **espaço**, onde equipamento se refere aos objetos que organizam um determinado espaço em função de determinada atividade, enquanto espaço é entendido como o suporte territorial / geográfico para os equipamentos.

Para Barros e Virgílio (2003), dentre os espaços livres, a praça é um espaço que exerce influência na melhoria da qualidade de vida da população e do meio ambiente urbano na medida em que reduz os efeitos causados pelo homem no processo de urbanização. Mas conforme destacado por Nucci (2008), a qualidade do espaço livre não está diretamente relacionada à quantidade de equipamentos para recreação, pois talvez o mais importante seja a existência e a potencialidade ecológica de tais espaços, deixando para a comunidade o direito de usufruí-la da maneira que desejar.

Desta maneira, ao pensar nas políticas voltadas ao esporte e lazer é preciso considerar a integração de uma rede de equipamentos específicos e não específicos, conforme sugere Requixa(1980):



“Como equipamentos não específicos entende os que, na origem, não foram construídos para a prática das atividades de lazer, mas que depois tiveram sua destinação específica alterada, de forma parcial ou total, criando-se espaços para aquelas atividades. [...] Entre esses equipamentos não específicos estão: o lar, a rua, o bar, a escola, etc. Já os equipamentos específicos são construídos com essa finalidade, podendo ser classificados pelo tamanho, atendimento aos conteúdos culturais, ou outros critérios”.

É recomendado que a distribuição das áreas verdes, a exemplo das praças, seja realizada de forma homogênea pela malha urbana, a fim de proporcionar benefícios a toda à população, sem restrições socioeconômicas (MINAKI; AMORIM; MARTIN, 2006). Mas, conforme destacado por estudiosos do planejamento urbano, é comum os gestores públicos privilegiarem a melhoria do espaço urbano no centro e nos bairros de classe média, em detrimento da periferia (MATOS; QUEIROZ, 2009).

É visto que a qualidade, funcionalidade e espacialização das praças são tidas como bases indispensáveis de toda política urbana, sobretudo nas cidades nas quais os conflitos socioambientais se mostram mais acentuados.

As pessoas praticam cada vez mais atividades físicas em locais que escolhem por vontade própria e onde sabem que terão prazer na prática que escolham. No entanto só o farão se o local for do seu agrado e se proporcionar todas as condições necessárias para o seu bem-estar. É necessário compreender estas mudanças assimilando o seu significado, sob pena de ficarmos irremediavelmente ligados a uma realidade passada, desajustada do contexto social que vigora (BARREIRA, 2003).

3.3. MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS

Constantino (2004) destaca que para a sociedade ter acesso aos equipamentos esportivos de maneira que venha a aproveitá-los adequadamente, o poder público deve cumprir seus deveres que seria de realizar novas construções, planejar melhorias e promover manutenções periodicamente.



A construção de equipamentos esportivos e de lazer apresenta-se com destacada relevância para o uso do espaço urbano nas cidades sendo, portanto, um eixo prioritário para as políticas de esporte e lazer, conforme destacam Barbuy (1980) e Marcellino (2002).

Da Cunha e Mazo (2010) evidenciam que, além da construção, a reforma de equipamentos permite a realização de diversas atividades que interferem significativamente no cotidiano das pessoas.

3.4. RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa evidenciou que existe uma centralização das atividades na orla das cidades, devido à concentração de equipamentos e espaços propícios para a prática esportiva e de lazer.

Esse fenômeno decorre de um processo de “periferização urbana”, um fenômeno que desloca a população mais carente para as regiões menos centrais das cidades e centraliza os investimentos em infraestrutura urbana e equipamentos sociais de qualidade, conforme aponta Cunha (2005). Sobre este fenômeno, Costa (2002) pondera que as regiões caracterizadas como centro recebem mais investimentos do que as periferias.

No que concerne aos tipos de equipamentos e espaços existentes, a investigação identificou na região Norte do Brasil uma maior incidência de praças, campos e quadras esportivas e Centros de Iniciação Esportiva, conforme o quadro a seguir.

Quadro 2 - Equipamentos Esportivos na região Norte do Brasil

REGIÃO NORTE							
	Centros de iniciação Esportiva	Campos e Quadras	Piscinas	Praças	Estádios de Futebol	Esportes Específicos	Vila Olímpica
UF's	**	*	-----	***	-----	-----	-----
Capitais	**	**	-----		*	**	*



Já na região Nordeste do Brasil, **Quadro 03**, os dados evidenciaram uma maior incidência de Centros de Iniciação Esportiva, Campos e Quadras e Praças, não se distanciando do que já fora identificado na região Norte.

Quadro 3 - Equipamentos esportivos na região Nordeste do Brasil

REGIÃO NORDESTE							
	Centros de iniciação Esportiva	Campos e Quadras	Piscinas	Praças	Estádios de Futebol	Esportes Específicos	Vila Olímpica
UF's	****	****	**	**	*	***	**
Capitais	*****	***		****		**	

Outro ponto a ser destacado pela pesquisa é que há um grau elevado de insegurança nas dependências dos equipamentos e espaços esportivos existentes. Além desse fator, os gestores afirmaram que há um elevado nível de depredação do patrimônio público, o que impeliu as gestões de adotarem estratégias voltadas para a diminuição da depredação desses espaços.

3.5. BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os dados e informações obtidos através de entrevistas com os gestores, destaca-se o fato de que existe uma concentração dos equipamentos nas orlas e regiões centrais das cidades, tanto na região Norte como na região Nordeste do Brasil, onde se localizam os bairros com maior poder aquisitivo, os chamados bairros nobres.

Ainda, nessas regiões também se concentram as principais ações de manutenção e de conservação dos equipamentos esportivos, reforçando a premissa de que existe um baixo nível de investimentos em estruturas nas regiões mais periféricas das cidades.



A CONCEPÇÃO DO ESPORTE NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL

Edmilson Santos dos Santos

Universidade do Vale do São Francisco

Esdras Henrique Rangel de Melo

LABGESPP – Universidade Federal de Pernambuco

Leandro Barbosa de Albuquerque

LABGESPP – Universidade Federal de Pernambuco

Percebe-se que, nos últimos anos, houve uma quebra paradigmática no que se refere à epistemologia do Esporte. Verifica-se o rompimento com o dito Esporte Moderno (TUBINO, 1996), pautado em uma perspectiva de rendimento (embora já tenha sido tratado como jogo e formação) e uma forte ascensão e adesão ao esporte em uma perspectiva mais contemporânea. Esse rompimento, inicialmente empírico, teve como marco histórico a *Carta Internacional de Educação Física e Esporte*, documento da UNESCO, que instituiu diretrizes norteadoras para uma nova abordagem para o Esporte: um direito de todos.

Assim, com essa nova concepção do Esporte, considerando-o um fenômeno social, estruturaram-se formas distintas de manifestação. Para tanto, essas formas de expressão passaram a criar a necessidade de referenciar os princípios com os quais, cada forma de manifestação do Esporte, passaria a garanti-lo como direito de todos.

No Brasil, o rompimento com o “esporte moderno” de forma efetiva deu-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988, abrindo assim possibilidades para a perpetuação do Esporte Social (TUBINO, 2010), o que abrange as manifestações esportivas formais e não formais.

Em sua obra “*O que é Esporte*”, Tubino caracterizou três representações / manifestações do Esporte: 1) Esporte-Educação; 2) Esporte-Participação; 3) Esporte Performance, com o objetivo, respectivamente, de formação de cidadania dos jovens; práticas esportivas de lazer, de tempo livre e integração social; Esporte de competição (esporte de rendimento com regras / regulamentos).

Em um novo estudo, Tubino (2010) apontou uma reestruturação desses três conceitos de Esporte, em que evidencia novas formas de manifestação do esporte em três eixos: o esporte-educação, o esporte-lazer e o esporte de desempenho, conforme a **Figura 1**.

Figura 01 – Formas de manifestação do esporte

ESPORTE					
FORMAS DE EXERCÍCIO DO DIREITO AO ESPORTE	Esporte-Educação		Esporte-Escolar	Esporte de Desempenho	
DIVISÕES DAS FORMAS DE EXERCÍCIO AO ESPORTE	Esporte Educacional	Esporte Escolar	Esporte-Lazer	Esporte de Rendimento	Esporte de Alto Rendimento
PRINCÍPIOS	Participação Co-Educação Cooperação Co-Responsabilidade Inclusão	Desenvolvimento Esportivo Desenvolvimento do Espírito Esportivo	Participação Prazer Desenv. Esportivo	Desenvolvimento Esportivo Superação	

Fonte: Tubino (2010, p. 44).



É evidente que o processo de rompimento paradigmático compeliu os governos a entenderem essas novas dimensões do esporte. No Brasil, antes o esporte era entendido em uma perspectiva de alta performance e após essa reformulação conceitual, as portas para o esporte social foram abertas (TUBINO, 2010).

4.1. RESULTADOS OBTIDOS

Considerando o papel do Estado de fomentar, portanto, garantir a prática esportiva como um direito constitucional, a pesquisa tratou da Concepção do Esporte como um eixo temático a ser analisado. Diante disso, a investigação proporcionou as seguintes inferências:

No **estado 1**, verificou-se que o esporte de desempenho e o esporte-lazer subsidiam as políticas de esporte executadas pelo governo estadual. Destaca-se nessa gestão, o papel de “transformação social” que o esporte proporciona aos sujeitos, conforme a fala do gestor, **Quadro 04**, apresentado mais adiante.

Na **capital 1**, evidencia-se que a gestão municipal trata o esporte na perspectiva do desempenho. O gestor afirma também que há uma orientação no que diz respeito ao Esporte Educacional, entretanto, o Esporte de Desempenho se sobressai. O gestor fala em um formato de seleção por meritocracia, em que o atleta é contemplado por benefícios se for destaque no esporte que prática. Assim, no município, não existem políticas de esporte que contemplem a formação do atleta, mas sim o seleciona quando ele já apresenta um nível elevado de desempenho.

No **estado 2**, as concepções Esporte de Desempenho, Esporte-Lazer e Esporte-Educacional orientam o processo de *agenda setting* na gestão estadual. Além disso, há inserção do Paradesporto e de práticas esportivas para a população idosa – na perspectiva do lazer e da inclusão. Ressalta-se que há maior ênfase no Esporte Educacional por meio de projetos e atividades nas escolas.

Outrossim, o desporto de lazer é considerado uma ferramenta de inclusão dos jovens na sociedade e, também, uma forma de abolir e prevenir o consumo de substâncias ilícitas e a criminalização oriunda desses hábitos nocivos, uma vez que no estado esse é um problema recorrente.



Na **capital 2**, o desporto é tratado pela concepção de Lazer em uma perspectiva emancipatória. Para além, o gestor afirma que há uma orientação quanto ao desporto presente na escola, o Esporte Escolar.

No **estado 3**, o Esporte-Lazer orienta a formulação das políticas de esporte, dando maior incentivo e investimento ao esporte amador no estado. Evidenciou-se também, a existência do Esporte Escolar; na **capital 3**, o esporte é tratado na perspectiva do lazer. A gestão municipal tem como agenda a ampliação da oferta do Esporte-Lazer na cidade.

No **estado 4**, o esporte é ofertado por meio de três concepções: Esporte-Lazer, Esporte-Educacional e Esporte de Desempenho, afirma o gestor; na **capital 4**, o gestor afirmou que o município formula as políticas de esporte considerando o Esporte-Lazer na perspectiva de prevenção e manutenção da saúde, o Esporte-Lazer na perspectiva de participação e também o Esporte de Desempenho.

No **estado 5**, o Esporte-Lazer e o de Desempenho (através da iniciação esportiva) pautam a formulação das políticas de esporte no referido estado; na **capital 5**, as pautas de formulação são orientadas pelo Esporte Educacional, pelo Esporte de Desempenho e pelo Esporte-Lazer;

No **estado 6**, estão presentes as três concepções de esporte apontadas pela literatura: Esporte-Lazer, Esporte-Educação e Esporte de Desempenho; na **capital 6**, o Esporte-Lazer subsidia o processo de *agenda setting* com práticas lúdicas e recreativas e pelo Desporto Amador e o Esporte-Educacional – na formação cidadã e de caráter.

No **estado 7**, o Esporte-Lazer em uma perspectiva comunitária, de afirmação de cidadania, orienta a formulação das políticas de esporte; além disso, o Desporto Escolar também recebe incentivos por meio dos Jogos Escolares e por último, o Esporte de Desempenho, com o trato junto às federações desportivas.

Na **capital 7**, o Esporte Educacional está presente na agenda do município, pois objetiva sublimar a problemática da pobreza em diversas localidades. Assim, o desporto é tratado como uma ferramenta de inclusão social, como um agente de integração dos indivíduos.



No **estado 8**, prioriza-se a inclusão social pelo Esporte Educacional e presta-se auxílio às federações esportivas, incentivando, assim, o Esporte de Desempenho; na **capital 8**, a gestão municipal trata do Esporte de Desempenho por meio da iniciação esportiva e do Esporte-Lazer mediante o esporte comunitário e com viés de prevenção de saúde.

No **estado 9**, a gestão estadual trata o esporte na perspectiva educacional e de desempenho. Na **capital 9**, subsidiam as políticas de esporte no município o Esporte Educacional na perspectiva de inclusão social e o Esporte de Desempenho, apoiando as categorias de base. O gestor afirma que, apesar das categorias de base, deixa explícito que a secretaria não objetiva o esporte de rendimento, pois não é papel de nenhum município formar atletas. O que a gestão pode fazer é dar suporte aos atletas, seja na construção, na restauração, seja na manutenção de equipamentos esportivos.

No **estado 10**, a gestão conta com três gerências, que são responsáveis pelo trato com o desporto e as respectivas áreas de inserção. São elas: a gerência educacional, que trata do Esporte-Educação; a gerência de base e rendimento, que trata do Esporte de Desempenho e a gerência de esporte e lazer, que trata do Esporte-Lazer nas áreas de vulnerabilidade social. Na **capital 10**, a gestão trata do esporte pelo viés do Lazer, do Desempenho e do Esporte-Educação, em suas duas subdivisões.

No **estado 11**, a gestão presta apoio ao esporte universitário, viabilizando a participação em competições nacionais ou internacionais. Fica evidente que a gestão prioriza o Esporte de Desempenho, considerando o apoio ao desporto universitário nas condições acima pontuadas e pela fala do gestor, conforme o demonstrado no **Quadro 4**.

Na **capital 11**, o Esporte-Lazer e Esporte-Educacional orientam o processo de formulação das políticas de esporte. Destaca-se o objetivo de sanar a problemática da violência urbana pela massificação das atividades esportivas de cunho educacional;

No **estado 12**, as concepções de Esporte Escolar, Esporte-Lazer e o Esporte de Desempenho, explicitou o gestor, conforme demonstrado no



Quadro 2. A maior ênfase está no Esporte-Lazer, em que a gestão viabiliza práticas esportivas para a maior parte da população. Na **capital 12**, a gestão municipal trata do Esporte de Desempenho e também do Esporte-Lazer.

No **estado 13**, a gestão prioriza o Esporte de Desempenho, apoiando a formação de equipes com as federações desportivas; na **capital 13**, a gestão municipal trata do esporte por meio da concepção do Esporte-Lazer, dando ênfase aos desportos comunitários.

No **estado 14**, o Esporte Escolar e o Esporte-Lazer orientam o processo de *agenda setting* da gestão estadual; na **capital 14**, a gestão prioriza o Esporte-Lazer, destacando as práticas esportivas comunitárias.

No **estado 15**, o Esporte Educacional é implantado pela gestão com um programa estadual objetivando a formação cidadã dos sujeitos público-alvo; na **capital 15**, orientam a formulação de políticas de esporte as concepções Esporte de Desempenho e Esporte Educacional.

No **estado 16**, há na gestão as orientações pautadas pelo Esporte Educacional, balizado por um programa do governo federal e o Esporte de Desempenho. Destaca-se, também, o fomento às práticas de Esporte de identidades culturais, conforme a classificação de Tubino (2010).

Na **capital 16**, a gestão municipal trata o desporto pelo viés da inclusão, na perspectiva de “não elitizar” as práticas esportivas. Suas assertivas apontam a existência do Esporte Educacional e do Esporte-Lazer como concepção do Esporte para a gestão.

No **Quadro 02**, são apresentados os trechos dos discursos dos gestores entrevistados.



Quadro 4 – Discurso dos gestores entrevistados

ESTADOS	CAPITAIS
Estado 1	Capital 1
<p>“Nós tentamos implementar a questão do rendimento.”</p> <p>“Transformação social. O papel do esporte é fundamental, é nos investimentos do esporte porque ele agrega essa ação fundamental que é a transformação da vida das pessoas.”</p>	<p>“Nós trabalhamos em quatro linhas: uma engloba o rendimento.”</p> <p>“Nós fazemos inclusão.”</p> <p>“Atividades para a meninada, para a juventude e de forma geral movimentar esses bairros.”</p> <p>“O esporte, você pode trabalhar o esporte com educação associada.”</p>
Estado 2	Capital 2
<p>“Trabalhamos muito o desporto escolar. Temos projetos de judô nas escolas, xadrez na escola, ginástica na escola. É a forma que temos de desenvolver o desporto em descobrir talentos. Inserir essas crianças na escola.”</p>	<p>“Todos os outros projetos que eram diretamente voltados para uma política pública de esporte mais consistente. Consistente por quê? Porque nosso principal objetivo era a emancipação”.</p> <p>“Agora, isso, trazendo o esporte da escola.”</p>
Estado 3	Capital 3
<p>“A gestão do governo do estado, quando começou a apoiar todas as iniciativas do Esporte, principalmente, a do esporte amador, foi em 2011 até 2014. Foi o governo que mais investiu em esporte amador em todo o Estado.”</p> <p>“Nós temos também o Esporte Escolar.”</p>	<p>“O principal objetivo é ofertar lazer e ampliar a oferta de esporte.”</p>
Estado 4	Capital 4
<p>“Esportes de participação.”</p> <p>“O Esporte Educacional.”</p> <p>“E o nosso de rendimento.”</p>	<p>“Temos a vertente da prevenção à saúde, temos a vertente do esporte e participação; vem também o esporte de alto rendimento.”</p>



Quadro 4 – Discurso dos gestores entrevistados (continuação)

ESTADOS	CAPITAIS
Estado 5	Capital 5
<p>Nós temos uma concepção de associar a prática da atividade esportiva em si com o lazer para os praticantes e para os observantes.”</p> <p>“Também na área da iniciação esportiva.”</p>	<p>“A função do Esporte da secretaria na cidade é essencial. O esporte ajuda não só na formação das crianças e dos jovens. Nessa parte também de formar os valores, o sentimento do trabalho em equipe, o sentimento de respeitar as regras, de saber também valorizar o outro, e aprender esses valores da disciplina, do trabalho em equipe e da solidariedade.”</p> <p>“O esporte tem uma função muito grande também ‘como um estilo de vida’, as pessoas que realmente se tornam atletas e adotam isso como uma carreira profissional.”</p> <p>“O esporte comunitário; aquele esporte voltado para as associações de bairro, aquele esporte de bairro mesmo.”</p>
Estado 6	Capital 6
<p>“Aqui nas secretarias, nós temos as células, nós dividimos o desporto, que é a divisão clássica da literatura. Nós temos uma célula de esporte de participação, uma célula de esportes educacionais e uma de esporte-rendimento.”</p>	<p>“Nossa concepção de desporto é o desporto amador.”</p> <p>“As práticas recreativas também das crianças e lúdicas.”</p> <p>“A parte de formação mesmo de formação de caráter, de formação de pensamento, de formação de valores.”</p>



Quadro 4 – Discurso dos gestores entrevistados (continuação)

ESTADOS	CAPITAIS
Estado 7	Capital 7
<p>“Sempre vi no esporte uma forma de socialização, forma de fortalecer laços, laços fraternais, laços culturais. O esporte para mim é, na minha juventude e ainda hoje, uma afirmação da sua cidadania.”</p> <p>“As prioridades são escolhidas nestas que eu disse: esporte escolar, que são os jogos escolares, esporte federado com o apoio das federações, esporte profissional com a prática do futebol no Estádio *****.”</p> <p>“A prioridade nesse caso dos jogos escolares são os atletas, alunos, estudantes. O apoio em restrito às federações.”</p>	<p>“A pobreza hoje no nosso Estado é muito grande. Em *****, a pobreza cresceu muito nos últimos anos, entendemos que o esporte vai justamente promover a inclusão social.”</p>
Estado 8	Capital 8
<p>“O foco é que o esporte é inclusão. O papel da secretaria de inclusão.”</p> <p>“Passar a fazer a base para os atletas de outras associações, clubes.”</p>	<p>“O nosso projeto aqui abrange as quatro zonas da cidade de *****. O esporte praticado é um esporte de iniciação – atendemos crianças de 5 a 18 anos.”</p> <p>“Nós temos os projetos comunitários, que atendem a comunidade de modo geral.”</p> <p>“Nós temos o projeto voltado para prevenção da terceira idade.”</p>
Estado 9	Capital 9
<p>“O governo tem uma visão em relação ao desporto que faz com que nós o tratemos em dois níveis: o desporto como instrumento de educação e instrumento de inclusão social e o desporto como instrumento, como de alto rendimento.”</p>	<p>“A concepção de desporto que nós temos é o esporte como meio de inclusão social em primeiro lugar.”</p> <p>“Aqui trabalhamos essa parte do esporte, principalmente voltado para a categoria de base.”</p>
Estado 10	Capital 10
<p>“Nós temos três gerências: a Gerência Educacional, a Gerência de Base e Rendimento e a Gerência de Esporte e Lazer.”</p>	<p>“Desportos de participação individual, o educacional e o de rendimento.”</p> <p>“Tem também o esporte educacional que atendemos pela pasta de Educação, a pasta dos atletas escolares.”</p>



Quadro 4 – Discurso dos gestores entrevistados (continuação)

ESTADOS	CAPITAIS
Estado 11	Capital 11
<p>“Nosso objetivo, em geral, é promover o desporto universitário.”</p> <p>“Para que esses atletas possam participar de competições nacionais e servir as nossas equipes em eventos internacionais.”</p>	<p>“Levar esporte e lazer às comunidades.”</p> <p>“Nós estamos fazendo um estudo social da violência em *****. Em cima deste estudo, nós estamos buscando saber quais os bairros, as áreas da cidade, onde a violência está maior; nessas áreas nós vamos implantar, massificar atividades esportivas.”</p>
Estado 12	Capital 12
<p>“A Secretaria de Esporte e Lazer do *** ***** atua em diversas áreas do esporte.”</p> <p>“No segmento do esporte escolar.”</p> <p>“No esporte de participação.”</p> <p>“No esporte social [...]”</p> <p>“No esporte de rendimento.”</p>	<p>“Nosso calendário segue uma diretriz que não é só esporte de rendimento, também nós temos esporte de participação.”</p>
Estado 13	Capital 13
<p>“Como a Superintendência de Esportes, o que nós priorizamos hoje é o de rendimento.”</p>	<p>“Nossa concepção é de esporte de participação, o esporte social, o esporte comunitário, voltado para as comunidades, para que as comunidades tenham acesso.”</p>
Estado 14	Capital 14
<p>“No nosso instituto, trabalhamos direto com o desporto escolar e o desporto comunitário.”</p>	<p>“A diretoria embora funcione dentro da secretaria não é responsável pelo desporto escolar, é responsável pelo esporte comunitário.”</p> <p>“Nesse desporto comunitário, temos a visão de oportunizar às diversas camadas sociais, às diversas comunidades, a prática esportiva.”</p>



Quadro 4 – Discurso dos gestores entrevistados (conclusão)

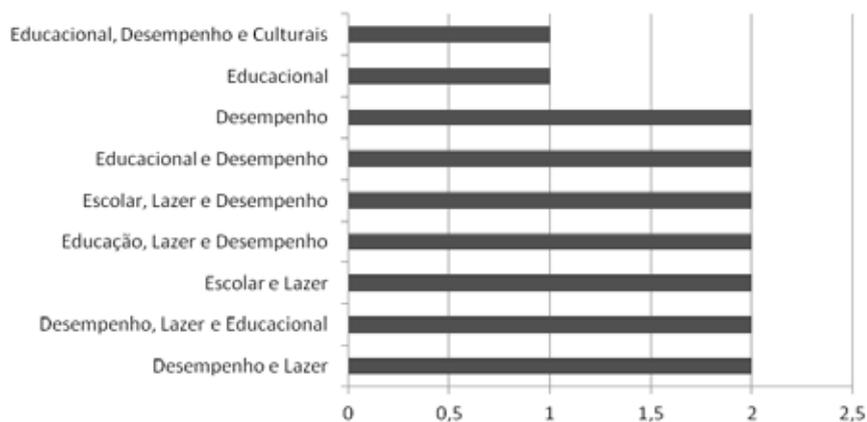
ESTADOS	CAPITAIS
Estado 15	Capital 15
<p>“Nós implementamos as escolas de esporte, atendemos crianças e adolescentes, utilizando o esporte como instrumento da formação do cidadão.”</p>	<p>“É necessário dimensionar aqui as políticas: o esporte de rendimento, o esporte escolar.”</p> <p>“Compreendemos hoje o esporte, em uma compreensão mais social mesmo, mais sociológica, como um dos principais fatores de inclusão social de indivíduo.”</p>
Estado 16	Capital 16
<p>“Fazemos parcerias aqui com as associações, com as federações.”</p> <p>“Temos o Programa de Iniciação Esportiva, fazemos parceria com os municípios.”</p> <p>“Procuramos fazer parceria com as escolas estaduais; também com o governo federal no Programa Segundo Tempo.”</p> <p>“Temos o calendário para os jogos indígenas. São nove etnias no Estado.”</p>	<p>“É o da inclusão.”</p> <p>“Nós não adotamos a política de elitizar o esporte.”</p>

4.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Evidencia-se que, nos estados investigados, as secretarias ou órgãos responsáveis pela formulação das políticas de esporte pautam as agendas em diferentes combinações das concepções clássicas do desporto (Educação, Lazer e Rendimento), demonstrado no **Gráfico 01**. Elucidou-se também que alguns *policymakers* tratam o esporte como uma ferramenta de promoção da saúde e prevenção de hábitos nocivos à saúde, tendo como prioridade indivíduos jovens e pessoas idosas.



Gráfico 1 – Concepção do desporto nos estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil



Tratar o desporto subsidiado por uma abordagem múltipla aponta para um cenário de maior probabilidade de êxito na execução das políticas de esporte e, conseqüentemente, nos resultados esperados e metas estabelecidas pelo governo. Para pensar o Esporte como uma ferramenta de formação e emancipação da população, é preciso considerá-lo como um elemento catalisador para o indivíduo em formação, uma vez que:

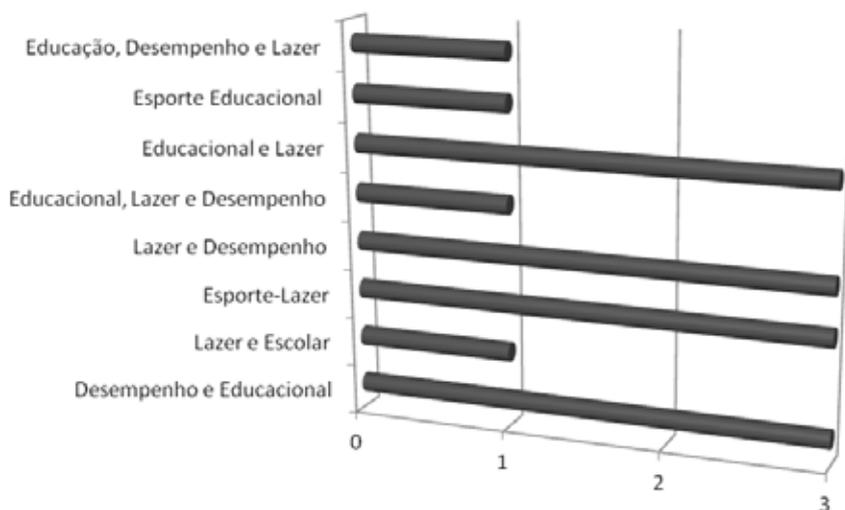
Valores como socialização, responsabilidade, cooperação, respeito, liderança, personalidade, persistência e vida saudável – dependendo dos processos e procedimentos empregados nas sessões ministradas – podem ser alcançados por meio da prática esportiva, fazendo-se do esporte um importante elemento humanizador (LETTNIN, 2005, p. 1).

No tocante às capitais investigadas, a lógica utilizada pelas gestões municipais também acompanhou aquilo que fora estabelecido pelos governos estaduais, combinações entre as três concepções do desporto, como mostra o **Gráfico 02**. Destaca-se menor propensão à adoção do desporto de rendimento quando comparado aos governos estaduais. O Esporte de Desempenho é adotado por oito prefeituras, ao passo que, nas



secretarias estaduais, a perspectiva de Rendimento é adotada por treze dos dezesseis órgãos investigados.

Gráfico 02 – Concepção do esporte nas capitais das regiões Norte e Nordeste do Brasil



Nota-se, ainda, que o Esporte-Lazer apresenta-se como a concepção de maior frequência tanto nas gestões estaduais como nas gestões municipais. A inferência que o estudo permite realizar é que tal concepção demonstra ter maior potencial de atender às demandas da população de forma mais abrangente, aspecto de grande relevância para a democratização do acesso ao Esporte.

4.3. BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apontam uma melhoria na perspectiva da democratização e universalização do acesso ao esporte por parte da população, porque quando os *policymakers* adotam em suas agendas políticas o esporte em diferentes perspectivas, a tendência é que a população de forma geral,



estabelecendo um paralelo com o artigo 216 da Constituição Federal, seja atendida pelo Esporte de maneira ampla e de maneira diversificada.

Esse é um cenário que, nas regiões investigadas, mostra-se em ascendência, embora fique evidente que ainda há um lapso no que se refere às ações integradas entre as esferas estaduais e municipais na gestão das políticas públicas de esporte.



ESPORTE E DEMOCRACIA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Flávia da Cunha Bastos

Universidade de São Paulo

José Luiz Simões

Universidade Federal de Pernambuco

José Carlos Almeida Júnior

LABGESPP - Universidade Federal de Pernambuco

Kamilla Feitosa Pereira de Souza

LABGESPP - Universidade Federal de Pernambuco

Com o advento da redemocratização da sociedade brasileira em 1988, pautada pela “Constituição Cidadã”, o esporte e o lazer são incluídos na Constituição como itens substanciais de direito básico de brasileiros e brasileiras, a ser promovido e mantido pelo Estado, por meio de políticas públicas, de esporte, educação e saúde:

O esporte e o lazer como direitos sociais constituem-se como objeto de investigação no campo da Educação Física/Esporte/Lazer, tendo por objetivo de se analisar e/ou avaliar políticas em resposta às demandas de instituições governamentais e sociais, com base no diálogo permanente entre os setores organizados da sociedade. Nesta perspectiva, tais manifestações surgem como objeto de reivindicações populares, como questão de cidadania, de participação democrática (NERI; SUASSUNA, 2009, p. 3).

A importância das gestões estaduais e municipais do esporte em dar o enfoque adequado à demanda de sua população é convenientemente

e ela deve estar alinhada com o que preconiza o artigo 217 da Constituição Federal de 1988, pois é nesse ponto que se apresenta a nova perspectiva constitucional do esporte e lazer, suas finalidades, suas formas de financiamento e suas formas de execução:

Como modelo contra-hegemônico, a concepção de democracia participativa se apresentava como um modelo alternativo à democracia liberal, que pode ser concebido como um modelo que limita a soberania, na medida em que restringe a participação dos cidadãos ao voto. Esta concepção de democracia desvincula-se de qualquer finalidade ideal, não passando de um mero arranjo institucional, onde líderes rivais disputam a preferência do povo no direito de governar, fundamenta-se na defesa de uma participação maior dos cidadãos nas decisões governamentais (NERI; SUASSUNA, 2009, p. 2).

Nesse sentido, é importante também ressaltar que, pelo fato do Brasil ser uma democracia representativa, há a necessidade não apenas da gestão preocupar-se com a demanda, mas também em promover a participação popular na escolha das demandas e na hierarquia delas.

5.1. DOS RESULTADOS OBTIDOS

5.1.1. Público-alvo

Constatou-se, na fala dos gestores, que o público-alvo predominante nas regiões Norte e Nordeste são jovens, em idade escolar, onde identificou-se uma grande incidência dos campeonatos interescolares e outros programas realizados nas escolas para as pessoas nessa faixa etária. Em segundo lugar observou-se os idosos pelo viés das propostas de promoção da saúde.

Ainda sobre o oferecimento de atividades ao público-alvo, constatou-se também a predominância de programas e projetos voltados às parcelas menos favorecidas da população, concomitantemente com a predominância de negros e pardos, representando essas parcelas à



porcentagem maior de contemplados por esses projetos. As informações prestadas pelos gestores não são quantificadas, pois os responsáveis pela gestão não detinham pesquisas e documentos que demonstrassem com exatidão numérica tais informações, ficando essas conclusões embasadas nas respostas dos gestores.

Destaca-se também que a parcela masculina é mais favorecida que a feminina, sendo os homens os que ocupam esses espaços para a prática de esporte e lazer.

Principalmente nos estados do Norte, o perfil de gestão do esporte caracteriza-se por focar no desporto amador e escolar, tendo como objetivo a inclusão social na maioria dos casos. No Nordeste, a abordagem se expande, trazendo também a atenção ao esporte de rendimento.

As relações da gestão pública do setor esportivo com a sociedade têm suas singularidades nas diferentes situações: a ausência dos conselhos populares e de instrumentos de comunicação da gestão com a população. Essa relação é algo recorrente no Norte, sendo feito o diálogo mais frequentemente com a parcela da população que atua e ou trabalha com o esporte e com o restante por meio de reuniões e encontros pontuais acerca da política de esporte e lazer. Na região Norte, verificou-se a existência de um projeto de instalação de um conselho no **estado 13**.

Já na região Nordeste, apenas há conselhos articulados nos **estados 6 e 15**. Os outros estados têm reuniões e discussões pontuais acerca das necessidades da população quanto ao acesso ao esporte.

5.1.2. Espaço e execução dos projetos e programas

Apesar de em muitas das entrevistas a resposta ao item não ser contemplada, percebe-se que as ações de política pública do esporte ocorrem geralmente nas praças públicas e em escolas, tendo o esporte amador e escolar grande adesão nas regiões Norte e Nordeste (**Quadro 05**).



Quadro 05 – Espaço e execução dos projetos e programas

Estado 1	Dentro das comunidades, como nós chamamos aqui, como nós temos essa característica rural, também tanto na parte urbana, nos bairros periféricos, mas também nos ribeirinhos, aqui nossa cidade é banhada por alguns igarapés, rios, onde tem muita atividade. Nossa relação rural é muito forte aqui no estado.
Capital 1	Especialmente na execução das nossas atividades, porque nós criamos um calendário esportivo, nós criamos muitas atividades e a forma direta é a execução, na participação direta e faz com que a gente tenha através dessas atividades o conteúdo principal da nossa secretaria, mas nos mecanismos das leis de incentivo e do fundo municipal também, é uma forma direta.
Estado 3	É o Desporto Escolar, que são os jogos escolares, durante todo o ano. Desde março, a gente vem trabalhando com as etapas municipais, depois vem a etapa estadual até a gente chegar à etapa nacional; a ação com os idosos desde março quando inicio a programação toda aqui até dezembro.
Capital 3	Ocorre nas praças, nas arenas esportivas, nos campos de futebol e algumas associações que são parceiras da prefeitura.
Capital 12	Nas praças públicas do município. Em ginásios, em quadras de esportes. Só quadras, nós temos 94, temos mais 25 campos no município, campos, gramados. Esta é uma das poucas cidades do Brasil que tem essa quantidade de campo, é por isso que quando eu falo em gastar com manutenção, você fala: 'pô', 1 milhão de reais com manutenção? É porque só quadra nós temos 94, campos nós temos algo em torno de 25 ou 26 campos, gramados, quando eu digo 25 ou 26, você diz: não, mas ele nem sabe? É porque todo dia aparece um terreno que estava abandonado e a comunidade vai lá, bota duas traves de futebol e acha que a secretaria tem de assumir, tem de fazer a manutenção. Então todo dia esse número pode mudar.

5.1.3. Localização dos equipamentos esportivos

De acordo com as respostas dos gestores, evidenciou-se a dependência das políticas municipais de construção de equipamentos para usufruto da população, salvo alguns exemplos, como algumas poucas estruturas que têm o Executivo estadual como gestor. Praças públicas continuam sendo um dos principais equipamentos de promoção do esporte e lazer nas regiões Norte e Nordeste, e o futebol é o esporte que mais promove a necessidade de criação de equipamentos.



Quadro 06 – Localização dos equipamentos esportivos

Estado 1	Nas comunidades, nas praças, nos ginásios.
Capital 1	Essa é pela geografia e pelas regionais. Nós temos nossa prefeitura, é de responsabilidade da prefeitura. Nós temos diversos equipamentos, um número considerável, acima de 80 equipamentos, seja quadra de areia, seja quadra cimentada, poliesportiva descoberta, quadra de grama sintética, entre outras e elas são descentralizadas, são diversas em todas as nossas regionais, uns mais outros menos, e nas condições diversas também de uso. Muitas precisando de reformas, muitas precisando de reparo, alguns até de ampliação, mas nós tivemos um investimento muito grande nessa área. Sabemos que é uma demanda infundável sempre está sendo demandada essa parte de recuperação e de reparo, mas sabemos também que nós temos previsão e já em execução da possibilidade de mais equipamentos novos por meio de emendas parlamentares do governo federal, de bancadas federais e orçamento geral da União. Nós temos projetos para mais de 20 equipamentos a serem implantadas ainda na nossa cidade, seja também de quadras poliesportivas cimentadas descobertas, com quadra poliesportiva coberta, quadra de grama sintética descoberta e coberta, um centro de iniciação ao esporte, programa do governo federal e como novidade, até para o Brasil também, vamos inaugurar neste fim do mês; a gente chama de Arena, risco de esportes radicais, é um equipamento financiado com recurso público do governo federal e a informação que a gente tem em nível de Brasil é o primeiro investimento público diretamente para um equipamento dessa natureza. Então de infraestrutura nós estamos relativamente bem servidos. Sabemos que muitas regionais precisam ser melhoradas, precisam de reformas e reparo, mas nós temos uma novidade, não sei se vem mais para frente. Aí é alguma pergunta, mas além só da preocupação com o espaço físico do quantitativo de ter equipamento na comunidade. O desafio grande é a gestão e o uso dos equipamentos, porque mesmo que a gente coloque em cada bairro equipamento, o uso e o cuidado com o equipamento é o maior desafio. Nós temos uma proposta na nossa política e através de um programa que a gente chama de descentralização dos espaços e equipamentos através da gestão compartilhada. Então uma tentativa nova com a sociedade civil, através de segmentos constituídos naquela comunidade especialmente da associação de moradores e outros atores que têm em torno do equipamento, que seja implantado, seja igreja, escola, seja outros segmentos através de um conselho gestor para decidir o uso e cuidado daquele equipamento. Uma novidade que a gente gradativamente está tentando estabelecer na nossa política também.
Estado 2	No Cepa tem piscina, tem piscina para salto também, tem ginásio, tem várias quadras, e tem pista.
Capital 2	A gente tem equipamentos de esporte e lazer, principalmente precisando de revitalização, são mais de 100 espaços espalhados por toda a Cidade 2, principalmente na periferia.



Quadro 06 – Localização dos equipamentos esportivos (continuação)

Estado 3	Centraliza-se na capital o maior número de espaço. Aqui houve uma expansão muito grande em termos da capital. A gente considerava antigamente metade da zona norte para cá só a cidade e ela teve um crescimento muito grande para a zona norte. Então, ali é um pouco deficitário em termos de espaço físico, agora que estão surgindo praças, mas ainda não temos ginásio colocado na zona norte. Então, ele está praticamente na zona central e na zona sul os equipamentos todos.
Capital 3	Na verdade, está distribuída na parte do município porque é uma grande peculiaridade nossa que temos umas áreas boas de práticas, então já é vantagem do município porque nós temos bastantes praças, bastantes locais onde se pode promover essas atividades esportivas. Temos uma orla da cidade com mais de 15 quilômetros de extensão, são locais perfeitos para a prática esportiva; praças e também temos na zona norte que é a parte mais pobre da cidade, e outros bairros da zona oeste, que é o mais abaixo. Tem arenas esportivas bem localizadas
Estado 4	Dados insuficientes para análise dessa temática
Capital 4	Dados insuficientes para análise dessa temática
Estado 5	A maioria deles na Região Metropolitana de *****. Por isso, nossa diretriz é de romper esse cerco e avançar na direção ao interior, das oito piscinas que nós construímos seis foram fora da Região Metropolitana e duas na região e outras quatro em construção. Elas são fora da Região Metropolitana.
Capital 5	Estão espalhados por toda a cidade. Surpreendentemente, hoje nós temos cadastrados aqui 284 quadras e campos, sendo aí 80 ou 90 quadras e o resto campos, campo de várzea, campo de comunidade, e é isso que estamos no processo de recuperação. Além de tudo, você tem um ginásio pequeno que fica na ***** no subúrbio, que é o único ginásio que nós temos pequeno e onde se faz atividade lá. Nós temos a quadra de tênis na boca do rio e o Centro Esportivo ***** , que é um centro que fica em ***** e aí, de forma descentralizada, a gente busca esse espaço todo.
Estado 6	Dados insuficientes para análise dessa temática
Capital 6	Dados insuficientes para análise dessa temática
Estado 7	Dados insuficientes para análise dessa temática
Capital 7	Dados insuficientes para análise dessa temática
Estado 8	Dados insuficientes para análise dessa temática
Capital 8	Dados insuficientes para análise dessa temática



Quadro 06 – Localização dos equipamentos esportivos (continuação)

Estado 9	Temos três equipamentos que estão na capital, o *****; *****; a Vila Olímpica, que agora está sendo reformada e vai ser um dos melhores centros de treinamentos esportivos do País, sendo para alto rendimento e também para formação de atletas. Estamos para receber no ano que vem a seleção brasileira de nado sincronizado. É um dado importante; também temos o Ginásio *****; que é um dos maiores do estado. Tem a segunda maior cidade do estado, fica no agreste. Temos um estádio lá com as mesmas dimensões e capacidades do estádio de *****. Nós ainda temos espalhados pelo estado equipamentos estaduais e um estádio na cidade de ***** e outro estádio na cidade de *****. Fora isso, nós estamos com um programa forte, mas forte mesmo de reforma e construção de ginásios nas escolas através de recursos que não são do esporte, mas servem ao esporte, que são recursos, são do fundo da educação básica FUNDEB. São executados pela Secretaria de Educação, mas são voltados para o esporte, pois afinal de conta, estamos falando de práticas de Educação Física. Então hoje nós temos em construção mais de 40 ginásios. Já construímos mais de 15 e nós estamos reformando um outro tanto que não sei precisar agora.
Capital 9	Dados insuficientes para análise dessa temática
Estado 10	Dados insuficientes para análise dessa temática
Capital 10	Dados insuficientes para análise dessa temática
Estado 11	Nossos projetos e nossas ações são realizados principalmente na capital, onde conseguimos dar um suporte maior, por exemplo, eu consigo trazer as equipes do interior para a capital, mas não consigo levar as equipes daqui para lá, por questão da estrutura. Então sempre que a gente tem que fazer uma competição maior, a gente dá prioridade e faz parcerias para que possa sempre trazer esses atletas para cá, do que levá-los para lá, embora nós já tenhamos realizado competições menores de uma modalidade, de duas modalidades, em cidades vizinhas, em pólos maiores, como as cidades de ***** e *****; que são a primeira e segunda maiores cidades depois da capital. Já conseguimos realizar essas competições lá. Nosso principal parceiro, depois das instituições de ensino, tem sido o estado. Embora de forma acanhada, o estado é que ainda consegue nos ajudar com alguma estrutura para realizar competição aqui, seja ela em premiação, troféu, medalhas, material esportivo para realizar o evento, seja até mesmo em um transporte em determinadas competições, porque é visível que o estado não consegue atender a dez competições só da minha federação. Não vai me dar dez ônibus, seria até injusto, pela condição que ela tem; dar dez ônibus para a federação universitária, e não dar nenhum ônibus para outra federação. Então entendemos isso porque vemos onde é que temos mais necessidade. Sempre que vamos buscar isso, trabalhamos nessa linha; tentando convencer o cara de que já estamos levando um projeto mínimo, para que atenda o que for mais necessário para nós. Nunca chegou lá para pedir dez ônibus. Na realidade, nunca chegamos lá para pedir, sempre chegamos para convencer o cara a dar as coisas para nós.
Capital 11	Dados insuficientes para análise dessa temática



Quadro 06 – Localização dos equipamentos esportivos (continuação)

Estado 12	Dados insuficientes para análise dessa temática
Capital 12	Eles estão espalhados na maior parte na zona norte da cidade, que é a maior região, onde tem quase metade da população. É uma região que já foi mais periférica, hoje em dia ela tem seus grotões de pobreza, mas lá já tem supermercados, já tem shopping com cinema. Então hoje já não é mais aquela coisa de ‘ah, só mora lá quem não tem condições’, não! Já foi, existem ainda os grotões de pobreza como existe na zona sul, na zona leste, em todo canto existe, mas lá ainda é onde tem a maior concentração das praças de esporte da cidade. Nossa maior praça de esporte hoje é lá! É o ginásio ***** *****. Depois o estádio daqui, administrado pela secretaria, foi demolido para construir a Arena. Lá nós tínhamos o estádio de futebol e o ginásio. Derrubaram os dois para construir a Arena, então a gente ficou somente lá com o ***** *****.
Estado 13	A secretaria hoje não tem locais, nenhum programa desenvolvido no estado. Tem uma Gerência de Esporte com 8 pessoas. Ela não tem amplitude, uma abrangência de estado, como era quando cheguei 1983. Na época tinha superintendência de esporte com representação em todos os 13 municípios no estado. Temos a superintendência que vai torna-se a secretaria. Vamos ter representantes dessa secretaria nos municípios. Fica muito distante da população, é uma questão que vai ter de ser conversada com o Executivo e Legislativo para que tenha nossas delegacias no interior ou em todos os municípios; se não for possível, pelo menos nos polos regionais, para que se atenda àquelas delegacias que sejam mais perto da população dos municípios, porque fica muito difícil atender os municípios. Nós temos municípios daqui a 800 km de distância, é um estado grande. Então, como é que daqui, com toda a tecnologia, posso atender. Se queimar uma lâmpada no ginásio de ***** *****, não sei o que fazer, é complicado. Felizmente só são esses dois no interior, porque para manter de longe, é um desafio. Lá nós temos o administrador nomeado pela secretaria, mas não temos lá nenhuma representação, delegacia, uma regional que trabalhe com esporte naquela região. Então tem de descentralizar, porque hoje fica na capital. Quando fazemos as ações, também é nos municípios. Nosso elo é nas regionais, estando pelo menos na regional, já seria o ideal.
Capital 13	Eles estão espalhados pela cidade. Nós estamos agora com um projeto de reestruturação e reforma das nossas quadras, nossos campos de futebol. Nosso secretário hoje está em Brasília buscando recursos no Ministério do Esporte para atender e melhorar nossas estruturas. E eu penso que nós temos mais 2 anos para trabalhar e dar uma virada positiva nos nossos esportes daqui da capital.
Estado 14	Dados insuficientes para análise dessa temática
Capital 14	Dados insuficientes para análise dessa temática



Quadro 06 – Localização dos equipamentos esportivos (continuação)

Estado 15	É. Desde ginásios a campo de futebol nós temos. Piscinas nós temos apenas na Cidade 15.
Capital 15	Dados insuficientes para análise dessa temática
Estado 16	Em vários municípios do estado. Nós temos 139 municípios no estado, as cidades-pólos. Costuma fazer os jogos abertos. Os regionais, todos localizados aqui na capital e jogos estudantis, as competições de atletismo, circuitos de ciclismo entre outros, então existe uma variação interessante de ações e temos também uma estrutura de recreação, que levamos aos municípios para crianças de 4 anos de idade até 12 anos para se divertirem. É muito interessante também.
Capital 16	Na verdade, a cidade tem uma deficiência muito grande em equipamentos desportivos. Tem equipamentos desde a região do extremo norte à região do extremo sul, nós temos 27 quadras poliesportivas na cidade, que estavam todas deterioradas. Nós conseguimos reformar já 7 este ano, e no ano que vem temos previsão orçamentária de, no máximo, 20, então finalizamos o ano com todas as quadras desportistas reformadas. Temos quatro centros de esporte que estavam todos também abandonados. Estamos reformando os quatro e em janeiro inauguramos os quatro centros esportivos, que vão se transformar em Centro de Iniciação de Treinamento Esportivo e Paradesportivo (Ceiteps). Então ele vai ter essa característica de paradesportismo, todos na acessibilidade. Tem um na região do extremo norte na cidade, tem um na região central, estamos construindo outro na região centro-sul, tem um na região sul, um na região do extremo sul da cidade. Nós conseguimos iniciar os esportes, construir mais três, um na região centro-norte, um dentro do nosso novo centro olímpico, centro de iniciação desportiva e um centro de futebol também dentro do novo centro olímpico, e o Estádio ***** e, que hoje é do estado e está sendo cedido para o município também para a gente fazer na gestão. Então vai ser o começo entre a ação do centro olímpico.

5.1.4. Avaliação da classe média sobre os projetos e programas

Considerando as respostas dos gestores, evidenciou-se que muitos deles não souberam afirmar se há aceitação da classe média e argumentaram que essa parcela da população não fazia uso das políticas de esporte, pois teriam condições de custear um programa privado. Alguns não mostraram interesse por essa parcela da população, já outros relataram que ela faz uso de seus equipamentos, seus programas e ações e que há um *feedback* bom sobre a participação.



Quadro 7 – Avaliação da classe média sobre os projetos e programas

Estado 1	Hoje, criam uma classe média, alta, muito forte aqui no estado por meio do surgimento das academias. É uma coisa nova, não tenho uma resposta, não tenho um conceito ainda formado. Se você me perguntar nos últimos três anos a quantidade de academias que surgiu é uma coisa incrível. Não teve pesquisa, não teve ninguém ainda fazendo algum questionamento, só que é um público também que faz parte da sociedade que a gente precisa também interagir. Os cursos de formação na área de Educação Física também cresceram, nós temos faculdades particulares que até então só tinha a nossa pública. Temos mais de quatro faculdades privadas oferecendo o curso de Educação Física, então está se formando um novo conceito também de pessoas que estão tendo acesso à sala de aula.
Capital 1	Nossas atividades são voltadas para o esporte de participação, então priorizamos aquelas pessoas que não podem pagar, que não podem frequentar academia, porque quem tem dinheiro encontra suas formas de fazer suas atividades esportivas e seu lazer. Então, nossa prioridade não é essa, nossa prioridade é levar esportes para quem precisa e para quem não tem como ter acesso. Mesmo assim, nossas ações são também abertas e conseguimos atender um grande público, tanto um público que tem uma atividade esportiva mais elevada, como o que tem menos. Como nossa secretaria é nova, e quando se parte do zero para um conjunto de ações que mobilizem, que movimentem a sociedade, nossa avaliação é bem positiva nessas classes sociais. Percebemos que o nível de procura dessa parte mais alta seria pela qualidade da prestação do nosso serviço.
Estado 2	Não tem como avaliar. Eu vejo é muito elogio. Temos muito o que fazer ainda, é muito lenta a máquina da educação.
Capital 2	[Não há dados suficientes para análise da questão]
Estado 3	Falta muita coisa para esse atendimento ser mais abrangente, mas não temos uma reclamação tão grande da comunidade. Em relação a alguns setores, existe uma necessidade de investimento maior na preparação, por exemplo, do atleta de rendimento. Precisa ter toda uma equipe, todo o apoio, as federações e os clubes. Eu falo em termos de amadores. No desporto comunitário, eu vejo a necessidade uma presença maior, também, centralizando aqui, levando aos bairros mais periféricos da cidade principalmente na zona norte. Sentimos um pouco essa necessidade da comunidade, mas não tem uma ação contínua, é mais pontual. Vamos realizar uma etapa lá na zona norte no bairro tal. Levamos uma caravana para preparar ali, mas não fica uma constante, é uma coisa de evento, que acaba ali.
Capital 3	O nível socioeconômico que a gente consegue mais abranger é a parte pobre, porque eles são muito carentes de atividades, de atividades esportivas, de atividades recreativas e de lazer. O outro nível, mais bem favorecido, tem os clubes, academias, têm uma vida que lhes proporciona estabilidade a essa questão. A classe pobre não, elas faz as atividades físicas mesmo nas praças, nos locais ao ar livre, disponíveis na cidade. Então, qualquer atividade que você faça com eles tem um público muito grande e esse público participa e cobra que essas atividades sejam periódicas. Então, em qualquer segmento do esporte que você trabalhe, a aceitação é imensa.



Quadro 7 – Avaliação da classe média sobre os projetos e programas (continuação)

Estado 4	[Não há dados suficientes para análise da questão]
Capital 4	Não há dados suficientes para análise da questão.
Estado 5	A classe média do estado 5 disputa esse recurso com a diretriz que nós efetivamos, então investe em projetos que beneficiariam diretamente Mais a faixa da classe média do que de vulnerabilidade social. É o que nós fazemos sempre aumentando a contenção nesses recursos que iriam para essas atividades diretamente para a classe média e redirecionada para nosso público-alvo que é a população mais pobre. A reação não é explícita. Nós não temos aberto mão em buscar perseguir a nossa diretriz, não deixamos de apoiar os esportes que são praticados pela classe média, ou que a classe média vê com bons olhos. O recurso é finito e é pequeno, temos segurado nessa direção para poder atingir nossos objetivos.
Capital 5	Não temos instrumentos de pesquisa, é difícil entender o que a classe média pensa nesse sentido. Para isso, é preciso pesquisar. A população começa a entender a importância que tem a prática esportiva para uma vida saudável. Baseio-me no número de corrida de ruas que temos aumentado aqui na capital, e a participação popular tem sido muito grande; percebo isso pelos campeonatos que fazemos e as pessoas estão participando. Mesmo sem ter pesquisa, a participação popular vem aumentando gradativamente, os meios de comunicação, as propagandas que tem feito.
Estado 6	[Não há dados suficientes para análise da questão]
Capital 6	[Não há dados suficientes para análise da questão]
Estado 7	Praticamente, eles não participam em nada. As camadas mais altas da sociedade, por raríssimas exceções, participam das atividades esportivas. Boa parte deles gostam mais de esportes de aventura, esportes radicais, que necessitam ter equipamento, kart, kitesurf, rally. Nós temos alguns campeões brasileiros de rally, alguns campeões em várias categorias, em moto, em quadriciclos, em caminhão. Temos alguns que se destacam nisso.
Capital 7	Nessa perspectiva de diversificação do esporte, apoiamos muita coisa para os chamados esportes radicais. Temos muita iniciativa em surfe, bodyboard, jet sky, kart, visto que somos também uma cidade praiana; o esporte de velocidade. Geralmente são modalidades esportivas demandadas pela classe média. Temos experiências bastante ricas e bastante proveitosas também com essas outras modalidades esportivas. São esportes de alto nível, como se diz, já apoiamos vários campeonatos, várias corridas. Há pouco mais de dois meses, fizemos uma parceria com o Kart Club desta cidade. Iluminamos o Kart Clube, que proporcionou a prática de corrida noturna. Então temos tentado chegar ao máximo possível de modalidades desportivas, seja demandada por qualquer classe, comunitária, pela periferia, digamos assim, mais marginalizadas da cidade. Entendemos que se apoiarmos essa criança, esse adolescente, preenchendo o tempo ocioso deles, o tempo que ele não está na escola, para que ele possa praticar um esporte, uma atividade esportiva. Essa é uma forma de impedir que eles sejam capitaneados pela marginalidade, pela violência, pelos grupos organizados, pelos grupos criminosos, que não possam chegar às droga.



Quadro 7 – Avaliação da classe média sobre os projetos e programas (continuação)

Estado 8	Não há dados suficientes para análise da questão
Capital 8	Não há dados suficientes para análise da questão
Estado 9	Não. São fracos nesse sentido.
Capital 9	Não temos uma avaliação em função desse público, em função da renda, mas alguns eventos traem mais esse público da classe média. Por exemplo, os jogos escolares que trabalhamos com escolas públicas e particulares, principalmente quando a gente pega esse público de escolas particulares, pega muito mais o público da classe média e, claro, também por ser mais, digamos, bem informado, tem um conhecimento maior. Também exige que o evento tenha uma organização maior, tenha uma coisa mais estruturada, mais organizada. Corridas de rua, como a meia maratona, em que a inscrição custa é R\$ 50,00, um valor que percebemos que essa questão da corrida, da prática de atividade física está crescendo cada vez mais na nossa cultura, principalmente entre a classe média e a classe alta também – essa preocupação. Então, se uma pessoa paga uma inscrição de R\$ 50,00, ela quer uma camisa de boa qualidade, ela quer um kit com uma estrutura adequada, quer que lá na corrida tenha água gelada, e se não tem, certamente vamos ser prejudicados. As redes sociais hoje são grandes veículos de comunicação e também a que estamos expostos muitas vezes às críticas da população – é natural que elas venham. Existe também na gestão, nessa estrutura de participação popular, uma ouvidoria municipal, muitas vezes recebemos também denúncias ou reclamações vindas da ouvidoria, e essas questões também são aqui avaliadas. Muitas vezes temos de fazer algum procedimento para verificar o que foi que aconteceu e também para poder dar uma resposta à população.
Estado 10	[Não há dados suficientes para análise da questão]
Capital 10	[Não há dados suficientes para análise da questão]
Estado 11	Quem geralmente tem feito a avaliação do nosso trabalho são os próprios afiliados. Então, a avaliação que a gente sente deles é positiva, embora um ou outro acene positivamente em todos os aspectos, pelo menos 80% tem-nos dado carta branca para trabalhar. É por isso que nós estamos na segunda gestão. Nesta gestão, nós quisemos até passar a presidência adiante, mas fomos convidados pelos próprios gestores das instituições para ficar na gestão, pela satisfação que eles tinham e pela proximidade que tínhamos e foi por isso que continuamos. Então, de 100%, acho que 80% está contente com nosso trabalho. Os 20% podem não estar contentes totalmente, mas têm algum nível de satisfação. Isso é normal no esporte; seria anormal talvez se fôssemos 100%.
Capital 11	[Não há dados suficientes para análise da questão]



Quadro 7 – Avaliação da classe média sobre os projetos e programas (continuação)

Estado 12	Nós temos a participação das seletivas estaduais em diversas modalidades esportivas, de escolas públicas e também de escolas privadas que participam das seletivas. Eles apoiam, incentivam a secretaria a continuar com as ações e melhorar cada vez mais. É feita uma avaliação dos indicadores sociais, de ano a ano, a secretaria faz com todos os órgãos controladores do estado, faz um planejamento do estado, faz-se uma avaliação com a secretaria.
Capital 12	Pelo fato de não termos uma avaliação precisa, eu teria até certa dificuldade de dizer como é que eles enxergam a secretaria. Por exemplo, você está falando em relação ao pessoal de classe média alta? Esse pessoal, por exemplo, se quer colocar um filho para praticar esportes, não vai colocar em um projeto social da prefeitura. Eles vão colocar no Aeroclube daqui para jogar tênis, para jogar futebol society, para fazer karatê, judô. Então, eles não estão muito interessados, mas um programa da prefeitura que atinge diretamente eles são essas caminhadas assistidas. Nós temos uma delas aqui na Avenida ***, que é uma paralela aqui da gente, a dois ou três quarteirões daqui. Todos os dias, às 5h30, tem pessoas caminhando lá; são médicos, juizes, promotores, pessoas bem-sucedidas que estão lá nessa caminhada assistida da prefeitura. Nós conseguimos realizar aqui um UFC em março deste ano. Nós trouxemos esse evento para o Ginásio N**** *****, na zona norte da cidade, é uma área periférica. Esse ginásio localiza-se lá, onde se realizou essa luta entre o Shogun e o Dan Henderson. O ginásio parecia que você estava em Las Vegas e todo mundo dizia: como é que você vai tirar o povo da Cidade 12 para ir para lá, mas ou vai ou não vai, porque o único ginásio que nós temos para receber eventos desse porte é lá. Foi um sucesso absoluto o evento. Fizemos aqui já jogo da seleção brasileira de vôlei feminino, aquele Open de Vôlei de Praia, o circuito Banco do Brasil com transmissão da SPORTV. Enfim, uma série de coisas que interfere diretamente neles. O projeto social da prefeitura pode ser melhor do que o clube que ele paga, mas por preconceito, ele não vai colocar, ele vai achar que não presta.
Estado 13	Não há nem cobrança. A própria imprensa só cobra a questão do futebol. Estão tão desacostumados a não ter esporte no Estado 13 que só agora neste último ano eles foram acordar para os jogos intermunicipais, a própria imprensa veio acordar agora em 2014. Nós vínhamos fazendo 2011, 2012, 2013; em 2014 eles acordaram para a importância desses esportes que nós fizemos em diversas modalidades durante quinze dias, desenvolvendo esse trabalho. Essa cobrança era só em cima do futebol: 'O futebol não tem um estádio, está sucateado, não sei o quê.' Só em cima do futebol profissional que é um amador com nome de profissional.
Capital 13	Geralmente as pessoas de nível social um pouco mais alto dificilmente nos procuram, porque elas já têm as condições e o esporte que eles praticam são outros, vamos dizer assim: rally, moto cross. É mais esporte de aventura, natureza. Ele já tem uma estrutura financeira, ele pouco nos procura.



Quadro 7 – Avaliação da classe média sobre os projetos e programas (conclusão)

Estado 14	[Não há dados suficientes para análise da questão]
Capital 14	[Não há dados suficientes para análise da questão]
Estado 15	Tem tido uma boa aceitação. Em nossas avaliações, temos identificado uma série de eventos e de ações que a secretaria realiza. Não trabalhamos somente a periferia da Cidade 14, ou a periferia de ***** ou a periferia de *****. Trabalhamos para toda a comunidade; realizamos uma série de atendimentos no Parque dos Cajueiros, onde tem um equipamento nosso, onde temos sedimentado aquele espaço como uma opção de lazer. Oferecemos desde a virada esportiva até tai chi chuan todos os sábados. Boa parte da população se dirige àquele equipamento para seu lazer e é atendida com atividades esportivas, com orientação do profissional de Educação Física, seja ele vindo do Santos Dumont, seja ele vindo do Atalaia, chegando ao Parque, ele é atendido. Nas outras atividades que fazemos, geralmente tem uma participação, principalmente quando é corrida, quando é competição aberta de futsal, que é muito forte. Sempre tem a participação, independentemente de ser classe A, B ou C.
Capital 15	Nós não temos, graças a Deus, problema nenhum, pelo contrário, nós recebemos incentivos. Nessas regiões onde o poder econômico é mais alto as estruturas esportivas estão todas em excelente estado. Por exemplo, o parque da sementeira tem um campo da prefeitura lá, ela fica em uma região nobre, a manutenção é perfeita. Então a classe A, a classe com maior poder aquisitivo, que mora nessas regiões, o que ela quer? Ela quer que os espaços públicos sejam bem conservados, que o espaço público tenha segurança. Então a prefeitura faz esse papel, por isso nós recebemos uma avaliação boa e começamos o trabalho em áreas mais carentes, que não tem isso infelizmente.
Estado 16	A avaliação da parte deles é bem razoável, temos um bom relacionamento com todas as classes sociais. Todos têm seu espaço para poder participar com a gente
Capital 16	Entrevistado – “Não temos os dados.” [Dados insuficientes para analisar a questão]



5.2. BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identifica-se que a gestão pública do esporte nas regiões Norte e Nordeste precisa aumentar seu nível de formação, além de desenvolver práticas mais republicanas e modernas na administração dos recursos. Investir em conhecer os perfis populacionais, investir em estudos de impactos e de continuidade das políticas públicas de esporte e lazer, assim como, realizar mais trabalhos intersetoriais como, por exemplo, ações em conjunto com as secretarias de saúde, educação, urbanismo, entre outras.

Pelo fato da democracia brasileira ser ainda muito jovem, fica notório que a gestão pública do esporte das regiões Norte e Nordeste ainda se encontra em processo de alcançar os melhores resultados, através das melhores práticas e decisões. Processo esse que precisa ser concomitante em todo o país, pois é preciso ter políticas macro e micro que dialoguem bem na promoção do acesso ao esporte e ao lazer para toda a população, de maneira ampla e integral.



6

PROCESSO DE AVALIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

Gonzalo Bravo

West Virgínia University

Fernando Augusto Starepravo

Universidade Estadual de Maringá - UEM

Marcus Vinícius Farias Girão

LABGESPP - Universidade Federal de Pernambuco

Jefferson Phellippe Wanderley Florêncio

LABGESPP - Universidade Federal de Pernambuco

Avaliar as políticas sociais desenvolvidas por uma gestão não é novidade no Brasil. Tal procedimento já ocorria desde a década de 1980. Entretanto, como bem salienta Almeida (2010), avaliar a política pública de esporte é algo recente no País, pois se iniciou em essência em 2003 com a criação do Ministério do Esporte. Entretanto, em termos de políticas estaduais e municipais de esporte, a fase de avaliação ainda não se caracteriza como uma fase indispensável do ciclo político na gestão pública, apesar de ter sua importância reconhecida como corroboram Trevisan e Van Bellen (2008).

O ciclo político referido anteriormente tem interpretações diversas. Apresentamos aqui a concepção de Frey (2000) acerca de ciclo de políticas (*policy cycle*). Esse ciclo constitui-se por cinco fases, sendo a avaliação a última etapa. A primeira fase é a de definição dos problemas; a segunda fase é a de definição de agenda, ou *agenda-setting*, que é a definição de quais problemas entram na pauta oficial da gestão; a terceira fase é a de formulação de decisões; seguidamente há a fase de implementação das políticas; por fim, a avaliação das políticas implementadas, conforme referido.

Na fase de avaliação das políticas públicas Frey (2000) defende a necessidade de avaliar os impactos e efeitos dos programas desenvolvidos para decidir se o programa será mantido ou reformulado, iniciando um novo ciclo. Essa linha de raciocínio também é apresentada por Costa e Castanhar (2003), quando afirmam que o objetivo da avaliação é direcionar a tomada de decisão sobre determinado programa ou política, a fim de promover o cancelamento, a manutenção ou apenas eventuais mudanças nessa mesma política.

A avaliação de políticas públicas pode ser idealizada com a utilização de critérios de eficácia, efetividade e eficiência (ARRETCHE, 1998; AREIAS; BORGES, 2011). Trevisan e Van Bellen (2008) acrescentam que o propósito da avaliação na política pública é aumentar a eficiência e a eficácia dessa política. À luz de Costa e Castanhar (2003), Almeida (2010) e Areias e Borges (2011), compreendemos a eficácia como o alcance de um resultado e a eficiência enquanto alcance de metas traçadas com a melhor relação custo-benefício.

De acordo com Figueiredo e Figueiredo (1986), a avaliação de políticas públicas materializa-se na prática pela utilização de métodos, técnicas e procedimentos capazes de estabelecer uma relação de causalidade entre um programa e um determinado resultado. Conhecendo-se a existência de diversos tipos de avaliação de políticas sociais, consoante o objetivo que se pretende alcançar, ou de acordo com o olhar que se tem de determinada política, serão tratados neste estudo apenas os tipos de avaliação no que concerne ao tipo de problema que a avaliação deseja responder.

Diante do exposto, apresenta-se o tipo de avaliação desenvolvido nos estados e nas capitais das regiões Norte e Nordeste do País.

6.1. TIPOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE ESPORTE

Draibe (2001 apud ALMEIDA 2010) classifica as avaliações de políticas sociais em avaliação de resultado (na qual o interesse está em compreender se os objetivos foram alcançados ou não) e avaliação de processos (na qual o intuito recai em identificar o desenvolvimento da



política ou programa). Ramos e Schabbach (2012) apresentam a avaliação de processos como um tipo de avaliação focada na gestão, e que pretende identificar se determinada política está sendo realizada como previsto.

A avaliação de impactos ou resultados, de acordo com as autoras, procura verificar se uma política atingiu seus objetivos e quais os efeitos advindos desse resultado, se houve mudança na situação inicial, se uma solução pode ser aplicada a outros contextos e se as mudanças são temporárias ou permanentes.

Ao tratar de tipos de avaliação, Figueiredo e Figueiredo (1986) esclarecem que a avaliação de processos objetiva à mensuração dos níveis de eficácia e eficiência. Os autores pontuam que a avaliação de impactos procura estabelecer uma relação causal entre determinada política e as alterações nas condições sociais em decorrência dessa política.

Figueiredo e Figueiredo (1986) acrescentam, ainda, que as avaliações de processo se subdividem em avaliação de metas, avaliação de meios e de eficiência.

As avaliações de metas medem eficácia, que, como já apresentado, se trata de identificar se os programas atingiram as metas propostas e se não tiverem atingido, até que ponto essa diferença está no limite aceitável para considerar uma política um sucesso (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986).

A avaliação de meios pode ter três abordagens diferentes, podendo assumir a utilização de critérios de eficácia administrativa e contábil, nos quais os instrumentos de avaliação são auditorias. Podem ainda ter o objetivo de compreender se os resultados de uma política condizem com os princípios de justiça política e social (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986) e podem também fazer uso do critério da eficácia funcional, ou seja, “se os meios e a metodologia de implantação do programa estão sendo empregados de acordo com as estratégias previamente definidas” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 112).

Por fim, as avaliações de eficiência almejam relacionar os custos de uma política com os benefícios gerados pelos seus resultados (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986).



Desse modo, identifica-se que a avaliação de resultados proposta por Draibe (2001 apud ALMEIDA 2010) é muito próxima da avaliação de metas proposta por Figueiredo e Figueiredo (1986). Além disso, está evidente também que a avaliação de processos é um tipo de avaliação que permite correções das ações e readequação dos rumos durante a execução da política, algo que dificilmente será concebido nas avaliações de impacto, tendo em vista que se emprega quando uma política se encerra, ou quando determinada parte de um programa ou projeto chega ao fim.

Diante do exposto consideram-se neste estudo os seguintes tipos de avaliação: avaliação de impacto e avaliação de processos. As avaliações de processos se subdividem em avaliação de metas, de meios e de eficiência.

Nas entrevistas realizadas, os gestores foram questionados sobre quais eram os procedimentos adotados pela gestão de esporte, do estado ou da cidade, para realizar a avaliação das políticas de esporte desenvolvidas. A seguir, serão apresentados os resultados identificados por meio da análise de discurso dos gestores, além de trechos relevantes de algumas entrevistas.

Os estados do Nordeste apresentaram os seguintes resultados:

Quadro 8 – Tipos de avaliação: estados do Nordeste

ESTADO	AValiação	INDICADORES	TIPO DE AValiação
2	Sim	Não	Número de beneficiários
5	Sim	Sim	Avaliação de metas
6	Sim	Sim	Avaliação de metas / Avaliação de meios
7	Não	Não	-
9	Não	Não	-
11	Sim	Não	Consulta a gestores do esporte e professores
12	Sim	Não	Fórum de discussão entre gestores do esporte
15	Sim	Não	Avaliação de metas



De oito estados apresentados, seis fazem avaliação das políticas de esporte, contudo, entre esses seis, apenas três se enquadram em algum tipo de avaliação apresentado pela literatura. Por fim, desses três estados, apenas um utiliza mais de um tipo de avaliação. Acrescenta-se ainda que, dos oito estados, dois utilizam indicadores de impacto ou de resultados.

O **estado 2** realiza avaliação por meio do número de participantes de um programa desenvolvido. Isso se revela no seguinte trecho da entrevista do gestor: “Temos as estatísticas, são jovens estudantes, sobre as escolas estaduais que foi desde 2008. Temos tudo, quem participou, quem mais venceu”. É interessante ressaltar ainda que o **estado 2** não tem, de acordo com o gestor entrevistado, nenhum indicador de impacto e resultados.

Diante desses resultados, apesar de o gestor ter dito que o estado tem avaliação das políticas de esporte desenvolvidas, é evidente no discurso do gestor que a avaliação é limitada a apenas um programa. Portanto, é questionável a afirmação de que o **estado 2** tem avaliação das políticas de esporte.

O **estado 5** realiza avaliação de metas, como fica evidente no discurso do gestor: “Cada uma das nossas atividades que estão previstas nas leis orçamentárias tem uma meta e essa meta é medida anualmente.” Entretanto, não é possível saber como se faz essa avaliação no campo prático, ou quais instrumentos e métodos são utilizados para avaliar as políticas de esporte.

O gestor do **estado 5** afirmou ainda que “no sistema de planejamento do estado, [...] todas as atividades que estão lá relacionadas têm metas e indicadores a serem cumpridos, elas são acompanhadas mês a mês e no fim de cada ano há um fechamento para ver o que foi efetivamente realizado”. Identifica-se, portanto, a existência de indicadores de resultados, entretanto, não foi possível compreender, pelo discurso do gestor, quais são esses indicadores.

A gestão do **estado 6** realiza a avaliação pelo número e a frequência de beneficiários, a frequência de realização das ações, sendo esses alguns dos resultados avaliados, caracterizando assim a avaliação de metas. Em



adição a isso, realiza-se avaliação de meios por meio do critério de eficácia funcional, como já descrito. É possível identificar essa situação na seguinte fala da gestão: “Cada projeto tem um termo de referência, como tem de ser executado, o fiscal da secretaria vai com a matriz de avaliação e diz se tudo está lá”. Ao tratar da matriz de avaliação, a gestão faz referência também aos indicadores: “Cada projeto tem seus indicadores e suas referências são a matriz da avaliação”. Portanto, de acordo com a gestão, há indicadores de resultados, entretanto, não é possível identificar quais são.

O **estado 7** e o **estado 9** não realizam avaliação da política de esporte, portanto, não têm indicadores de resultado ou de impacto.

De acordo com o gestor do **estado 11**, a avaliação realizada é: “principalmente feita em relação a consultas. Sempre estamos consultando as pessoas que estão conosco, sempre consultando atletas, sempre consultando professores, seja por telefone, seja por e-mail, em reuniões que marcamos pelo menos de três em três meses”.

Não fica claro em que sentido ocorre essa consulta e qual o objetivo. O discurso do gestor apresenta um caráter muito informal de avaliação sem quaisquer critérios ou sistematização do procedimento. É possível inferir, portanto, que a avaliação realizada é insuficiente, ou até mesmo inexistente, hipótese fortalecida pelo fato de não ter sido identificado nenhum indicador de impacto ou de resultado na avaliação das políticas de esporte.

O **estado 12** utiliza como método ou instrumento de avaliação um fórum para discussão entre os gestores do esporte. Compreende-se o caráter de informalidade desse fórum, não sendo possível identificar critérios ou objetivos específicos de avaliação. Por se tratar de uma avaliação insuficiente, é questionável a afirmação do gestor de que o **estado 12** realiza avaliação de políticas de esporte. Soma-se a isso o fato de que o estado não tem indicadores de resultado ou de impacto.

O **estado 15** realiza avaliação de metas em parceria com uma universidade do estado. Não foi possível identificar, no discurso do gestor, quais os critérios utilizados e que metas se pretende alcançar. Além desses fatores, também não foi possível identificar a utilização de indicadores de



resultado e de impactos. Todas essas circunstâncias somadas demonstram a fragilidade do processo de avaliação desenvolvido pelo **estado 15**.

Quadro 9 – Tipos de avaliação: estados do Norte

ESTADO	AVALIAÇÃO	INDICADORES	TIPO DE AVALIAÇÃO
1	Não	Não	-
3	Sim	Não	Relatos dos beneficiários
8	Sim	Não	Reunião dos gestores
13	Não	Não	-
16	Sim	Sim	Avaliação de metas

Na região Norte, dos cinco estados apresentados, apenas três realizam avaliação da política de esporte, e desses, apenas um utiliza um tipo de avaliação descrito pela literatura acerca do tema. É fundamental destacar também que apenas um estado utiliza indicadores de resultado ou de impacto no processo de avaliação.

Os **estados 1 e 13** não realizam avaliação, conseqüentemente, não têm indicadores de resultado ou de impacto. É interessante destacar que, ao ser questionado sobre a avaliação da política de esportes, o gestor do **estado 1** afirmou que a secretaria utiliza o conhecimento das federações, ou seja, de fato, o gestor não compreende o que é a avaliação de políticas públicas de esporte, tendo em vista que as federações não têm *know-how* para fomentar informações acerca dos projetos e programas de esporte desenvolvidos pela secretaria.

O **estado 3** realiza avaliação das políticas de esporte por meio dos relatos dos beneficiários das políticas. Compreende-se que esse procedimento é limitado, principalmente quando, aliado a isso, não se tem critérios de avaliação, nem o tipo de problema que se pretende avaliar, nem indicadores de resultado ou de impacto. Em essência, o **estado 3** é mais um estado que apresenta um quadro de avaliação das políticas de esporte muito frágil, ou até mesmo, inexistente.

Em situação semelhante, encontra-se o **estado 8**. O gestor afirmou na entrevista que a avaliação realizada pela secretaria ocorre mediante uma



reunião entre os técnicos e gestores envolvidos na política de esporte do estado, todavia, não há critérios de avaliação, nem indicadores de resultado ou de impacto. Desse modo, esse é mais um estado da região Norte com a fase de avaliação muito deficitária.

Percebe-se no **estado 3** e no **estado 8** que os gestores afirmam existir avaliação, mas após a análise do discurso deles, é possível inferir que, na prática, a fase de avaliação não se materializa.

O **estado 16** é o único estado identificado que faz uso de algum tipo de avaliação descrito na literatura. De acordo com o gestor, o procedimento utilizado é a consulta às federações e outros parceiros dos projetos desenvolvidos, com o intuito de identificar se determinado projeto obteve um bom resultado. De acordo com o gestor, o indicador de resultado utilizado é a satisfação popular. Tal indicador pode ser utilizado pelo fato de que o **estado 16** realiza pesquisa de opinião entre a população.

Apesar de ter um quadro claramente mais avançado do que os outros estados da região, constata-se certa limitação no processo de avaliação das políticas de esporte no **estado 16**. Faz-se necessário, ainda, elucidar os critérios de avaliação, assim como aprimorar os instrumentos avaliativos e até mesmo utilizar outros tipos de avaliação.

Quadro 10 – Tipos de avaliação: capitais no Nordeste

CAPITAL	AVALIAÇÃO	INDICADORES	TIPO DE AVALIAÇÃO
1	Sim	Sim	Avaliação de impacto
4	Sim	Não	Número de beneficiários
5	Sim	Não	Avaliação de impacto/Relatos dos beneficiários
7	Sim	Sim	Avaliação de meios
9	Sim	Não	Relato dos beneficiários
14	Sim	Não	Reuniões com ligas e federações
15	Sim	Não	Relatórios



As sete capitais apresentadas na região Nordeste realizam avaliação das políticas de esporte. Desse número, apenas três apresentam um tipo de avaliação existente na literatura revisada. A **capital 1** e a **capital 5** realizam avaliação de impacto e a **capital 7**, de meios. Por fim, das sete cidades apresentadas, apenas duas utilizam indicadores de impacto ou de resultados.

A **capital 1** realiza avaliação em parceria com uma universidade pública do estado. É possível saber que o tipo de avaliação é de impacto porque a universidade, com a secretaria, faz uma pesquisa de opinião entre a população para identificar o impacto dos programas desenvolvidos na comunidade. Acrescenta-se que o indicador de impacto utilizado pela secretaria é a visibilidade da cidade e o retorno de mídia gerado.

De acordo com o gestor entrevistado, a **capital 4** não realiza avaliação diretamente, sendo considerado pelo gestor como avaliação o acompanhamento do número de beneficiários, que é efetuado por duas entidades que promovem os dois projetos da secretaria. Diante disso, percebe-se a fragilidade da avaliação realizada pela **capital 4**, pois, conhecer o número de beneficiários que fazem parte dos projetos desenvolvidos não é suficiente para avaliar toda uma política pública de esporte. Além disso, destaca-se que a capital mencionada não tem indicadores de impacto ou de resultados.

De acordo com o gestor da **capital 5**, a gestão não realiza avaliação “de forma organizada e estruturada de forma científica”. Entretanto, o gestor diz que “faz a escuta da população” e “procura fazer também avaliações internas para que a equipe também avalie qual foi o impacto do evento, o que errou, o que falhou, como é que pode corrigir para os próximos”. É possível assim identificar que, além do relato dos beneficiários como instrumento de avaliação, a secretaria desenvolve avaliação de impacto.

Percebe-se, portanto, que o próprio gestor reconhece que o processo de avaliação desenvolvido pela gestão de esporte da **capital 5** é muito limitado e carece de maior rigor científico e melhor sistematização, talvez com o desenvolvimento de instrumentos avaliativos e com a utilização de outros tipos de avaliação. É possível supor que, por essa razão, a **capital 5** não tenha indicadores de impacto ou de resultados no seu processo de avaliação.



A **cidade 7** é a única que realiza avaliação de meios pelo critério de eficácia funcional. Isso pode ser percebido no seguinte trecho da entrevista do gestor: “Existem reuniões quase semanais de todos os secretários, contatos quase diários com vereadores, inclusive com líderes comunitários para que se perceba o que vem sendo feito, o que se pode aproveitar, o que se deve mudar e o que se deve implementar”. O gestor afirma, ainda, que utilizam indicadores de resultado ou de impacto na avaliação, entretanto não evidencia quais são esses indicadores.

A **capital 9** leva em consideração o relato da população acerca dos projetos desenvolvidos como método de avaliação. Nas palavras do gestor: “Se eu disser a você que temos um método de avaliação mensal, semanal, não temos. [...] O que nós sempre procuramos fazer é estar de ouvidos abertos, atentos e recebendo *feedback*”. Além de avaliar a política de esporte desenvolvida de modo muito frágil, a **capital 9** não utiliza nenhum indicador de impacto ou de resultado. Portanto, caracteriza-se como uma cidade cuja avaliação é tão deficitária que é praticamente inexistente.

À pergunta acerca do processo de avaliação da política de esporte, o gestor da **capital 14** respondeu que realiza reuniões com as ligas e federações de esporte. Além disso, a referida capital não utiliza nenhum indicador de impacto ou de resultado. Portanto, enquadra-se na mesma situação da **capital 9**, com um processo de avaliação tão frágil que se pode considerá-lo inexistente, apesar do discurso do gestor.

Por fim, a **capital 15** faz uso de relatórios produzidos pela secretaria, entretanto não foi possível compreender como se constrói esse relatório, para identificar se a avaliação da **cidade 15** se enquadra em algum tipo de avaliação apresentado pela literatura.



Quadro 11 - Tipos de avaliação: capitais do Norte

CAPITAL	AValiaÇÃO	INDICADORES	TIPO DE AValiaÇÃO
2	Sim	Não	Avaliação de metas / Número de beneficiários
6	Sim	Sim	Pesquisa de opinião com os beneficiários
10	Não	Não	-
11	Sim	Não	Avaliação de metas
13	Sim	Sim	Avaliação de meios

Das cinco cidades da região Norte apresentadas, apenas uma, **capital 10**, não realiza avaliação das suas políticas de esporte, e duas das cinco fazem uso de indicadores de resultado ou de impacto.

A **capital 2** tem uma equipe de gestores responsável por acompanhar os projetos e programas e gerar informações sobre os resultados que são alcançados. Portanto, caracteriza-se uma avaliação de metas em que a principal delas é a frequência de beneficiários dos programas. Salienta-se que a cidade possui indicadores de resultado ou de impacto.

A **capital 6** realiza uma pesquisa de opinião trimestral com os beneficiários do programa a fim de avaliar os projetos desenvolvidos. De acordo com o gestor entrevistado, os indicadores estão presentes no instrumento utilizado na pesquisa de opinião, entretanto não foi dito quais são esses indicadores.

A **capital 11** faz uso de avaliação de metas por meio da elaboração de um relatório, após uma ação ou um evento, com o intuito de identificar se o objetivo pretendido foi alcançado. A gestão de esporte da cidade não utiliza indicadores de impacto ou de resultados.

Por fim, a **capital 13** realiza avaliação de meios pelo critério de eficiência administrativa, como pode ser confirmado na fala do gestor: “Temos o controle instituído internamente, a Controladoria Geral e a Procuradoria Geral do município, e controle externo temos o Tribunal de Contas do estado, conseqüentemente o Tribunal de Contas da União”. O gestor acrescenta que realiza “avaliações dos nossos mecanismos de



financiamento”. De acordo com o gestor da **cidade 13**, existem indicadores de resultado ou de impacto, entretanto, ainda é preciso melhorá-los.

6.2. PARTICIPAÇÃO POPULAR NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE ESPORTE

A participação popular no processo de avaliação é tão necessária quanto no processo de formulação ou implementação de uma política. Entretanto, ao analisar o discurso dos gestores, compreendemos que a participação popular ocorre apenas nas fases iniciais do ciclo de políticas.

A sociedade civil organizada, mediante conselhos ou associações, por exemplo, não tem, na maior parte dos estados e capitais das regiões Nordeste e Norte, participação no processo de avaliação. Em algumas cidades, a participação ocorre apenas em conversas informais entre gestores ou outros atores vinculados à gestão e os beneficiários das políticas.

Nas entrevistas realizadas, os gestores receberam questionamentos acerca da participação popular nas diversas fases do ciclo de política, mas neste recorte do estudo considera-se a participação popular apenas no processo de avaliação das políticas de esporte, assim como a existência ou não de pesquisas de opinião com os beneficiários dessas políticas e ainda a existência ou a ausência de Conselhos de Esporte. Na sequência, serão apresentados os resultados que tratam desse tema.

Quadro 12 – Participação popular: estados do Nordeste

ESTADO	PESQUISA DE OPINIÃO	PARTICIPAÇÃO	CONSELHO DE ESPORTE
2	Não	Não	Não
5	Não	Não	Sim
6	Não	Não	Sim
7	Não	Não	Sim
9	Não	Não	Não
11	Não	Não	Não
12	Não	Não	Sim
15	Sim	Não	Sim



Dos oito estados identificados na região Nordeste, apenas o **estado 15** realiza pesquisa de opinião. Essa pesquisa de opinião é feita por uma secretaria do governo do estado e tem como objetivo identificar a opinião da população acerca do trabalho desenvolvido pelas secretarias do estado. Não é, portanto, uma pesquisa de opinião com os beneficiários das políticas de esporte acerca dos resultados ou impactos gerados por essas políticas.

Por fim, pontua-se que nenhum estado demonstrou contar com a participação popular no processo de avaliação, mas salienta-se que o **estado 5**, o **estado 6**, o **estado 7**, o **estado 12** e o **estado 15** contam com a participação popular nas outras fases do ciclo de políticas. Esses cinco estados contam com Conselho Estadual de Esporte.

Quadro 13 – Participação popular: estados do Norte

ESTADO	PESQUISA DE OPINIÃO	PARTICIPAÇÃO	CONSELHO DE ESPORTE
1	Não	Não	Não
3	Não	Sim	Não
8	Não	Não	Sim
13	Não	Não	Não
16	Sim	Sim	Não

Dos cinco estados apresentados na região Norte, somente o **estado 16** desenvolve pesquisa de opinião com os beneficiários das políticas de esporte. Esse estado promove participação popular no processo de avaliação; o **estado 3** também promove, entretanto isso ocorre conforme o relato informal dos beneficiários das políticas. Por fim, só o **estado 8** tem Conselho de Esporte, mas é importante destacar que esse conselho é interno, de acordo com o gestor do estado, e formado pelos próprios gestores da secretaria e alguns professores, ou seja, é um Conselho de Esporte que não promove a participação popular.



Quadro 14 - Participação popular: capitais do Nordeste

CAPITAL	PESQUISA DE OPINIÃO	PARTICIPAÇÃO	CONSELHO DE ESPORTE
1	Sim	Sim	Não
4	Não	Não	Não
5	Não	Não	Não
7	Sim	Sim	Não
9	Não	Não	Não
14	Não	Não	Não
15	Sim	Sim	Sim

Nas sete capitais do Nordeste apresentadas, três realizam pesquisa de opinião. As três promovem participação popular, entretanto, apenas uma delas, faz isso por meio de outro espaço que não apenas a pesquisa de opinião. Só uma tem Conselho de Esporte.

À pergunta sobre participação popular no processo de avaliação, o gestor da **capital 1** respondeu: “Veja bem, nós não temos”. Entretanto, uma equipe da secretaria realiza pesquisa de opinião com a população. Portanto, a participação popular no processo de avaliação existe apenas quando a própria população responde à pesquisa desenvolvida.

A **capital 7** enquadra-se no mesmo quadro da **capital 1**. Há participação popular no processo de avaliação apenas quando a população responde ao questionário desenvolvido pela secretaria.

A **capital 15** realiza um congresso esportivo anual, que conta com a participação popular e avalia-se a política de esportes desenvolvida.

Por fim, salienta-se que a **capital 5** e a **capital 14** têm participação popular nas outras fases do ciclo de políticas.



Quadro 15 – Participação popular: capitais do Norte

CAPITAL	PESQUISA DE OPINIÃO	PARTICIPAÇÃO	CONSELHO DE ESPORTE
2	Não	Não	Não
6	Sim	Sim	Não
10	Não	Não	Sim
11	Não	Não	Não
13	Não	Não	Sim

Nas capitais da região Norte, das cinco apresentadas, só a **capital 6** desenvolve pesquisa de opinião trimestral e tem participação popular no processo de avaliação. Essa participação é apenas na pesquisa de opinião. Por fim, duas cidades têm conselho de esporte.

A **capital 6** e a **capital 13** promovem a participação popular nas outras fases do ciclo político, mas não na fase de avaliação.

O gestor da **capital 11** afirmou: “A população em geral participa pouco, ela tem de participar mais, tem de se educar mais, porque é muito fácil reclamar aleatoriamente”. Entretanto, apesar de solicitar maior participação popular, a **capital 11** não tem conselho de esporte, porque ainda está em processo de reativação.

O gestor da **capital 11** foi o único entre todos os gestores de estado e de capitais que afirmou utilizar as redes sociais para captar a opinião da população.

6.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre capitais e estados do Nordeste, de um total de 15, 13 realizam avaliação. Entretanto, apenas 6 desses 13 locais apresentam processo de avaliação muito frágil e que não se enquadra em nenhum tipo de avaliação existente na literatura. Entre as capitais e estados do Norte, de um total de 10, fazem avaliação 7, e 2 apresentam processo de avaliação muito frágil e que não se enquadra em nenhum tipo de avaliação apontado pela literatura. Percebe-se, portanto, que a região Nordeste tem menos locais, onde a fase de avaliação não é realizada, do que a região Norte.



Kayano e Caldas (2002) sentenciam a necessidade de ampliação do diálogo da sociedade civil com o governo, o que favorecerá o aumento da participação popular nas fases de formulação, agenda e avaliação. Contudo, percebe-se claramente dificuldade na maior parte das capitais e estados da região Norte e Nordeste do país acerca da participação popular no processo de avaliação.

Das 12 capitais apresentadas, apenas 4 promovem participação popular na avaliação, e dessas, somente 1 faz isso em algum outro espaço além da pesquisa de opinião. Entre os 13 estados apresentados, somente 2 promovem participação popular, ambos da região Norte. Esse é um número muito pequeno e evidencia a necessidade de maior participação popular no processo de avaliação das políticas públicas de esporte.

Aumentar essa participação passa também por aumentar o número de conselhos de esporte e qualificar os já existentes. Apenas 3 capitais investigadas têm conselho de esporte. Entre os estados, esse número sobe para 6, sendo 5 na região Nordeste. Ainda assim, são resultados preocupantes no que concerne à qualidade da participação popular e do diálogo sociedade-governo no processo de avaliação das políticas públicas de esporte das regiões Norte e Nordeste.

É interessante destacar que dentre as capitais e estados que promovem participação popular e tem conselho de esporte, a região Nordeste apresenta mais conselhos de esporte que a região Norte, entretanto conta com menor participação popular no processo de avaliação.

Na região Norte, o único tipo de avaliação utilizado, descrito pela literatura, foi a avaliação de metas. Além disso, apenas o **estado 6**, que fica na região Nordeste, apresentou mais de um tipo de avaliação descrita na literatura. Importa destacar também que, nenhuma cidade e nenhum estado apresentou a avaliação de eficiência (análise da relação custo-benefício-resultado) como uma avaliação utilizada.

Ressalte-se que realizar mais de um tipo de avaliação, igualmente avaliar levando em conta o critério da eficiência de uma política, é um aspecto fundamental para a consolidação de um bom processo de avaliação



de políticas de esporte. Isso ocorre porque um único tipo de avaliação não é suficiente para suprir todas as demandas de uma cidade, assim como avaliar levando em conta a eficiência de uma política é essencial para otimizar os recursos disponíveis e assim desenvolver políticas de esporte de qualidade.

Conclui-se, então, que as capitais e os estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil podem evoluir muito no que concerne à avaliação de políticas de esporte. Para isso, é essencial que os gestores compreendam que o processo de avaliação de políticas públicas de esporte das cidades dessas regiões do Brasil necessita ser mais bem desenvolvido e aperfeiçoado.



INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

Paulo Henrique Azevedo
Universidade de Brasília

Edilson Laurentino dos Santos
LABGESPP - Universidade Federal de Pernambuco

Adeildo Bezerra Amorim
LABGESPP - Universidade Federal de Pernambuco

Rafael Santos Ferreira
LABGESPP - Universidade Federal de Pernambuco

As políticas públicas de esporte e lazer no Brasil parecem ter alcançado importância nos últimos anos diante dos megaeventos realizados e a serem realizados no Brasil (SCHWARTZ et al., 2010).

Segundo Mascarenhas e Silva (2012), essa importância existe não apenas pelo aspecto esportivo desses grandes eventos, mas também político e econômico. Logo, pelo grande interesse na realização desses eventos esportivos, há uma pauta das políticas públicas em torno do esporte de alto rendimento.

Portanto, a produção científica em torno do esporte e lazer pode trazer uma nova perspectiva para o desenvolvimento do esporte democrático. Para esse desenvolvimento, torna-se necessária uma agenda voltada para uma política de ciência, tecnologia e inovação no esporte e lazer.

A palavra inovação significa algo novo, diferente dos anteriores, renovação. Segundo Lopes e Barbosa (2008), quando se fala em inovação, dá-se uma ideia de mudança, de novos fatores que alteram o equilíbrio existente. Sugere-se que as políticas públicas inovadoras são políticas diferenciadas das demais.

Na literatura sobre o assunto, há uma linha de estudo voltada às tecnologias de gestão da informação. Um caso de sucesso é a Rede Cedes (Rede de Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer do Ministério do Esporte), uma política implementada em 2003, pelo Ministério do Esporte, por meio de convênios entre o Ministério e Universidades em todas as regiões do Brasil, com vistas à produção de pesquisas sobre esporte e lazer (FERRARI; PIRES, 2013).

O Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC), doravante apenas RIRC, é digital com acesso livre e irrestrito, sendo orientado por princípios que direcionam o projeto: interoperabilidade técnica e a colaboração entre os pesquisadores e coordenadores dos projetos, responsáveis pelo autoarquivamento das suas pesquisas científicas (FERRARI et al., 2010). O RIRC foi criado pela demanda de organização, preservação e disponibilização de produtos científicos em acesso aberto.

Desse modo, com relação às tecnologias da informação, são escassos os estudos sobre inovação em políticas públicas de esporte e lazer. Segundo Flores e Araújo (2014), é notável a presença de uma lacuna na literatura sobre inovação tecnológica no esporte e inovação em políticas públicas de esporte e lazer. Entende-se que ainda é insuficiente o número de estudos na área de inovação tecnológica no esporte, criando certas dificuldades para a formulação de políticas públicas.

O presente estudo, portanto, procura identificar inovações tecnológicas nas políticas públicas de esporte e lazer e boas práticas de gestão nos 16 estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil, com a existência de algum projeto, programa, *software*, aplicativo, política, legislação ou outras ações parecidas.

7.1. ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

Não foi observada na entrevista do **estado 1** nenhuma referência a inovação tecnológica ou gestão inovadora nas políticas públicas de esporte e lazer. Sobre isso, o gestor da **capital 1** afirmou:



“Nós tivemos três grandes conferências no Brasil, conferências nacionais de esporte e lazer. Nessas grandes conferências nacionais, tivemos as temáticas do esporte no Brasil sendo discutidas de forma direta e participativa e entendendo que essa é uma forma correta. Nós criamos com base nessa política nacional uma política própria. Nós temos em atenção a essa política nacional um sistema municipal de esporte e lazer, instituído em nossa legislação”.

Disse ainda o gestor:

“Temos um conselho de esporte e lazer agora. [...] Nós temos os mecanismos de financiamento que é a lei municipal de incentivo ao esporte e lazer e o fundo municipal de esporte e lazer. Temos o órgão gestor constituído em atenção a essa política nacional. O que nos está faltando agora é concluir e trabalhar no plano municipal de esporte e lazer, que é o que garante esse conjunto de mecanismos da gestão pública de esporte e lazer. É importante destacar que é por meio do nosso conselho que fazemos com que a criação de todo esse conjunto de mecanismos seja diretamente ligado a e para a comunidade”.

A **capital 1** utilizou as Conferências Nacionais de Esporte como subsídio para a criação de uma política esportiva local por meio do Plano Municipal de Esporte e Lazer. Para efetivação de tal, adicionou à legislação municipal um sistema municipal de esporte e lazer. Criou também um conselho municipal de esporte e lazer para que todo o conjunto de mecanismos citados seja com a participação popular e em prol das necessidades da população. Por isso, pode-se dizer que, apesar de todos esses procedimentos serem necessários em qualquer gestão de esporte e lazer, a **capital 1** demonstrou uma diferenciação das outras capitais e praticou o que se pode chamar de gestão inovadora parcial.

Em nenhum momento da entrevista, a gestora do **estado 2** citou alguma inovação tecnológica ou gestão inovadora da Secretaria do Estado; e a entrevista da **capital 2** não contém nenhum trecho citando gestão inovadora ou inovação tecnológica nas políticas públicas de esporte e lazer na cidade.



Na entrevista do **estado 3**, não consta nenhuma inovação tecnológica em políticas públicas de esporte e lazer ou gestão inovadora. Na **capital 3**, o gestor afirmou:

“Temos parcerias com a universidade, com o Ceap, com o curso de Educação Física no qual trabalhamos durante as atividades com os acadêmicos. Temos um colega que faz parte do nosso quadro de funcionários, que é uns dos coordenadores do curso de Educação Física, então ele faz todo esse link “para” termos essa cooperatividade com o Ceap”.

No discurso do gestor, na entrevista realizada, não foi citada nenhuma inovação tecnológica em políticas públicas de esporte e lazer. Apenas a parceria com a universidade expressa aproximação de uma gestão inovadora, todavia, não se pode afirmar com veemência, porque não foi explicado com detalhes como essa parceria funciona. O gestor do **estado 4** afirmou o seguinte:

“Temos aqui seis centros de convivência da família; três são pequenos. Você entra e é todo fechado, tem campo de futebol, tem ginásio, tem piscina em três deles, só. Piscinas aquecidas [...], contratamos fisioterapeutas que atendem pessoas com deficiência, idosos e encaminham para o professor de Educação Física”.

Esses centros com equipes multidisciplinares se aproximam de uma gestão inovadora, apesar de estarem centralizados na capital e serem em poucas unidades, mediante a grande população do estado. Contudo, a **capital 4** não tem uma gestão inovadora ou inovação tecnológica voltada à gestão do esporte e lazer. No tocante a esse aspecto o gestor do **estado 5** afirmou em entrevista:

“Nós nos relacionamos com as universidades estaduais e federais já com outro foco, de produção acadêmica, um foco de apoio e desenvolvimento de pesquisas. Nós temos aqui uma programatividade no governo do estado de apoiar projetos técnicos” científicos desenvolvidos no âmbito da academia. Nós temos hoje aqui um Centro Pan-americano



de Judô, um centro internacional de excelência! Só existem 5 no mundo, e um é aqui”.

Percebe-se como uma gestão inovadora a aproximação da Secretaria de Esportes com as Universidades Federais e Estaduais, além da inovação em esporte de alto rendimento, com a implantação do Centro Pan-Americano de Judô. No mais, não se nota nenhuma inovação tecnológica ou algum programa ou projeto que seja identificado como gestão inovadora.

O gestor da **capital 5** disse: “Nós participamos do Projeto Sentinela, que são crianças com risco de rua, crianças em condição de risco e nós fazemos atividades recreativas e desportivas para elas.”

O Projeto Sentinela aparece como uma gestão inovadora por se tratar de um projeto de inclusão, contudo, ele não parece ser uma política estruturante, apenas compensatória. Na entrevista, não foi localizado nenhum trecho que cite inovações tecnológicas nas políticas públicas de esporte e lazer. O gestor do **estado 6** afirmou o seguinte:

“Vou dar o exemplo do bolsa esporte; é um projeto da secretaria feito pelo Fecop. Então foi criado um software básico de inscrição pelo Departamento de Informática, com crianças se inscrevendo em qualquer lugar do estado, onde eles estavam. Assim, eles não precisam vir até a secretaria no primeiro momento. Temos um sistema do estado, de maneira geral, são os sistemas que controlam. Nós temos um programa interno que cuida de todos os processos que estão cadastrados nos sistemas. Todo material esportivo é controlado por um sistema também, chamado SIGA, em que se sair uma bola, lança-se lá também. Tem um controle quantitativo de quantos materiais esportivos nós temos disponíveis na secretaria. Temos bastantes programas de informática, site da secretaria, Facebook da secretaria”.

As tecnologias existentes no **estado 6**, por meio da criação de um *software* e aprimoramento das redes de comunicação, contribuem para melhorar e qualificar a efetividade do acesso dos usuários, ou seja, as inovações tecnológicas para os programas esportivos são uma inconteste



facilitação para as atividades exigidas, conforme as necessidades que surgem. Dessa forma, o desenvolvimento das inovações tecnológicas no **estado 6** serve como elemento indispensável para a diminuição do tempo gasto com as ações básicas das políticas públicas de esporte e lazer.

O **estado 6** utiliza tecnologias para gerenciamento de suas atividades. Uma delas é o SIGA, um ERP (em inglês *Enterprise Resource Planning*), também conhecido como Planejamento de Recurso Corporativo, onde tem um módulo que gerencia os equipamentos como materiais esportivos encontrados na secretaria e o controle da entrada e saída desses materiais.

A segunda tecnologia usada pelo **estado 6** é um *software* que faz inscrição *on-line* pelo próprio site da secretaria, em que são feitas inscrições para atletas ingressarem em clubes, para qualquer tipo de modalidade esportiva, e os clubes utilizam a tecnologia para absorver alguns atletas. O *software* tem uma função importante no avanço e evolução dos atletas no esporte de alto rendimento e é utilizado com o Programa Bolsa-Esporte.

No **estado 7**, não foi identificada nenhuma inovação tecnológica nas políticas públicas de esporte e lazer ou gestão inovadora. Todavia, segundo o gestor:

“Nós temos também esse movimento “Resgate Esportivo”! É um projeto que a Universidade Federal do estado, Departamento de Educação Física está desenvolvendo um estudo. Na análise deles, eles têm uma tese que pode ser o maior programa brasileiro de revelação de talentos. Esse projeto tem mais de vinte anos, nós chamamos de escolinhas de esporte. Na grande maioria, são escolinhas de futebol de campo ou futebol de salão. Nós já conseguimos atingir 68 bairros da capital por meio dessas escolinhas, quase 5 mil crianças e adolescentes. De alguns anos para cá, estamos tentando diversificar as modalidades esportivas”.

Como citado, as relações criadas com universidades, faculdades, instituições de ensino se aproximam do que se chama de gestão inovadora por oportunizar o desenvolvimento do esporte e das políticas públicas por meio da pesquisa. Sobre isso o gestor do **estado 8** expôs:



“Vou começar falando do projeto da terceira idade, que se chama Projeto Vida Ativa. Nós temos 2.600 alunos, são homens e mulheres, que praticam boxe, natação, karatê, futebol. Eles têm tratamento odontológico e psicológico. Hoje nós temos 18 polos, a tendência é em 2014 colocar uma base de 50, porque nós temos 144 municípios. Na verdade, eu tenho um projeto para fazer parceria com as prefeituras, porque fica bem melhor para expandir mais rápido. Aparece como uma gestão inovadora o projeto que simultaneamente oferece aos idosos modalidades esportivas e serviços odontológicos e psicológicos em diversos municípios do estado”.

Na fala do gestor, ainda se encontram as seguintes afirmações:

“Nós criamos o ***** aquático. É uma corrida de canoa, aquela canoagem. Nós temos a escolinha de canoagem, que é o Para-aquático, onde nós temos 8 polos construídos na área, e o projeto para 2015 é colocar 35 polos. Já temos 8 em todo o estado, porque na verdade o estado não é todo fechado de água. Outro projeto que aparece como gestão inovadora é a escolinha de canoagem, que foi criada para atender às comunidades ribeirinhas do estado”.

O gestor (secretário de esportes) da **capital 8** afirmou: “Nós não temos um *software*. Nós temos uma carência muito grande no planejamento.” A gestora, secretária de Educação, da **capital 8** disse:

“Hoje, nós temos 66 escolas, dessas 52 tem quadra, 8 quadras estão sendo realizadas agora; fecha para 60 e tem 5 inscritas que são as escolas mais novas. Se eu não me engano, no governo federal, pelo Ministério do Esporte, fizemos 2 ginásios”.

À pergunta sobre a existência de algum *software* que auxiliem na gestão, a gestora afirmou que não há o auxílio de nenhum programa ou tecnologia na secretaria. A **capital 8** não dispõe assim de nenhuma inovação tecnológica. Desse modo, tem como gestão inovadora a disponibilidade de equipamentos esportivos (quadras esportivas) em 52 das 65 escolas



municipais existentes na cidade, além de mais 8 quadras que estão sendo construídas. O gestor do **estado 9** afirmou:

“Para o povo cigano, nos temos atividades todo o ano, incentivando a prática de pelo menos quatro modalidades. Para os reeducandos que estão nos presídios e também para o povo indígena, nós temos atividades envolvidas o ano todinho, de acordo com a demanda deles. Em relação ao povo indígena, nós temos modalidades que chamamos de tradicionais. A sociedade já conhece e as modalidades específicas da cultura indígena: corrida de tora, canoagem, cabo de guerra, tudo isso. Temos momentos de disputa, de competição e tem momentos de práticas cotidianas mesmo. Enfim, é um acompanhamento sistemático que a gente faz, e isso vale também para os reeducandos”.

Neste último caso, como se pode evidenciar, há uma política de inclusão no estado, valorizando os povos de raízes culturais fortes, que fazem parte dele, além da inclusão no conceito da ressocialização. Essa política pode ser identificada como uma gestão inovadora.

O gestor da **capital 9** disse ainda que: “Temos a coordenação de esportes radicais. A política dos esportes radicais também está em uma crescente. Há um público grande aqui, pessoal do basquete, pessoal do *bicicross*, do *patins*, do *surf* mesmo, mas a demanda do esporte é mais forte”.

A política dos esportes radicais na **capital 9** surge como resposta a uma demanda crescente no Nordeste. Logo, essa parece ser uma gestão inovadora, levando em conta as novas necessidades da população.

Segundo o gestor do **estado 10**:

“O “Esporte pela Vida” tem a preocupação no combate à violência, no combate ao uso das drogas [...] Nós temos hoje núcleos implantados em 16 territórios especiais de cidadania e mais 1 dentro da FUNASE. Esse é também um grande diferencial desta gestão”.



O Esporte pela Vida é um projeto em conjunto com a Secretaria de Defesa Social que mapeia as áreas de vulnerabilidade social, e a Secretaria de Esportes implanta um núcleo do projeto, com o intuito da socialização ou ressocialização e o combate à criminalidade pelo esporte. Portanto, esse projeto denota uma gestão inovadora.

No **estado 11**, não foi observada nenhuma inovação tecnológica ou gestão inovadora das políticas públicas de esporte e lazer. Igualmente na **capital 11** não existem inovações ou gestão inovadora.

Já no **estado 12**, o gestor disse:

“Tem determinadas modalidades esportivas que você tem de levar em consideração a diversidade de cada região do estado, então, por exemplo, o esporte raiz aqui é a vaquejada, então, é priorizado. Em determinadas regiões, dentro das ações da secretaria, por exemplo, tem algumas regiões que desenvolvem esportes radicais, o parapente, esses esportes de praia. Tem um litoral imenso, uma costa imensa! Então praticam-se alguns esportes. Alguns municípios desenvolvem algumas ações nesses municípios, nessas regiões de praia, que são os esportes praianos, os esportes de praia. Então a secretaria sempre apoia dentro do possível, com premiações, com troféus, medalhas. Geralmente eles pedem muito aqui troféus e medalhas para esses eventos”.

Sua fala destaca-se não como inovação, mas como fruto da cultura a presença de alguns esportes no **estado 12**: a vaquejada (esporte parecido com os rodeios), esportes radicais e aquáticos em razão da vasta faixa litorânea no estado.

O gestor da **capital 12** afirmou:

“Nós temos um projeto, por exemplo, que é o ‘Nossa Cidade mais Saudável’, um projeto de caminhada assistida. Você pega alguns pontos tradicionais de caminhada, de práticas de esporte na cidade, e coloca lá um enfermeiro para medir pressão arterial, fazer teste glicêmico. Um professor para fazer alongamento! Temos vários parceiros privados nesse projeto,



por exemplo, quem faz o teste glicêmico é a iniciativa privada. Quem faz a parte de aferição da pressão arterial é a iniciativa privada também. Nós fornecemos os professores, as condições, e fazemos isso em parceria com a iniciativa privada”.

Continuou ele:

“Nós fizemos agora em parceria aquele Projeto Atleta do Brasil [...]. Fizemos um grande diagnóstico e um planejamento da política pública de esporte aqui da **capital 12** e amanhã, se eu sair aqui da secretaria, o próximo secretário que assumir, se ele quiser, ele vai ter uma “bíblia”, vamos assim dizer, para ele seguir ao longo da caminhada dele. Ele já vai saber as necessidades dele, as dificuldades”.

A **capital 12** contém como diferencial na sua gestão o “Projeto Nossa Cidade mais Saudável”, que se assemelha a muitos projetos no Brasil, mas tem a peculiaridade da interdisciplinaridade nas atividades, com profissionais de diversas áreas da Saúde, além das parcerias com entidades privadas. Outra coisa que chamou a atenção foi o diagnóstico e planejamento da política pública de esporte; apesar de ser algo imprescindível para qualquer gestão, parece ser uma gestão inovadora.

Na entrevista do **estado 13**, não foram encontradas inovações tecnológicas nas políticas de esporte e lazer ou gestão inovadora como programas, projetos e outros. Segundo a gestão da **capital 13**:

“Nós estamos implantando aqui na Secretaria Municipal do Esporte um programa chamado *****. Nesse programa, além de levar esporte e lazer às comunidades, nós estamos fazendo um estudo social da violência em *****. Em cima desse estudo, estamos buscando saber quais os bairros, as áreas da cidade onde a violência está maior, e nessas áreas nós vamos implantar, massificar atividades esportivas”.



O gestor ainda disse:

“Nós estamos agora trabalhando um projeto em parceria com o governo federal chamado: Céu das Artes, que busca desenvolver a educação pelas artes e o esporte em um complexo só. Então, nós estamos implantando aqui na **capital 13**. O projeto está em fase de construção. É um complexo, e eu acredito que até meados de 2015 nós já tenhamos inaugurado”.

Na **capital 13**, é nítida a tentativa de utilização do esporte de uma forma que auxilie no combate à violência. Por meio do Projeto Céu das Artes, a gestão oferece atividades artísticas e esportivas para buscar desenvolver uma educação junto aos cidadãos, diminuindo assim a violência, que é uma anomalia social dentro das comunidades.

As entrevistas do **estado 14**, **capital 14**, **estado 15** e da **capital 15** evidenciaram a inexistência de inovações tecnológicas ou gestão inovadora nas políticas públicas de esporte e lazer.

O gestor do **estado 16** relatou: “A UF**, quer dizer, as universidades, faculdades sempre nos procuram e fazemos parcerias nas ações que eles promovem.” Como já citado no presente documento, as aproximações entre a gestão e as instituições de ensino parecem ser uma gestão inovadora.

Também na **capital 16**, há parceria com instituições de ensino. O gestor apontou:

“Em termos de universidade, tem uma parceria legal com a UF**; lá tem centro de treinamento de judô, eles conseguiram agora pelo governo federal também trazer uma pista de atletismo para a universidade que vai ser utilizada em parceria com a prefeitura”.



7.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as características de *inovação tecnológica* nas regiões norte e nordeste do Brasil, evidenciou-se uma baixa incidência de procedimentos e ferramentas alusivas a tal temática. É preciso destacar que é incipiente a agenda de inovações tecnológicas na gestão pública, e quando a ênfase está nas organizações públicas que formulam a agenda esportiva, nota-se uma pretensa fragilidade no debate *inovações*.

Tal fato pode ser explicado quando se analisa outros fatores que abrangem a gestão e equipes que compõem os órgãos públicos de esporte e lazer, a exemplo de: a *pasta*³ de esporte normalmente recebe menos prioridade dos governos locais, por tanto há menos recursos (humanos e financeiros); as secretarias estão em um grau de “subordinação” ligadas a outras secretarias, gerando uma disputa insalubre por recursos; as indicações de pessoal normalmente não são técnicas e sim políticas, diferente de outras secretarias; existência de outras prioridades traçadas pela gestão, que por muitas vezes são induzidas a escolher que agenda preterir em relação a assuntos mais essenciais.

Ao somar estes fatores é possível asseverar que a gestão pública esportiva enfrenta dificuldades em relação ao desempenho de suas funções e alcance de metas, o que desencadeia uma série de agravos na formulação e implementação de políticas esportivas e de lazer. Portanto, ao enfrentar essas dificuldades, resta pouco espaço na agenda para discutir ou implantar inovações, quando isso é possível observa-se ações pontuais como *parcerias institucionais, projetos que atendem demandas espontâneas, utilização de softwares ou a busca por recursos financeiros advindos do governo federal*.

3 Termo muito comum na gestão pública que faz alusão à uma determinada secretaria ou órgão público responsável pela formulação e execução de uma determinada política pública, exemplo: pasta de educação (Secretaria de Educação); pasta de Segurança Pública (Secretaria de Defesa Social).



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. C. **Política de esporte e lazer do Recife: a elaboração de um instrumento de avaliação.** Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

AMARAL, S. C. F. **Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre.** *Movimento*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 9-26, set./dez. 2005.

ANCHIETA, T. **Ensino da gestão desportiva no Amazonas.** *Coleção Pesquisa em Educação Física*, v. 9, n. 2, p. 175-180, 2010.

ARAÚJO, S. M.; DOMINICI, K. R. L.; CARDOSO, G. M. **Os ordenamentos legais do município de São Luís - Ma: o esporte e o lazer em foco.** In: ARAÚJO, S. M.; VIANA, R.N.A. Esporte e lazer na cidade de São Luís-MA: elementos para a construção de uma política pública. p. 13-33. São Luís: Edufma, 2008.

AREIAS, K. T. V.; BORGES, C. N. F. **As políticas públicas de lazer na mediação entre Estado e sociedade: possibilidades e limitações.** *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 573-588, jul./set., 2011.

ARRETCHE, Marta TS. **Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo.** *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999.

ARRETCHE, M. T. S. **Tendências no estudo sobre avaliação.** In: RICO, E. M. (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.* São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39.

BARATA, T. **Efeitos e benefícios do exercício regular.** *Medicina Desportiva*, n. 60, p. 177-189, 1992.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais.** Ed. UFSC, 2008



BARBUY, S. **O espaço do encontro humano**, São Paulo: ECE, 1980.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARREIRA, C. **Parâmetros de qualidade e conforto ambiental em centros de condição física**. Dissertação (Mestrado) –. Universidade do Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Porto, 2003.

BARROS, M. V. F.; VIRGÍLIO, H. **Praças: espaços verdes na cidade de Londrina**. Geografia, Londrina, v. 12, n. 1, p. 533-544, jan/jun. 2003. Disponível em: <<http://www2.uel.br/revistas/geografia/anteriores.html>>. Acesso em: 20 set. 2009.

BASTOS, F. C. **Gestão democrática e política municipal de esporte: o caso de Santana de Parnaíba**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BASTOS, Flávia da Cunha; MAZZEI, Leandro Carlos. **Políticas públicas e gestão de instalações esportivas em municípios brasileiros**. En: MARTÍNEZ AGUADO, Daniel (coord..). *La gestión deportiva municipal en Iberoamérica*, 2013. ISBN 978-84-941905-0-6.

BIZE R, Johnson JA, Plotnikoff RC. **Physical activity level and health-related quality of life in the general adult population: a systematic review**. Preventive Medicine, v. 45, n. 6, p. 401-415, Dec. 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. Ministério do Esporte. **Conferência Nacional do Esporte**: documento final. Brasília, 2004.

BRITTO, C. A. **Distinção entre “controle social do poder” e “participação popular”**. Revista de Direito Administrativo, v. 189, p. 114-122, jul./set. 1992.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA/IIC, 1999.



CACHADINHA, C. **Acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada em edifícios de habitação: sistema de avaliação por níveis de exigência.** 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2005.

CAVALHEIRO, F. et al. **Proposição de terminologia do verde urbano.** Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, Rio de Janeiro, ano 7, v. 3, p. 7, jul./set. 1999.

CHAGAS, A., T. R. **O questionário na pesquisa científica.** Administração On Line: Prática-Pesquisa-Ensino, v. 1, n. 1, jan./fev./mar. 2000.

CONSTANTINO, J. M. **Desporto, política e autarquia.** Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out., 2003.

COUTO, S. A. F. **Manual teórico e prático do parcelamento urbano.** Rio de Janeiro, Forense. 1981.

CUNHA, L. M. **Espaço e desporto.** Revista Ludens, Lisboa, v.13, n. 3/4, jul./dez. 1993.

_____. **O espaço, o desporto e o desenvolvimento.** Lisboa: Edições FMH, 2007.

CUNHA, S. S. **O controle social e seus instrumentos: relatório de pesquisa.** In: MILANI, C. Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003.

DA CUNHA, Maria Luisa Oliveira; MAZO, Janice Zarpellon; STIGGER, Marco Paulo. **A organização das praças de desporto/educação física na cidade de Porto Alegre (1920-1940).** LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 13, n. 1, 2010.



DE MENEZES, Vilde Gomes et al. **Desporto e descentralização ao município no Brasil: percurso legislativo e as limitações locais.** En: MARTÍNEZ AGUADO, Daniel (coord..). *La gestión deportiva municipal en Iberoamérica*, 2013. ISBN 978-84-941905-0-6

DRAIBE, Sônia Miriam. **Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas.** Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, p. 13-42, 2001.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1976.

EVANS. M. et al. (Org). **Participação social: textos para discussão.** Brasília, DF: IABS, 2013. v. 6.

FEITAIS, P. M. **Planejamento desportivo municipal: justificação para a tomada de decisão no processo de construção de instalações desportivas em Trás-os-Montes e Alto Douro.** 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2008.

FERRARI, R. et al. **Políticas públicas, conhecimento e documentação em esporte e lazer: repositório institucional da rede cedex.** In: CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 5., 2010, Itajaí: *Anais...* Itajaí, 2010.

FERRARI, R.; PIRES, G. **Cultura colaborativa e gestão do conhecimento em esporte e lazer.** *Motriz: Revista de Educação Física*, Rio Claro, v. 9, n. 2, p. 288- 297, 2013 .

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica.** *Análise e Conjuntura*, n. 1, v. 3, p. 107-127, set/dez, 1986.

FLORES M.; ARAÚJO, R. M. **Inovação no esporte.** In: ENCONTRO DA ANPAD, 38.. 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2014.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 211-259, 2000.



GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O que é o método científico**. Pioneira, 1989.

GUARDA, FRB; SILVA RN; ARAÚJO JUNIOR, JL; SANTANA, PR; SANTOS NETO PM et al. **Incorporação e contribuições dos profissionais de educação física ao Sistema Único de Saúde do Brasil**. Tempus: Actas de Saúde Coletiva 2014, v. 8, p. 185-196.

JOAQUIM, B. A.; BATISTA, P. M.; CARVALHO, M. J. **Revisão sistemática sobre o perfil de competências do gestor desportivo**. *Movimento*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 255-279, jan./mar. 2011.

LAMBRECHT, K. **An analysis of the competencies of sports and Athletic Club Managers**. *Journal of Sport Management*, Champaign, n.1, p. 116-128, 1987.

LANDEIRA, F. **Prestações de serviço de âmbito desportivo: os ginásios e health clubes**. *Desporto & Direito: Revista Jurídica do Desporto*, ano 2, n. 4, p. 47-60, set./dez. 2004.

LETTNIN, C. C. **Esporte escolar: razão e significados**. 2005. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LOPES, D. P. T.; BARBOSA, A. C. Q. **Inovação: conceitos, metodologias e aplicabilidade: articulando um construto à formulação de políticas públicas: uma reflexão sobre a Lei de Inovação de Minas Gerais**. XIII SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13., 2008, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, Cedeplar, 2008.

LUBAMBO, Cátia. **O desempenho da gestão pública e seus determinantes: uma análise em municípios do Nordeste**. *O Desempenho da Gestão Pública e seus Determinantes: uma análise em municípios do Nordeste*, 2000.

KAYANO, J.; CALDAS E. L. **Indicadores para o diálogo**. In: CACCIA-BAVA, S.; PAULICS, V.; SPINK, P. (Org.). *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Pólis: Programa de Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2002.



MANZINI, E. J. **Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação.** *Revista Percurso – NEMO*, Maringá, v. 4, n. 2, p. 149- 171, 2012.

MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas.** 2 ed., Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. (Org.). **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana.** Curitiba: Opus, 2007.

MARIVOET, S. **Aspectos sociológicos do desporto.** Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

MARTÍNEZ AGUADO, Daniel (coord.) (2013). **La gestión deportiva municipal en Iberoamérica: historia, teoría y práctica.** Madrid: Librerías Deportivas Esteban Sanz.

MASCARENHAS, F.; SILVA, A. **A academia vai ao Olimpo: por uma política de ciência, tecnologia e inovação em esporte e lazer.** *Revista Ef Deportes*, Buenos Aires, v. 17, n. 171, 2012.

MATOS, E.; QUEIROZ, L. P. **Árvores para cidade.** Salvador: Ministério público do Estado da Bahia; Solisluna, 2009.

MEZZADRI, F. M; STAREPRAVO, F. A. **A estrutura dos projetos de esporte e lazer nos municípios de Piraquara, São José dos Pinhais e Araucária.** In: ENCONTRO ALESDE, 1., 2008, Curitiba. *Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas.* Anais... Curitiba: UFPR, 2008.

_____. et al. **Políticas públicas para o esporte e lazer nas cidades do estado do Paraná: esporte e lazer: subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas.** Jundiaí: Fontoura, 2006.

MINAKI, Mônica; AMORIM, M. C. C. T; MARTIN, E. S. **Ensaio teórico-metodológico sobre áreas verdes aplicado a um estudo de caso: diagnóstico dos referenciais terminológicos e a realidade in loco.** *Revista Formação*, Presidente Prudente, v. 1, n. 13, p. 53-68, dez. 2006. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/formacaon13v1.pdf>. Acesso em: 2 jan.2012.



MINAYO, Maria Cecília de LUBAMBO, Cátia. **O desempenho da gestão pública e seus determinantes: uma análise em municípios do Nordeste.** O Desempenho da Gestão Pública e seus Determinantes: uma análise em municípios do Nordeste, 2000. et al. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. 2000.

MINAYO, María C de Souza. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** University of New México: 2008.

MODESTO, P. **Participação popular na administração pública: mecanismos de operacionalização.** Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 54, fev. 2002.

MOTA, J. **Actividade física no lazer: reflexões sobre a sua prática.** Livros Horizonte. Lisboa, 1997.

NERI, A. A.; SUASSUNA, D. **Notas acerca da democracia participativa e as políticas de esporte e lazer.** In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 16.; Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 3., 2009, Salvador. Anais... Salvador, 2009.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano.** São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP, 2008.

OLIVEIRA, A. **Formação de dirigentes desportivos voluntários: um estudo realizado no Concelho do Porto em clubes que não possuem prática desportiva profissional.** 2002. Dissertação (Mestrado) – FCDEF, Universidade do Porto, Porto 2002.

OLIVEIRA, Eliana de et al. **Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação.** Revista diálogo educacional, v. 4, n. 9, 2003.

PINHEIRO, V. et al. **A importância do desporto na vida dos jovens. Uma explicação para os pais.** Revista Digital Educación Física y Deportes, v. 123, 2008.

PIRES, G. **A estrutura e políticas desportivas: o caso português.** 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1989.



QUIVY, Raymond; VAN CAM LUBAMBO, Cátia. **O desempenho da gestão pública e seus determinantes: uma análise em municípios do Nordeste.** O Desempenho da Gestão Pública e seus Determinantes: uma análise em municípios do Nordeste, 2000. PENHOUDT, Luc. Manual de investigação em ciências sociais. 1998.

Pedroso, C. A. M. de Q., Menezes, V. G. de, & Lopes, J. P. S. de R. (2011). **Gestão de equipamentos esportivos: análise dos equipamentos do Recife-PE.** *Conexões*, 9(2), 18-48.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, set./out., 2012.

REQUIXA, Renato. **Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer.** Serviço Social de Comercio, 1980.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTINI, R. C. G. **Dimensões do lazer e da recreação: questões espaciais, sociais e psicológicas.** São Paulo: Angelotti, 1993.

SANTOS, A. M. M. M. et al. **Esportes no Brasil: situação atual e propostas para desenvolvimento.** Rio de Janeiro: BNDES, 2004.

SARMENTO, J. P. et al. **Carta desportiva municipal do Porto.** Porto: Câmara Municipal, 2001.

SCHWARTZ, G. M. et al. **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede Cedex.** Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2010.

SIRAQUE, V. **Controle social da função administrativa do Estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MEZZADRI, Fernando Marinho. **Gestão pública de esporte nos municípios do Estado do Paraná (Brasil).**



En: MARTÍNEZ AGUADO, Daniel (coord.). *La gestión deportiva municipal en Iberoamérica*, 2013. ISBN 978-84-941905-0-6.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. Revista de Administração Pública, n. 42 v. 3, p. 529-550, 2008.

TRIVIÑOS, N. S. A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUBINO, Manoel José Gomes. **O esporte no Brasil: do período colonial aos nossos dias**. São Paulo: Ibrasa, 1996.

_____. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no Esporte-Educação**. Maringá: Editora da UEM, 2010.

UNIÃO EUROPÉIA (2007). **Libro blanco sobre el deporte** (en línea). <https://eurlex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/?uri=celex:52007DC0391> (consulta: noviembre 2019).

ZUCHETTO, A. T; CASTRO, R. L. V. G. **As contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida dos deficientes físicos**, *Revista Kinesis*, n. 26, p. 52-166, 2002.



AUTORES / COLABORADORES

Adeildo Bezerra Amorim Neto

Graduado em Educação Física - UFPE

Amanda Cardoso Feliciano

Graduado em Educação Física - UFPE

Anderson de Melo Costa

Graduado em Educação Física - UFPE

Aurenéa Maria de Oliveira

Doutora em Sociologia - PPGE - UFPE

Daniel Martinez Aguado

Doutor em Ciência do Esporte - Serviço Municipal de Esportes da Câmara Municipal de Pamplona - Espanha

Edilson Laurentino dos Santos

Doutorando em Educação - PPGE - UFPE

Edimilson Santos dos Santos

Doutor em Ciências do Movimento Humano - UNIVASF

Esdra Henrique Rangel de Melo

Mestre em Educação Física - UFPE

Fabia Alexandra Pottes Alves

Doutora em Saúde Pública - UFPE

Felipe Silva Viana

Mestrando em Saúde Pública pelo Instituto Aggeu Magalhães - FIOCRUZ - PE

Fernando Augusto Starepravo

Doutor em Educação Física - Universidade Estadual de Maringá - UEM



Flávia da Cunha Bastos

Doutora em Educação - USP

Gonzalo Bravo

Doutor em Gestão Esportiva - West Virginia University

Jefferson Phellippe Wanderley Florêncio

Graduado em Educação Física - UFPE

José Carlos de Almeida Júnior

Doutorando em Educação - PPGE - UFPE

José Edvaldo dos Santos Moura

Graduado em Educação Física - UFPE

José Luiz Simões

Doutor em Educação - PPGE - UFPE

Kamilla Feitosa Pereira de Souza

Graduada em Educação Física - UFPE e Fisioterapia - UNICAP

Leandro Barbosa de Albuquerque

Graduado em Educação Física - UFPE

Marcus Vinícius Farias Girão

Graduado em Educação Física - UFPE

Maria da Conceição dos Reis

Doutora em Educação - PPGE - UFPE

Maria José Carvalho

Doutora em Ciência de Desporto - Universidade do Porto - Portugal

Matheus Ferreira da Silva

Graduado em Educação Física - UFPE

Thaynah Leal Simas

Mestra em Educação - UFPE

Tony Meireles dos Santos

Doutor em Educação Física - UFPE

Vilde Gomes de Menezes

Doutor em Ciências dos Esportes - UFPE



APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LABORATÓRIO EM GESTÃO DO ESPORTE E POLÍTICAS PÚBLICAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1) DADOS PESSOAIS:

Data ___/___/___

Local: _____

Nome: _____

- a) Idade
- b) Profissão
- c) Formação
- d) Atividade anterior
- e) Como ingressou na gestão pública?

2) CARACTERÍSTICAS DO ESTADO OU MUNICÍPIO

- a) População total em 2014
- b) População urbana
- c) População rural
- d) Qual é a densidade demográfica?

3) CONCEPÇÕES TEÓRICAS DO DESPORTO

- a) Qual a concepção de desporto praticada pela gestão?
- b) Qual é a importância do desporto para a gestão?
- c) as políticas desportivas atendem a que objetivos? Quais são os sujeitos priorizados?



- d) Há adesão a algum programa de outros níveis de governo, ONG, iniciativa privada, universidades, relacionados com os chamados desportos comunitários, educacionais, de alto rendimento?

PARTICIPAÇÃO POPULAR / CONTROLE SOCIAL

- 4) Há procedimentos de descentralização da política desportiva?
- a) Em caso positivo, quais?
 - b) Em caso negativo, quais as razões?
- 4.1) A gestão conta com a participação direta da população nas diretrizes, nos encaminhamentos e na avaliação da política de desporto?
- a) Caso sim, de que forma?
 - b) Caso não, quais as razões?
 - c) De que forma a população está próxima à gestão do desporto?
 - d) Quais os conselhos sociais existentes no Estado ou município?
 - e) Quais destes se relacionam com a gestão do desporto de forma mais direta e constante?
- 4.1.1) Quais os mecanismos de participação e controle social da política de desporto no município?
- Orçamento participativo
 - Conselhos
 - Fórum da cidade
 - Audiências públicas
 - Conferências
- 5) Como se dá a relação da gestão de desporto com os vereadores da cidade?
- 6) Houve continuidade político-administrativa da atual gestão do desporto em relação à gestão anterior?
- 6.1) O que diferencia a atual gestão de desporto em relação à anterior?



SISTEMA DE AVALIAÇÃO / INDICADORES

- 7) Quais os processos utilizados para avaliar as políticas de desporto?
Pesquisas? Consultas? Relatos?
- a) Tem pesquisa de opinião que capte a percepção da população em relação à política de desporto?
 - b) Há indicadores de acompanhamento relativos aos impactos e resultados dos programas, projetos e ações na área de desporto?

RECEITA / INVESTIMENTO

- 8) A gestão conseguiu aumentar o investimento na política de desporto?
Se sim, de quanto para quanto?
- 8.1) Em qual/quais setores da política desportiva há maior investimento - desportos comunitários, educacionais, de alto rendimento?

UNIVERSALIZAÇÃO / DEMOCRATIZAÇÃO

- 9) Os programas, projetos, ações na área de desporto atendem prioritariamente a quem?
- 9.1) De que forma e em que lugares ocorrem os programas, projetos e ações de desporto no município?
 - 9.2) Onde estão localizados os equipamentos desportivos?
(Demograficamente).
- 10) Qual é a avaliação e a postura dos grupos de nível socioeconômico elevado da comunidade em relação à política desportiva adotada pela gestão?

CARACTERÍSTICA DA GESTÃO/ESTRUTURA/ INTERSETORIALIZAÇÃO/ TECNOLOGIAS

- 11) Qual é o perfil da equipe de gestão em relação à formação, experiência e capacitação?



11.1) Como se dá a relação entre as demais secretarias e os setores do governo? (Cooperação, integração).

- a) Há descentralização dentro do governo?
- b) Há reuniões regulares com outros setores estaduais ou municipais para definição de metas e planos comuns?
- c) Há controle setorial, grupos de trabalho, comissões, etc.?

12) Como são decididas as prioridades em relação ao desporto?

13) Há influência da cultura local nas ações da gestão do desporto

14) Quais as razões que o levaram a ser gestor do desporto público?



APÊNDICE B – Parecer Consubstanciado do CEP-UFPE

Comitê de Ética
em Pesquisa
Envolvendo
Serres Humanos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE / UFPE-



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil

Pesquisador: VILDE GOMES DE MENEZES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 39569114.9.0000.5208

Instituição Proponente: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 045.110

Data da Relatoria: 03/02/2015

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa apresentado pelo Laboratório de Gestão Esportiva e Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco que visa a caracterização no que concerne à dimensão macro das políticas sociais/públicas, esta análise visa explicar, quais são procedimentos metodológicos utilizados pelos gestores de esporte e lazer d Região Norte/Nordeste (no âmbito estadual e municipal)², na formulação de políticas públicas. Nesse sentido, será possível diagnosticar e referenciar as alterações e/ou manutenção realizadas no interior destas gestões, sobretudo a partir da análise de alguns aspectos, tais como: a incidência da participação popular no processo de administração da coisa pública a exemplo dos orçamentos participativos e conselhos setoriais; inventividade em tempos de crise; a opção política pelo social em detrimento do aspecto econômico. Portanto, o estudo em tela não faz uma abordagem puramente descritiva da Gestão no Norte/Nordeste do Brasil, mas principalmente busca a partir da análise deste cenário, trazer subsídios teórico-metodológicos para ressignificar a intervenção do Esporte e Lazer no processo de oferta pública e significativa em território nacional. A análise será qualitativa, sendo norteados pelos seguintes passos: Determinação da população a ser estudada (Tais procedimentos qualitativos serão encaminhados por meio de entrevistas semi-estruturadas, envolvendo gestores da política de desporto, distribuídos nas secretarias de governo e diretorias de desporto. O número

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE

Telefone: (81)2126-6588

E-mail: cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 945.110

de sujeitos a ser submetido a esse procedimento será de quatro por estado que, neste caso, trata-se dos secretários estaduais de esporte e lazer; Diretor ou gestor adjunto a nível estadual; secretários das as prefeituras sedes; Diretor ou gestor adjunto a nível municipal. Totalizando a princípio um montante de 64 entrevistas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar os modelos de gestão do Esporte e Lazer nos âmbitos estaduais e municipais da Região Norte e Nordeste do Brasil, destacando como se formulam as políticas públicas da área, bem como, os cenários e as perspectivas da gestão na referida região.

Objetivo Secundário: Identificar a estrutura organizacional e legal que viabilizam o acesso da população aos serviços esportivos e de lazer. Descrever o perfil e formação de gestores de desporto em âmbito local, bem como os aspectos prioritários das gestões que atingem êxito em sua administração. Caracterizar o nível de aproximação e/ou distanciamento das políticas esportivas desenvolvidas na região estudada daquelas pautadas a nível nacional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: O risco mínimo poderá ser o constrangimento, para amenizar será feito em uma local reservado, só tendo o entrevistador e o entrevistado.

Benefícios: Contribuir diretamente no desenvolvimento de tecnologias e metodologias inovadoras no trato permanente das políticas públicas de esporte e lazer, pautadas a partir do contexto e realidade regional. Valorizamos a experiência, de modo a repercutir positivamente na construção do conhecimento.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O trabalho apresenta-se bem elaborado e atende as exigências submetidas a essa comissão.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos apresentados satisfatórios.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-6588

E-mail: cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 945.110

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado aprova o parecer do protocolo em questão e o pesquisador está autorizado para iniciar a coleta de dados.

Projeto foi avaliado e sua APROVAÇÃO definitiva será dada, após a entrega do relatório final, na PLATAFORMA BRASIL, através de "Notificação " e, após apreciação, será emitido Parecer Consubstanciado .

RECIFE, 04 de Fevereiro de 2015

Assinado por:
GERALDO BOSCO LINDOSO COUTO
(Coordenador)

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 50.740-600

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2126-8588

E-mail: cepccs@ufpe.br



